MAURICE HALBWACHS

A MEMÓRIA COLETIVA





A MEMÓRIA COLETIVA

MAURICE HALBWACHS

Traduzido do original francês

LA MEMOIRE COLLECTIVE (2.a ed.)

Presses Universitaires de France

Paris, França, 1968

Tradução de LAURENT LÉON SCHAFFTER

Produção Editorial: Afro Marcondes dos Santos

Produção Gráfica: Enyl Xavier de Mendonça

Capa: RTARTE

EDIÇÕES VÉRTICE

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Rua Conde do Pinhal, 78

01501 - São Paulo, SP, Brasil

Te!. (011) 37-2433 - Caixa Postal 678

Impresso no Brasil (01 · 1990) - Tiragem: 2.000 exemplares

ISBN 85-7115-038-9

PREFÁCIO

Ocorre com a sociologia o mesmo que houve com outras disciplinas: após ter explorado as regiões afastadas, aproxima-se da realidade concreta da existência. A tentativa que conduz Maurice Halbwachs de uma análise (hoje clássica) das classes sociais ao estudo dos "quadros sociais da memória", é da mesma ordem que a que leva Marcel Mauss de "L'Esquisse d'une Théorie de la Magie à Téchniques du Corps": a segunda geração da Escola francesa de Sociologia vai do "longínquo" ao "próximo" .[1]

É surpreendente como as últimas análises de Maurice Halbwachs, pouco tempo antes de sua deportação e seu assassinato pelos nazistas, abrem um novo caminho para o estudo sociológico da vida quotidiana; simplesmente é lamentável que as propostas contidas em A Memória Coletiva, livro póstumo publicado em 1950, não tenham então fecundado outras pesquisas. É verdade que essa data, assinala na França o ponto mai.s alto atingido por esse "neopositivismo", do qual Pitirim Sorokim e Georges Gurvitch, precisaram então, os limites, nele demonstrando o caráter ilusório de uma análise que toma seus termos e seus conceitos, em ciências estranhas a seu objeto. Hoje, não há dúvida que o eco deste livro seja mais intenso ...

Em sua obra de 1925, Les Cadres Sociaux de la Mémoire, (Os Quadros Sociais da Memória) , Maurice Halbwachs mostra-se um correto durkheimiano. Se, ao falar das classes sociais e, em seguida, do suicídio, ele ultrapassa o pensamento do mestre da Escola francesa, sua análise da memória assemelha-se diretamente à inspiração das formes elementaires de la vie religieuse (formas elementares da vida religiosa) . O autor aí demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória.

Durkheim, em páginas bem conhecidas (que trouxeram uma imensa contribuição à sociologia do conhecimento) insistia com vigor no fato de que os sistemas de classificações sociais e mentais tomam sempre por fundamento "meios sociais efervescentes". Essa idéia não podia, àquela época, assumir toda a sua significação, do mesmo modo que não podia assumir o seu verdadeiro alcance um outro conceito durkheimiano, o da *anomia*. [2] Mais exatamente, os contemporâneos conservavam da proposta de Durkheim a idéia sumária de uma relação mecânica entre as classificações mentais e as classificações sociais, quando se tratava na verdade de uma correlação dialética entre o dinamismo criador dos grupos humanos - sua "efervescência" - e a organização de representações simples referentes ao cosmo ou ao ambiente inerte da sociedade considerada.

Seguramente, os termos de Durkheim prestavam-se à ilusão. Ele mesmo, durante toda sua vida intelectual, foi vítima de um vocabulário que todos seus contemporâneos (mesmo Bergson) falavam. Assinalamos quanto esse obstáculo de linguagem dificultou o fundador da sociologia francesa no conhecimento de sua própria pesquisa: a análise da consciência coletiva - (da qual pressentira que a trama era imanente às consciências parciais que a compõem e permeáveis

umas às outras) não podia concluir-se em decorrência da imagem antiquada da "consciência de si" fechada sobre si mesma, que o intelectualismo havia legado a essa geração de pensadores. [3]

Entretanto, nessa mesma época, Husserl propunha uma definição da intencionalidade que desse sua significação à descoberta de Durkheim, permitindo-lhe explicar claramente a abertura recíproca das consciências dos sujeitos e a participação dos elementos que compõem esta totalidade viva, sem a qual a noção de consciência coletiva fica desprovida de eficácia operatória. Mas o pensamento de Husserl não penetra na França - nem mesmo os elementos da reflexão dialética, vista de uma certa tentativa marxista, que pudessem conduzir a um resultado comparável.

Que Durkheim, durante toda a sua vida, tenha se debatido contra uma formulação que ia de encontro a sua iniciativa (isto aparecia sobretudo em seus estudos reunidos em Sociologie et Philosophie [*1]) e que, na falta de uma conceptualização nova tivesse sido levado a hipostasiar a consciência coletiva e a sociedade, é um problema que pediria uma longa análise. Pelo menos, o mestre lega suas dificuldades à primeira geração de seus discípulos...

Entretanto, quando Maurice Halbwachs começa a publicar seus livros, uma mudança operou-se. Não somente porque penetram na França alguns conceitos operatórios novos, mas sobretudo porque a própria experiência impôs à reflexão temas de análise que iam obrigar o vocabulário filosófico a uma revisão generalizada. Porque não é certo que a existência dos problemas confunda-se com a de um sistema constituído da linguagem, sobretudo no domínio do conhecimento do homem onde a conceptualização não recobre senão em parte, e sempre aproximativamente, a riqueza infinita de uma experiência nunca dominada completamente. [4]

Que toda essa época tenha sido dominada por uma reflexão sobre a memória e a lembrança, que o conhecimento científico e a criação literária tenham então coincidido na sua preocupação em atingir às mesmas regiões da experiência coletiva e individual, isso não é o indício de um avanço da expressão conceptual estabelecida pela realidade humana? Se Proust, Bergson, Henry James, Conrad, Joyce, Italo Svévo fazem da rememoração e da análise das formas não reflexivas do espírito um tema fundamental de suas pesquisas, se o surrealismo (cujo impacto na reflexão filosófica foi examinado por F. Alquié) coloca a contingência, a exploração onírica e memorizante em primeiro plano de sua ascese, joga com associações cuja aparente desordem parece sobressair de uma lógica oculta, cuja racionalização é permitida pela psicanálise - tudo isso concorre para criar um feixe de interrogações que vão na mesma direção: a elucidação da realidade existencial coletiva e individual.

E isto, apesar de que nenhum dos problemas fundamentais da linguagem filosófica francesa esteja resolvido. Pois Bergson, falando da memória, sofre, como Durkheim, da inadequação dos termos científicos à realidade que ele se empenha em apoderar-se. O recurso à linguagem literária (que levava alguns a dizer que o autor de Matiere et Mémoire - matéria e memória - desconfiava das idéias) não é somente uma homenagem prestada à criação artística, que adiantou-se mais na investigação das regiões desconhecidas da experiência, mas também um esforço para constituir um vocabulário novo. [5] Essa tentativa representa, não obstante, o

esforço mais coerente para livrar a reflexão e uma aparelhagem mental fora de moda e ultrapassada pelas realidades que emergem de uma experiência que não dominamos mais.

Assim sendo, esta preocupação que dirige a atenção para a memória e duração, responde, com efeito, a uma ruptura na continuidade das sociedades européias. Ruptura da guerra de 1914, que afasta um passado que nunca tinha sido percebido como tal, ruptura entre "nacionalismos" hostis que revela a que construção arbitrária se entrega um grupo ou uma nação quando querem fazer de sua história uma "doutrina", ruptura na vida económica que acentua a estratificação e a divisão em classes e torna mais sensível a relação entre a imagem que se faz do homem e do mundo e o lugar limitado que ocupa essa imagem dentro de um grupo organizado. O privilégio da consciência universal se dissolve, e a etnologia acentua a contingência das mentalidades "primitivas" e "científicas" (apesar da ingenuidade desta dicotomia) . E a época na qual Lukács postula a existência de uma subjetividade de classe, que traz consigo sua própria visão do mundo e sua própria memória, subjetividade que se torna objetividade absoluta quando se trata de uma classe "privilegiada" pelo lugar eminente que o filósofo lhe confere dentro da hierarquia dos grupos e de uma visão carismática da história. Não é também a primeira vez que vemos regimes políticos pretender carregar consigo uma imagem absoluta do homem, cada vez diferente, bem como um sistema de valores, segundo os quais se recompõem o passado e o futuro? Pouco a pouco, chega-se ao relativismo impressionista como de Karl Mannheim, que perde de vista o enraizamento social das ideologias, das quais mostra justamente o intenso desabrochamento.

Essas preocupações, que correspondem à intenção profundamente sociológica de nossa época, se manifestam nos temas de pesquisa dos historiadores sociologiantes, como Marc Bloch ou Lucien Febvre, tanto como imprimem sua marca na evolução de Maurice Halbwachs.

La Topographie Légendaire des Evangiles en Terre Sainte [*2] (publicado em 1941) é uma das testemunhas dessa orientação em direção ao concreto: não se trata de mostrar como varia a localização das lembranças coletivas conforme os diversos grupos (e suas relações recíprocas), quando esses últimos se apoderam de uma "representação coletiva" comum? Sob a superfície externa, que recolhe uma tradição respeitosa e ingênua, se sobrepõem as camadas de interpretações diferentes, onde cada uma corresponde às perspectivas reais de tal ou tal grupo (tal ou tal seita), definido como correspondendo a seu lugar num tempo e num espaço. A história, liberta do "historicismo", junta-se aqui à sociologia despojada do "sociologismo" de suas origens ...

Os textos contidos em A memória coletiva são o outro ponto resultante desta pesquisa. Sua significação é maior porque nos concernem mais. Isto também porque, sem dúvida a feitura da obra onde estão reunidos é mais livre do que todos os outros textos de Maurice Halbwachs, e porque está carregada de intenções literárias, no melhor sentido desta palavra.

O interesse do livro reside sobretudo no fato de que se unem, contrariamente ao postulado positivista, a interpretação compreensiva e a análise causal, o apanhado dos grupos e a das significações. Mais profundamente ainda, o que se esconde sob esta análise da memória é uma definição do tempo. Este não é mais, com efeito, o meio homogêneo e uniforme onde se

desenrolam todos os fenômenos (segundo uma idéia preconcebida dentro de toda a reflexão filosófica), mas o simples princípio de uma coordenação entre elementos que não dependem do pensamento ontológico, porque colocam em causa regiões da experiência que lhe são irredutíveis. Contra uma visão platônica do tempo que faz do tempo "a imagem móvel da eternidade", contra interpretação de um espiritualismo antiquado que afirma que "a materialidade lança sobre nós o esquecimento", contra uma concepção hegeliana de um futuro único portador de uma lógica racional, [6] a sociologia francesa com Halbwachs começa a tirar as conseqüências da Revolução einsteiniana. O tempo não é mais o meio privilegiado e estável onde se desdobram todos os fenômenos humanos, comparável àquilo que era a luz para os físicos de outrora. Podemos falar dele como de uma categoria de um entendimento fixada uma vez por todas?

Maurice Halbwachs evoca o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam. Isto quer dizer que o "eu" e sua duração situam-se no ponto de encontro de duas séries diferentes e por vezes divergentes: aquela que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança, aquela que reconstrói aquilo que não é mais se não do passado. Que seria desse "eu", senão fizesse parte de uma , "comunidade afetiva" de um "meio efervescente", do qual tenta se afastar no momento em que ele se "recorda"?

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem.

Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou de rigidez momentânea das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise - e lá, às vezes, ela torna-se "mito".

De todas as "interferências coletivas" que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do "pensamento coletivo". Eis por que experimentamos tanta dificuldade para nos lembrar dos acontecimentos que apenas nos concernem. Vemos então que não se trata de explicitar uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial ...

Com efeito, Mauríce Halbwachs ajuda a situar a aventura pessoal da memória, a sucessão dos eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos.

Proust não nos deu uma descrição dessa busca, por vezes lúcida e angustiante; ele vê se afastarem as lembranças mais íntimas (a imagem de sua avó, de sua mãe, de Albertine), com tanta inquietude, que carrega com uma emoção presente a constatação implícita da distância que o separa daqueles que ele pensa ter perdido? [7] Mas seu ser "histórico"· contradiz o ser íntimo que ele trai necessariamente socializando- se.

Lá situa-se, em Halbwachs, uma notável distinção entre a "memória histórica", de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a "memória coletiva", de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam.

Isto não significa, certamente, que os espíritos estejam, entre si, separados uns dos outros, mas que a combinação dos grupos coletivos onde estão engajados esses espíritos define múltiplas experiências do tempo. Vemos como nasce aqui uma reflexão que conduz à análise, tão importante no pensamento de Georges Gurvitch, da "multiplicidade dos tempos sociais". Concebe-se também, como a memória coletiva não se confunde com a história, como este termo de "memória histórica" é quase absurdo, uma vez que associa dois conceitos que se excluem. Se a história não resulta de uma construção cristalizada por um grupo estabelecido para defender-se contra a erosão permanente da mudança, então como a memória postula a mudança das perspectivas, e seu relativismo recíproco?

Assim sendo, o problema da duração e o do tempo não mais se coloca dentro dos termos do pensamento filosófico tradicional. Por mais dificuldades que Maurice Halbwachs tenha em admitir a pluralidade real dos tempos sociais (apesar de já prever a sua existência e apesar de sua educação, que lhe havia ensinado que existia uma única temporalidade, fosse ela dividida segundo a simples dicotomia bergsoniana entre duração e espacialidade), sua reflexão desemboca nesta importante descoberta: "É preciso distinguir", escreve ele "um certo número de tempos coletivos, tanto quanto existem grupos separados". A morte não lhe permitiu ir além dessa constatação.

Entretanto, se a "memória coletiva" não deve nada à "memória histórica" e tudo à "memória coletiva", é porque a primeira situa-se na intersecção de várias séries aproximadas pelo acaso ou afrontamento dos grupos: a memória não pode ser o alicerce da consciência, uma vez que ela é tão-somente uma de suas direções, uma perspectiva possível que racionaliza o espírito. Somos então levados ao estudo dos acontecimentos humanos mais simples, tais como eles se representam na vida real, no decurso das múltiplas dramatizações, onde se defrontam os papéis reais e imaginários, as projeções utópicas e as construções arbitrárias.

Nos entrecruzamentos dos tempos sociais onde se situa a lembrança, respondem os entrecruzamentos do espaço, quer se trate do espaço endurecido e "cristalizado" ("em toda uma parte de si mesmo, os grupos imitiam a passividade da matéria inerte") , quer se trate das extensões reais nas quais os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos que correspondem as suas relações mútuas com outros grupos.

Religiões, atitudes políticas, organizações administrativas levam com elas dimensões temporais ("históricas") que são igualmente projeções para o passado ou para o futuro, e que respondem aos dinamismos mais ou menos intensos e acentuados dos grupos humanos da reciprocidade dessas construções, os muros das cidades, as casas, as ruas das cidades ou as paisagens rurais carregam a marca passageira.

Podemos, certamente, duvidar que a dicotomia da "memória em relação ao espaço" e da "memória em relação ao tempo" seja realmente eficaz, porque a distinção entre "duração" e "espaço" permanece escolástica, como a física contemporânea a demonstrou. ·Ao menos, Halbwachs extrai desta distinção, como daquela que ele estabelece entre "reconstrução" operada pela memória histórica e "reconstítuição" da memória coletiva, um aspecto muito útil que a morte não lhe permitiu explorar.

Seu pensamento avançava por uma via, por onde a sociologia não tinha ainda penetrado.

Este livro póstumo traz consigo um acento que ultrapassa a sociologia "clássica", porque nele encontramos os elementos de uma sociologia da vida quotidiana ou, mais precisamente, as pressuposições que permitiriam à análise sociológica examinar as situações concretas nas quais se acha implicado o homem de cada dia na trama da vida coletiva. [8]

Essas situações não são simples recortes dentro da experiência: elas colocam em causa os papéis sociais e reativam o dinamismo parcial dos "meios efervescentes". Retirando do tempo (e da memória) seu privilégio de "dado imediato" da consciência, despojando-o de sua "essência" platônica, a sociologia pode engajar-se na análise dos fatos humanos até aqui abandonados à literatura. Após ter, durante longo tempo, "reduzido" o heterogêneo ao homogêneo, lhe permitido examinar o fenômeno existencial na sua especificidade, tal como ele é tomado na rede das múltiplas significações que ora recortam as classificações estabelecidas, ora correspondem às mutações profundas que desordenam, abertamente ou não, as sociedades modernas. Uma tal sociologia veria abrir-se diante de si um campo imenso, o mesmo que a literatura do século passado explorava ao acaso. Ela não saberia contentar-se com "problemas" abstratos, mas deveria responder às perguntas reais do homem vivo, tal como ele é, e não refletido através de doutrinas ou ideologias. E assim, talvez, a sociologia encontre uma nova vocação, não mais tentando "reduzir" o individual ao coletivo, mas tentando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individuação...

JEAN DUVIGNAUD

Professor da Faculdade das Letras e Ciências Humanas d'Orléans-Tours.

NOTAS

[*1] Sociologia e Filosofia.
[*2] A Topografia Lendária dos Evangelhos na Terra Santa.
Prefácio (Notas do Autor)
[1] Acrescentemos também , o nome de Robert Hertz, morto na guerra de 1914, cuja "Contribution à un Etude sur la Répresentation Collective dela Mort" ("Contribuição a um estudo sobre a representação coletiva da morte") (L'année sociologique, 1905-1906) abria uma pesquisa análoga.
[2] Ver sobre esse assunto o nosso Durkheim (Presses Universitaires de France).
[3] Georges Gurvitch, La vocation actuelle de la sociologie (A Vocação atual da Sociologia); vol. II (Presses Universitaires de France).
[4] Mas é também muito interessante saber por que razão a experiência (a experiência dos intelectuais) é em certos momentos levada a procurar sua verdade em uma identificação da existência na linguagem. Essas estreitezas são aquelas mesmas da experiência que se limita e se reduz "aos seus mínimos".
[5] E possível que o "jargão" filosófico tenha sido um protesto contra a miséria conceptual da filosofia francesa: as críticas de Yvon Belaval e J. F. Revel são pertinentes e fundamentadas.
[6] Cf. George Gurvitch, Dialectique et sociologie (Flammarion, edit.). Ed. Bras. Dialética e Sociologia. São .Paulo, Vértice, 1988.
[7] Gilles Deleuze viu muito bem que, em Proust, a lembrança era antes uma angústia diante daquilo que estava perdido e que não se podia mais reviver, se não em imagem: Proust et les signes (Presses Universitaires de France).
[8] Henri Lefebvre esboçou uma pesquisa desse gênero em sua Critique de la vie quotidiene (Critica da Vida Cotidiana).

INTRODUÇÃO

Maurice Halbwachs (1877 - 1945)

De família universitária, criança inteligente e compenetrada que lia Julio Verne com um atlas, foi estudante de liceu sem problemas até o dia em que, no colégio Henrique-IV, tornou-se aluno de Bergson. Maravilhado pelo homem, exaltado pela revelação da filosofia, descobre-se portador de uma vocação. A partir de então, - desde seus vinte anos - sob as aparências discretas de cortesia e de silêncio, encarnou, de sua parte, esta espécie humana cada vez mais respeitada ·e contestada, o filósofo, isto é, aquele para quem o cuidado no pensar é fundamental. Seus amigos, e ele mesmo, riam de suas freqüentes distrações: é porque ele sempre estava ocupado em alguma pesquisa exclusiva e até tirânica. Não porque fosse fechado sobre si mesmo, nem voltado para seu interior, ele que tão resolutamente negou a possibilidade de qualquer pensamento puramente individual. Ao contrário, sempre conciliou a meditação com uma curiosidade quase universal; desde o liceu, a escola, trabalhou sobre Stendhal, sobre Rembrant e mais assiduamente sobre Leibniz; entrou no conflito social e político, com Péguy, depois com Lucien Herr e Jaures. Esse trabalhador infatigável, no decorrer de sua vida inteira, soube encontrar tempo para tudo, para sua família, para grandes viagens, para a arte e a política, às vezes até para o mundo e também para os encargos sociais que lhe impuseram, nos últimos anos de sua vida, o peso de sua obra e a amplitude de sua atividade, mais que sua ambição.[1] Mas por mais eficaz que fosse a sua participação, e preciosa sua presença benevolente, sentia-se que se prestava unicamente às coisas temporais, que a perseguição à reflexão permanecia o essencial e que ele punha todas as coisas e todas as pessoas à distância de observação desinteressada e de julgamento.

Se sempre reconheceu o que devia a Bergson, levantou-se também contra ele por um movimento vivo de defesa. Ele se quis cientista, mais do que filósofo. Após a sua graduação, enquanto trabalhava nos Inéditos de Leibniz -'motivo de uma permanência de um ano em Hanovre, em 1904 - preparava-se para romper com sua formação filosófica e talvez com suas disposições de metafísico. É após reflexão e deliberação que escolhe consagrar-se à "última ciência", segundo Comte, aquela cujo objeto é o mais complexo, lugar de encontro entre o mecânico e o orgânico, de um lado, e o consciente, do outro. Foi visitar Durkheim, que não conhecia ainda; deixando para mais tarde o ensino da filosofia em um liceu, viveu pobremente em Paris com uma bolsa de estudo e voltou a ser estudante.

Estudou Direito, aprendeu economia política, exercitou-se nas matemáticas. É talvez por essa constante avidez de um novo saber que seu pensamento deve ter-se conservado tão jovem. É porque também tinha consciência de ser obrigado por si mesmo, a abrir os caminhos de uma nova ciência, onde, nos diz ele, "não existe uma estrada real"; daí por vezes, esta nota um pouco combativa, própria daqueles que devem construir o método ao mesmo tempo que descobrir o objeto de sua ciência, tais como os biologistas do século XIX. Durkheim e Simiand - seu amigo e, de todos os sociólogos, aquele que mais admirou - foram seus guias; mas logo abriu para si seu

caminho, a igual distância daquilo que julgava por vezes, muito dogmático no primeiro e por demais escrupulosamente empirista no segundo. Mas é somente em seus livros, em seus cursos e em seus numerosos artigos sobre os assuntos mais variados que deveríamos procurar sua metodologia e se quisermos, sua doutrina. Nunca as diferenciou explicitamente das da Escola Francesa, premido como estava sempre por novos trabalhos, retido também por uma espécie de negligência em relação a si mesmo, por essa modéstia, que foi uma de suas virtudes de coração e de espírito.

Se quiséssemos pesquisar a história de seu pensamento - e não é assunto para uma biografia tão breve - seria necessário primeiramente acompanhá-lo na sua primeira obra: Les expropriations et le prix des terrains à Paris de 1860 a 1900 [*1] (sob a forma [2] de tese de direito preparada em 1909). Nas apalpadelas da aprendizagem, então como neófito da ciência, procura fundamentar-se quase que unicamente sobre a forma da experiência que lhe parece então principal em sociologia, a estatística. Vêmo-lo "multiplicar as precauções" contra as extrapolações por demais apressadas, e mesmo as hipóteses. Sabemos que logo se tornou um mestre em estatística, e que dela permaneceu até o fim um prático convicto, dela determinando, discutindo e aprofundando as leis. Citemos, em 1913, La Théorie de L'Homme Moyen,[*2] Essai sur Quetelet et la statistique morale, [*3] em 1924 (em colaboração com M. Fréchet) o Calcul des probabilités à la Portée de Tous; Cálculo de Probabilidades ao Alcance de Todos; em 1923, sua contribuição ao tomo VII da Encyclopédie (Enciclopédia) Francesa: A espécie humana, o ponto de vista do número, etc.

Mas seria necessário demonstrar sobretudo como a estatística, desde cedo, não foi para ele, e cada vez mais, senão o meio de pôr em ordem, através dos números, uma matéria social para a reflexão; matéria como traço. direto e imediatamente quantificado dos acontecimentos sociais, mas que não diz nada, não mais do que a natureza. Desde 1913, em suas duas teses de doutorado em letras - que compôs inteiramente, ensinando nos liceus de Reims e de Tours -, assegura que o fato social, ainda que mensurável para uma parte, não é exterior ao cientista, não é exterior aos homens que o vivem. Desde então, é o problema mesmo da consciência social, isto é, da consciência que dominou, orientou e unificou todas as suas pesquisas. Em 1938, no seu pequeno tratado de Morphologie Sociale [*4] (Colin), escreveu: "compreendamos bem que as formas materiais da sociedade agem sobre ela, não tanto em virtude de um constrangimento físico, como um corpo agiria sobre um outro corpo, mas pela consciência que dela tomamos, tanto como membros de um grupo que percebem seu volume, sua estrutura física, seus movimentos no espaço. Aí existe um gênero de pensamento ou de percepção coletiva que poderíamos chamar de um dado imediato da consciência social, que sobressai sobre todos os outros e que não foi percebido suficientemente pelos próprios sociólogos". "Dados imediatos" que certamente não se relacionam com a intuição bergsoniana nem com nenhuma psicologia, e que não podemos mais rejeitar dentro do inconsciente; a tarefa do sociólogo, através de uma exposição que poderíamos muito bem chamar de uma fenomenologia, é fazê-los passar ao estado de noções claras e distintas. Maurice Halbwachs conseguiu, no final das contas, dominar ou negligenciar os falsos problemas ontológicos que opunham indivíduo e sociedade, como os verdadeiros fenomenólogos souberam separar os falsos problemas do realismo e do idealismo. A sociologia,

para ele, é a análise da consciência enquanto ela se descobre na e pela sociedade, e é a descrição desta sociedade concreta, isto é, das condições. mesmas - linguagem, ordem, instituições, presenças e tradições humanas - que tornam possível a consciência de cada um. Não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros, e sob a condição desse acordo substancial que, através do coletivo, persegue o universal e distingue, como Halbwachs tanto insistiu, o sonho da realidade, a loucura individual da razão comum. Durkheim traz à tona a razão da sociedade, Halbwachs mostra que a razão resulta dessa forma humana, a única que realiza e anima permanentemente a existência social.

Assim, ainda que a sociedade dependa estreitamente de condições naturais, ela é essencialmente consciência; as causas e os fins nela se misturam e se embaraçam. Ele soube dar nas suas análises o sentimento da opacidade e do. poder envolvente do tecido social, tal como Comte e mais ainda Balzac, que ele sempre leu com caloroso entusiasmo, nos levam a prová-lo. E isto porque empenhou-se sempre mais em combinar o método objetivo do homem de ciência e o método reflexivo do filósofo.

Desde 1913, em sua grande tese: La classe ouvriere et les niveaux de vie,[*5] partindo de uma pesquisa sobre os orçamentos operários, ele achou-se diante do problema das classes sociais, e foi refletindo sobre sua própria experiência vivida e analisando a diversidade dos comportamentos, das tendências, dos sentimentos através dos quais nós nos classificamos, nós mesmos e os outros, na famosa escala social, que formou a idéia, sem dúvida magistral, de que o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais. Uma idéia é, para o cientista como para o filósofo, o caminho indispensável da descoberta. Ele no-lo diz expressamente: "A maioria das idéias que atravessam nosso espírito não se limitam ao sentimento mais ou menos preciso, de que nós poderíamos, se quiséssemos, analisar o conteúdo? Mas vamos raramente até o fim de tais análises". [2] O livro inteiro é um exemplo de análise obstinadamente continuada e deixada em aberto .. Ele nos faz ver os operários isolados em face da matéria e por este motivo como que desintegrados da sociedade: "A sociedade, expulsando de si toda uma classe de homens encarregados do trabalho material, soube fabricar instrumentos para manejar instrumentos". Se o ideal pode se definir "a vida social mais intensa", a expressão de classes superiores tem todo o seu sentido. O problema é, para os operários, ascender, dentro da esfera social do consumo, a uma vida social bastante "complicada e intensa"; "participar de todas as necessidades nascidas dentro dos grupos"; criar "relações originais com outros membros de pequenas sociedades", de tal forma que não possam se "despojar de toda a sua personalidade assim que cheguem aos locais de trabalho". Assim, quanto mais seguimos de perto a realidade, melhor vemos que a sociedade, longe de uniformizar os indivíduos, diferencia-os: na medida que os homens "multiplicam suas relações. . . cada um deles toma cada vez mais consciência de sua individualidade".

Após a ruptura de 1914-1918 - durante a guerra, Halbwachs havia ensinado no liceu de Nancy até a evacuação da cidade bombardeada, depois trabalhado junto de seu grande amigo Albert Thomas na reorganização da indústria de guerra - ele entra para o ensino superior. Na Faculdade de Caen, depois na de Strasbourg, de 1919 a 1935, enfim na Sorbonne, ele pôde, segundo o voto

de sua juventude, reunir quase inteiramente seu ensino e suas pesquisas pessoais. Durante vinte e cinco anos através de suas múltiplas e incessantes atividades - entre as quais, em 1930, um curso ministrado na Universidade de Chicago - vêmo-lo perseguir o mesmo problema da consciência · social, ampliando-a por todas as suas pesquisas anexas [4] e aprofundando essa idéia. Se o social se confunde com o consciente, deve confundir-se também com a rememoração sob todas as suas formas. Matéria e sociedade se opõem; sociedade e consciência, e personalidade se implicam; por conseguinte, a *fortiori*, sociedade e memória. Retomando os termos de Leibniz, Materia est mens momentanea ele havia compreendido que o operário é o espírito aprisionado na matéria, imobilizado dentro do . presente perpétuo do gesto simplificado e monótono do trabalho mecanizado, ou, por antífrase, racionalizado. Os Cadres sociaux de la mémoire (Quadros Sociais da Memória), surgidos em 1925, estão no centro de sua obra e lhe constituem sem dúvida a parte mais durável. Em nenhum lugar ele se mostrou tão fiel observador da vida social concreta e quotidiana; em nenhum lugar, analista mais penetrante, por vezes mesmo até a sutileza; releiamos o que escreveu sobre a nobreza, a propriedade, sobre a relação das gerações, a função dos velhos guardiões do passado, o papel dos prenomes dentro da linguagem e as relações humanas. Ninguém melhor compreendeu e fez compreender a continuidade social (a idéia diretora, segundo Comte), isto é, aquele encadeamento temporal, próprio da consciência comum que, sob a forma de tradição, de culto ao passado, de previsões e projetas, condiciona e suscita, em cada sociedade, a ordem e ·o progresso humanos. Apesar de algum equívoco de expressão, ele nos faz compreender profundamente que não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou a evocação e, portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras; nossas primeiras lembranças e, por conseguinte, a trama de todas as outras, não são trazidas e conservadas pela família? "Um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não vêem" (p. 228) .

O texto que aparece aqui, e que foi tirado dos papéis deixados por Halbwachs nos traz os fragmentos da grande obra que ele projetava sobre o tempo. O que confirma que as relações da memória e da sociedade haviam se tornado o centro e o termo de seu pensamento. Esta obra foi continuada através da tormenta da última guerra, que feriu os seus de modo tão repetido e tão cruel. Em julho de 1944, alquebrou-se pela brutal tragédia que conhecemos: o encarceramento pela Gestapo, no dia seguinte à prisão de um de seus filhos: e em março de 1945, a morte no campo de Buchenwald. Evocando a lembrança de Frederico Rauth, [5] que havia sido seu mestre por alguns meses e do qual havia se tornado amigo, dizia que "a mais alta virtude do filósofo é talvez a intrepidez intelectual"; esta virtude implicou, para Maurice Halbwachs, no desprezo das habilidades e na indiferença às astúcias da vida social. É a parte socrática que há sem dúvida em todos os verdadeiros servidores do espírito.· Poderá parecer simbólico que um dos homens mais interessados em definir a noção de homem enquanto pessoa distinta das coisas, que provoca a condenação radical do instrumento humano, do material humano, tenha suportado o inferno dos campos de concentração, onde a sociedade e o indivíduo são juntamente renegados e aniquilados.

J.-MICHEL ALEXANDRE

NOTAS

[*1] As expropriações e o preço dos terrenos em Paris de 1860 a 1900.
[*2] A Teoria do Homem Médio.
[*3] Ensaio sobre Quetelet e a Estatística Moral.
[*4] Morfologia Social.
[*5] A Classe Trabalhadora e os Níveis de Vida.
[1] Foi, desde 1932, correspondente da Academia das Ciências Morais e Políticas. Desde 1935, membro do Instituto Internacional de Estatística. Desde 1938, presidente do Instituto Francês de Sociologia. Desde 1943, vice presidente da Sociedade de Psicologia Participou em Genebra no B.I.T., em 1936, como delegado à Conferência dos Estatisticos do Trabalho; em 1937, no S.D.N., como especialista no Comitê misto sobre a alimentação dos trabalhadores, etc. Em 1944, alguns meses antes de sua deportação, veio a ser nomeado professor de psicologia social no College de France.
[2] A obra profundamente remanejada apareceu de novo em 1928 sob o título: La population et les tracés de voies à Paris depuis cent ans (A População e o traçado das vias em Paris depois de cem anos).
[3] Cadres sociaux de la mémoire (Quadros sociais da memória), p. 226.
[4] Por exemplo, em 1930, Les causes du suicide (As Causas do Suicídio); em 1942, La topographie légendaire des ~vangiles en Terre sainte (A Topografia Lendária dos Evangelhos na Terra Santa), etc.
[5] Sessão da Sociedade de Filosofia de 24 de fevereiro de 1934.

ADVERTÊNCIA - PARA A SEGUNDA EDIÇÃO

A primeira edição de 1950 continha exclusivamente quatro capítulos manuscritos, encontrados nos papéis de Maurice Halbwachs, sob o título: La mémoire collective. "Salvo algumas passagens por demais inacabadas, - especificava a advertência - (e cujo corte está assinalado por pontos de reticências), o manuscrito foi integralmente reproduzido. Os títulos dos capítulos foram escolhidos pelo autor; somente os subtítulos foram acrescentados pelos editores".

Em 1949, há perto de vinte anos, não acreditávamos dever introduzir no livro um artigo publicado em vida por Maurice Halbwachs na Revue Philosophique ("Revista Filosófica"), (1939), n.08 3-4): "La Mémoire Collective chez les Musiciens", [*] ainda que fosse considerado, como uma simples possibilidade, fazer desse artigo o primeiro capítulo da obra. Jean Duvignaud estima hoje que esta análise da memória musical parece confirmar as opiniões que ele próprio formulou, em seu Prefácio, sobre a evolução do pensamento de Maurice Halbwachs e sua "orientação em direção ao concreto". Foi então decidido juntar o artigo ao livro; porém, a fim de não modificar a estrutura deste, colocá-lo em anexo. Um outro acréscimo foi feito: o da introdução biográfica, escrita em 1948 por J .-Michel Alexandre, e que não havia aparecido senão em L'Année Sociologique (3ª série, 1940-1948), onde a obra havia sido publicada com prioridade, pelos cu~dados de G. Gurvitch, sob o título: Mémoire et société (Memória e Sociedade).

J .-MICHEL ALEXANDRE

NOTAS

[*] "A Memória Coletiva nos Músicos".

Capítulo I

MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA INDIVIDUAL

Confrontações

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. Quando uma pessoa diz: "eu não creio em meus olhos", ela sente que há nela dois seres: um, o ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do "eu" que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros. Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas. Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. Quando encontramos um amigo do qual a vida nos separou temos alguma dificuldade, primeiramente, em retomar contato com ele. Mas logo, quando evocamos juntos diversas circunstâncias, de que cada um de nós se lembra, e que não são mais as mesmas, ainda que elas se relacionem aos mesmos eventos; não conseguimos nos pôr a pensar e a lembrar em comum, e os fatos passados não têm mais o mesmo relevo, não acreditamos revivê-los com mais intensidade, porque não estamos mais sós para representá-los, como os vemos agora, como os vimos outrora, quando os olhávamos ao mesmo tempo com nossos olhos e os de um outro?

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. Chego pela primeira vez a Londres, e passeio com várias pessoas, ora com um ora com outro companheiro. Tanto pode ser um arquiteto que atrai minha atenção para os edifícios, suas. proporções, sua disposição, como pode ser um historiador: aprendo que tal rua foi traçada em tal época, que aquela casa viu nascer um homem conhecido, que ocorreram, aqui ou lá, incidentes notáveis. Com um pintor, sou sensível à tonalidade dos parques, à linha dos palácios, das igrejas, aos jogos de luz e sombras nas paredes e as fachadas de Westminster, do Templo, sobre o Tâmisa. Um comerciante, um homem de negócios, me

arrasta pelos caminhos populosos da cidade; detenho-me diante· das lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Mas mesmo que eu não tivesse caminhado ao lado de alguém, bastaria que tivesse lido descrições da cidade, compostas de todos esses diversos pontos de vista; que me tivessem aconselhado a examinar tais de seus aspectos ou, simplesmente, que dela tenha estudado a planta. Suponhamos que eu passeie só. Diremos que desse passeio eu não possa guardar senão lembranças individuais, que não sejam senão minhas? Não obstante, passeei só somente na aparência. Passando por Westminster, pensei no que me havia sido dito por um amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma história). Atravessando uma ponte, considerei o efeito de perspectiva que meu amigo pintor havia assinalado (ou que me havia surpreendido num quadro, numa gravura). Eu me dirigi, orientado pelo pensamento de meu plano. A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores dos Court's of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava então com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro, aquele que eu compunha com esse arquiteto, além deste, com aqueles, dos quais ele era o intérprete junto a mim, ou aquele pintor (e seu grupo), com o geômetra que havia desenhado esse plano, ou com um romancista. Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles.

O esquecimento pelo desapego de um grupo

Assim, para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias.

Elas não seriam, todavia, suficientes. Acontece, com efeito, que uma ou varias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a seqüência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. É por exemplo, um fato cuja .realidade não é discutível. Trazem-nos algumas provas exatas de que tal acontecimento produziu-se, que ali estivemos presentes, que dele participamos ativamente. Entretanto essa cena nos permanece estranha, como se outra pessoa estivesse em nosso lugar. Para retomar um exemplo que nos foi objetado, houve em nossa vida um certo número de incidentes marcantes que não puderam deixar de acontecer. e certo que houve um dia em que estive pela primeira vez no liceu, um dia em que entrei pela primeira vez numa classe no quarto ano, no terceiro ano, etc. Todavia, ainda que esse fato possa ser localizado no tempo e no espaço, mesmo que parentes ou amigos disso me fizessem uma descrição exata, acho-me em presença de um dado· abstrato, para o qual me é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não lembro de nada. E não reconheceria mais tal lugar pelo qual passei certamente uma ou várias vezes, nem tal pessoa que certamente encontrei. Contudo, as testemunhas estão lá. Seria

então como se o seu papel fosse inteiramente acessório e complementar, que elas me servissem sem dúvida para precisar e completar minhas lembranças. mas na condição que essas reapareçam primeiramente, isto é, que se tenham conservado em meu espírito? Mas aí não há nada que nos deva admira. Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Freqüentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer· que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. Da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que nô-la descrevem poderão fazemos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros. Vejam um professor que ensinou durante dez ou quinze anos em um liceu. Ele encontra um de seus antigos alunos, e mal o reconhece. Este fala de seus colegas de outrora. Ele recorda os lugares que ocupavam nos diversos bancos da sala de aula. Evoca muitos dos acontecimentos de ordem escolar que se produziram nessa sala de aula, durante esse ano, os sucessos de uns ou outros, as extravagâncias e as travessuras de outros, tais partes do curso, tais explicações que impressionaram particularmente os alunos, ou lhes interessaram. Ora, é bem possível que, de tudo isso, o professor não tenha guardado nenhuma lembrança. Entretanto, seu aluno não se engana. É indubitável, aliás, que naquele ano, durante todos os dias

do ano, o professor teve presente no espírito o quadro que lhe representava o conjunto dos alunos bem como a fisionomia de cada um deles, e todos esses acontecimentos ou incidentes que modificam, aceleram, rompem ou tornam mais lento o ritmo de vida da aula, e fazem com que esta tenha uma história. Como esqueceu tudo isso? E como acontece que salvo um pequeno número de reminiscências muito vagas, as palavras de seu antigo aluno não despertem em sua memória nenhum eco de outrora? É porque o grupo que constitui uma classe é essencialmente efêmero, pelo menos se considerarmos que a classe compreende o mestre ao mesmo tempo que os alunos, e não é mais o mesmo quando os alunos, os mesmos talvez, passam de uma classe para outra, e se acham em outros bancos. O ano acabado, os alunos se dispersam, e essa classe definida e particular não se reorganiza nunca mais. É preciso não obstante distinguir. Para os alunos, ela viverá por algum tempo ainda; pelo menos, a ocasião freqüentemente se lhes oferecerá para nela pensar, e dela lembrar-se. Como eles têm quase a mesma idade, talvez pertençam aos mesmos meios sociais, não esquecerão que estiveram próximos sob os cuidados do mesmo mestre. As informações que este lhes comunicou levam sua marca; freqüentemente, quando nelas repensarem, através e além desta noção, perceberão o mestre que lhes revelou, e seus companheiros de classe que as receberam ao mesmo tempo que eles. Para o mestre, será completamente diferente. Quando estava em sua sala de aula, exercia sua função: ora, o aspecto técnico de sua atividade não tem uma relação maior com uma classe do que com outra. Com efeito, enquanto um professor repete, de um ano para outro, a mesma aula, cada um de seus anos de ensino não se opõe tão nitidamente a todos os demais do mesmo modo que, para os alunos, cada um de seus anos de liceu. Novos para os alunos, seu ensino, suas exortações, suas reprimendas, até seus depoimentos de simpatia para um dentre eles, seus gestos, sua voz, mesmo seus gracejos, não representam talvez, para ele, senão uma série de ates e maneiras de ser habituais, e que resultam de sua profissão. Nada disso pode alicerçar um conjunto de lembranças que se reportariam a tal classe mais do que a outra. Não existe nenhum grupo permanente· do qual o professor continue a fazer parte, no qual tenha a ocasião de repensar, e para o ponto de vista do qual possa se recolocar, para recordar-se com ele do passado.

Mas não é assim para todos os casos em que os outros reconstroem para nós os acontecimentos que vivemos juntos, sem que nós possamos recriar em nós o sentimento do já visto. Entre esses acontecimentos, aqueles que estavam ligados a eles e nós mesmos, há com efeito descontinuidade, não somente porque o grupo no seio do qual os víamos não mais existe materialmente, mas porque nele não pensamos mais e porque não temos nenhum meio de reconstruir sua imagem. Cada um dos membros dessa sociedade era definido, a nossos olhos, por seu lugar ocupado dentro do conjunto dos demais, e não por suas relações, que ignorávamos, com outros ambientes. Todas as lembranças que podiam nascer no interior da classe se apoiavam uma sobre a outra, e não em recordações exteriores. A duração de uma tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo. Se subsistem todavia testemunhas, se por exemplo antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar a seu professor o que este não se recorda mais, é porque no interior da classe, com alguns colegas, ou fora da classe, com seus pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas e, por isso, mais duráveis; e os acontecimentos da classe interessavam também a estas sociedades menores, ali tinham sua repercussão, ali deixavam traços. Mas o professor delas estava excluído, ou pelo menos, se os

membros dessas sociedades o incluíssem, ele mesmo não o cabia.

Quantas vezes não acontece, em efeito, que, nas sociedades de toda natureza que os homens formam entre si, um deles não faça uma idéia correta do lugar que ocupa no pensamento dos demais, e quantos mal-entendidos e desilusões não têm a sua fonte numa tal diversidade de pontos de vista? Na ordem das relações afetivas, onde a imaginação desempenha importante papel, um ser humano que é muito amado, e que ama moderadamente, não é muitas vezes prevenido senão tardiamente, ou talvez não se dá jamais conta da importância que se atribuiu a seus menores expedientes, a suas palavras mais insignificantes. Aquele que amou mais lembrará mais tarde, declarações, promessas do outro das quais este não conservou nenhuma recordação. Isto não é sempre efeito de inconstância, da infidelidade, da imprudência. Mas ele estava muito menos engajado do que o outro nessa sociedade que repousava num sentimento desigualmente dividido. Assim, um homem muito piedoso, cuja vida foi simplesmente edificante, e que foi santificado após sua morte, se espantaria muito, se retornasse à vida, e pudesse ler sua legenda: esta foi composta, entretanto, com a ajuda de recordações preciosamente conservadas, e redigidas com fé, por aqueles com quem passou parte de sua vida. Nesse caso, é provável que muito dos acontecimentos recolhidos, e que o santo não reconheceria, não tivessem acontecido; mas alguns deles, que talvez não o tivessem impressionado porque concentrava sua atenção na imagem interior de Deus, impressionaram àqueles que o rodeavam, porque a atenção deles se fixava sobretudo nele.

Mas podemos também, no momento, estar interessados tanto quanto os outros, e mesmo mais do que eles, em tal fato e não conservar dele, apesar disso, nenhuma lembrança, a ponto de não o reconhecermos quando nô-lo descrevem, porque, desde o momento em que ele se deu, saímos do grupo pelo qual foi notado e a ele não retornamos mais. Há pessoas de quem dizemos que estão sempre no presente, isto é, que eles não se interessam senão pelas pessoas e pelas coisas no meio das quais elas se encontram no momento, e que estão em relação com o objeto atual de sua atividade, ocupação ou distração. Um negócio liquidado, uma viagem acabada, não pensam mais naqueles que foram seus sócios ou seus companheiros. Logo são absorvidas por outros interesses, engajadas em outros grupos. Uma espécie de instinto vital lhes ordena desviar seu pensamento de tudo aquilo que poderia distraí-las do que as preocupa atualmente. Algumas vezes, as circunstâncias são tais que essas pessoas giram de algum modo num mesmo círculo e são reconduzidas de um grupo para outro, como nessas velhas figuras de dança onde mudando sempre de dançarino reencontramos o mesmo, porém, com intervalos bem próximos. Então, não as perdemos senão para reencontrá-las e, como a mesma faculdade de esquecimento se exerce alternativamente em detrimento e em vantagem de cada um dos grupos que elas atravessam, podemos dizer que as tornamos a achar inteiramente. Mas acontece também que elas seguem de hoje em diante, um caminho que não se cruza mais com aqueles que elas deixaram, e que deles se afastaram cada vez mais. Assim, se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontremos no meio deles, não conseguimos reconstituir com eles o grupo antigo. E. como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, más de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos. Recolocamos os diversos detalhes dentro de um outro conjunto, constituído por nossas

representações do momento. Parece que chegamos num novo caminho. Os detalhes não tomariam com efeito seu antigo sentido senão em relação a todo um outro conjunto que nosso pensamento não abrange mais. Poderemos recordar todos os detalhes e sua respectiva ordem. E. do conjunto que seria necessário partir. Ora, isso não nos é mais possível porque, há muito tempo, estamos afastados dele e seria necessário voltar longe demais.

Tudo se passa aqui como no caso dessas amnésias patológicas que ·se referem a um conjunto bem definido e limitado de lembranças. Constatou-se que algumas vezes, após um choque cerebral, esquececemos o que se passou em todo um período, em geral antes do choque, remontando até uma certa data, enquanto nos lembrarmos de todo o resto. Ou esquecemos toda uma categoria de lembranças da mesma ordem, qualquer que seja a época em que as adquirimos: por exemplo, tudo o que sabemos de uma língua estrangeira, e dela somente. Do ponto de vista fisiológico, isto parece explicar-se não pelo fato de que as lembranças de um mesmo período ou de uma mesma espécie estariam localizadas em tal parte do cérebro, que seria a única lesada; mas a função cerebral da lembrança deve ser atingida em seu conjunto. O cérebro cessa então de executar algumas operações, e aquelas somente, da mesma forma que um organismo debilitado não é mais capaz, durante algum tempo, quer de caminhar, quer de falar, que de assimilar os alimentos, apesar de todas as outras funções subsistirem. Mas poderemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade. Então separam-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o conjunto das lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam. Esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender aqueles que se dirigiam a nós nessa língua, ainda que fossem pessoas vivas e presentes, ou autores cujas obras líamos. Quando nos dirigíamos a eles, adotávamos uma atitude definida, da mesma forma que em presença de qualquer conjunto humano. Não depende mais de nós adotar essa atitude e nos voltar para esse grupo. Agora poderemos encontrar alguém que nos garantirá que não aprendemos bem essa língua e, folheando nossos livros e nossos cadernos, encontrar em cada página provas concretas de que traduzimos este texto, que sabíamos aplicar essas regras. Nada disso bastará para restabelecer o contato interrompido entre nós e todos aqueles que se exprimem ou que escreveram nessa língua. É porque não temos mais atenção para permanecer ao mesmo tempo em relação com esse grupo e com outros com os quais, sem dúvida, temos uma relação estreita e mais atual. Não há motivo, aliás, para se espantar caso essas lembranças se diluam todas ao mesmo tempo e se anulem. É porque formam um sistema independente, pelo fato de serem as lembranças de um mesmo grupo, ligadas uma a outra e apoiadas de certo modo uma sobre a outra; e que esse grupo é nitidamente distinto de todos os outros, de modo que podemos, ao mesmo tempo, estar dentro de todos estes, e fora daquele. De um modo talvez menos brusco e brutal, na ausência de perturbações patológicas quaisquer, pouco a pouco nos distanciamos e nos isolamos de certos meios que não nos esquecem, mas de que conservamos apenas uma lembrança vaga. Podemos definir ainda em termos gerais os grupos com os quais nos relacionamos. Mas não nos interessam mais, porque no presente tudo nos afasta deles.

Necessidade de uma comunidade afetiva

Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que não revimos mais. Nosso pensamento estava ao mesmo tempo mais perto e mais distante deles. Conversávamos com eles. Com eles, nós nos interessávamos pelos detalhes do caminho e os diversos incidentes da viagem. Mas, ao mesmo tempo, nossas reflexões seguiam um curso que lhes escapava. Trazíamos conosco, com efeito, sentimentos e idéias que tinham sua origem em outros grupos, reais ou imaginários: é com outras pessoas que nos entretínhamos interiormente, percorrendo esse País nós o povoávamos, em pensamentos, com outros seres: tal lugar, tal circunstância tomavam então a nossos olhos um valor que não podiam ter para aqueles que nos acompanhavam. Mais tarde, talvez, nós reencontraremos um deles, e ele fará alusão a particularidades dessa viagem da qual se recorda e da qual deveríamos nos lembrar, se tivéssemos permanecido em relação com aqueles que a fizeram conosco e que, entre eles, dela falaram muitas vezes depois. Mas nós esquecemos tudo o que ele evoca e que se esforça em vão para nos fazer lembrar. Em compensação, nós nos lembraremos daquilo que experimentávamos então com o desconhecimento dos demais, como se essa espécie de lembranças houvesse marcado mais profundamente sua impressão em nossa memória porque não tinha relação senão conosco. Assim, nesse caso, de um lado, os depoimentos dos outros serão impotentes para reconstituir nossa lembrança apagada; de outro, nós nos lembraremos, em aparência, sem o apoio dos demais, de impressões que não comunicamos a ninguém.

Resulta disso que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de' dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu. Da mesma maneira, às vezes, homens que se aproximaram pelas necessidades de uma obra comum, seu devotamento para um dentre eles, o ascendente de alguém, uma preocupação artística etc., separam-se em seguida, em vários grupos: cada um destes é muito limitado para guardar tudo o que ocupou o pensamento do grupo, do cenáculo

literário, da assembléia religiosa que outrora envolvia a todos. Por isso apegam-se a um aspecto desse pensamento e não guardam a lembrança senão de uma parte dessa atividade, de onde vários quadros do passado comum não coincidem e dos quais nenhum é verdadeiramente correto. Com efeito, desde que mantiveram-se afastados, nenhum deles pode reproduzir todo o conteúdo do antigo pensamento. Se agora dois desses grupos entram em contato, o que lhes falta precisamente para se compreenderem, se entenderem e confirmarem mutuamente as lembranças . desse passado de vida comum é a faculdade de esquecer as barreiras que os separam no presente. Um mal-entendido pesa sobre eles, como sobre dois homens que se reencontram e que, como dizemos, não falam mais a mesma língua. Quanto ao fato de que guardamos a lembrança de impressões que nenhum de nossos companheiros, naquela época, pôde conhecer, não constitui uma prova de que nossa memória pode bastar-se· e não ter sempre necessidade de apoiar-se na dos demais. Suponhamos que no momento em que partimos em viagem com uma sociedade de amigos, nós nos achemos tomados de uma viva preocupação, que eles ignoravam: absorvidos por uma idéia ou· por um sentimento, tudo o que ferisse nossos olhos ou ouvidos a isto se relacionava: alimentávamos nosso pensamento secreto de tudo aquilo que, no campo da nossa percepção, a isto pudesse relacionar-se. Tudo se passava então como se não tivéssemos deixado o grupo de seres humanos mais ou menos afastados a que ligávamos nossas reflexões: nós lhe incorporaríamos todos os elementos do meio novo que pudessem se assimilar a ele; neste meio, considerado nele mesmo e do ponto de vista de nossos companheiros, nós o conservaríamos, entretanto, pela parte mais frágil de nós mesmos. Se pensarmos, mais tarde, nessa viagem, não se pode dizer que nos colocaremos do ponto de vista daqueles. que fizeram conosco. Eles próprios, nós não os recordaremos senão na medida em que suas pessoas estiverem empreendidas dentro do quadro de nossas preocupações. É assim que, quando se entra pela primeira vez em um quarto na boca da noite, quando vemos as paredes, móveis e todos os objetos mergulhados dentro de uma semi-obscuridade, essas formas fantásticas ou misteriosas permanecem na nossa memória como o quadro apenas real do sentimento de inquietude, de surpresa ou de tristeza que nos acompanhava no momento em que elas feriam nossos olhares. Não seria suficiente rever o quarto em pleno dia para recordá-las: seria necessário que imaginássemos ao mesmo tempo a nossa tristeza, nossa surpresa ou nossa inquietude. Era então nossa reação pessoal em presença dessas coisas que as transfigurava para nós até esse ponto? Sim, se o quisermos, mas com a condição de não esquecer que nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas; e que o efeito de contraste provinha sobretudo daquilo que procurávamos nesses objetos, não do que ali viam aqueles para quem eram familiares, mas o que se ligava às preocupações de outros homens, cujo pensamento se aplicava pela primeira vez a esse quarto conosco.

Da possibilidade de uma memória estritamente individual

Se esta análise estiver correta, o resultado para onde nos conduz permitiria talvez responder à objeção mais séria e, aliás, a mais natural a que nos expomos quando pretendemos que só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de perguntar quem nos concede esse segundo ponto, posto que uma tal atitude mental não é possível senão junto a um homem que faz ou fez parte de uma sociedade e porque, à distância pelo menos, sofre ainda seu impulso. Basta que não possamos pensar em tal objeto para que nos comportemos como membro de um grupo, para que a condição desse pensamento seja evidentemente a existência do grupo. É por isto que, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo "esteve só", segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve só senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela· sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade. Aí não está a dificuldade.

Mas será que não existem lembranças que reaparecem sem que, de alguma maneira, seja possível relacioná-las com um grupo, porque o evento que reproduzem foi percebido por nós enquanto estávamos sós, não em aparência, mas realmente sós, cuja imagem não se desloca no pensamento de nenhum grupo de homens, e que nós recordaremos deslocando-nos para um ponto de vista que não pode ser senão o nosso? Mesmo que fatos desse gênero fossem bastante raros, e mesmo excepcionais, bastaria que pudéssemos atestar alguns deles para mostrar que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesma a evocação de qualquer lembrança. Apesar de tudo, nada prova que todas as noções e imagens tomadas dos meios sociais de que fazemos parte, e que intervêem na memória, não cubram, como uma tela de cinema, uma lembrança individual, mesmo no caso em que não a percebemos. A questão toda é saber se uma tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenha em todos os casos. Haveria então, na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensivel.

"Experimentamos alguma inquietude, dizia Charles Blondel; em ver eliminar, ou quase, da lembrança qualquer reflexo dessa intuição sensivel que não é, sem dúvida, toda a percepção; mas que, assim mesmo, é evidentemente preâmbulo indispensável e a condição sine qua non. . . Para que não confundamos a reconstituição de nosso próprio passado com aquela que possamos fazer de nosso vizinho; para que esse passado empírica, lógica e socialmente possível nos pareça se identificar com nosso passado real, é preciso que em algumas destas partes, pelo menos, haja algo mais do que uma reconstituição feita com materiais emprestados" (Revue philosophique (Revista Filosófica), 1926, p. 296). Désiré Roustan, por sua vez, nos escrevia: "Se você se limitar a dizer: quando alguém acredita evocar o passado há 99% de construção e 1% de evocação verdadeira; esse resíduo de 1%, que resistiria a sua explicação, bastaria para recolocar em questão todo o problema de conservação da lembrança. Ora, você poderia evitar esse resíduo?".

1ª Lembranças da infância

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações fossem apenas o reflexo dos objetos exteriores,no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodeavam. Se não nos recordamos de nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ente social. "Minha primeira lembrança, diz Stendhal, é de ter mordido a bochecha e a testa de Mme. Pison-Dugalland, minha prima, mulher de vinte e cinco anos que era muito barriguda e vermelha ... Vejo a cenas mas sem dúvida porque na hora me chamaram de criminoso, diziam que eu cometera um crime". Do mesmo modo ele se lembra de um dia em que ele espetou um burro que o derrubou. "Pouco faltou para que morresse, dizia meu avô. Revejo o acontecimento, mas provavelmente não se trata de uma lembrança direta, não é mais que a lembrança da imagem que formei da coisa muito antigamente, à época das primeiras narrativas que me fizeram dela". (Vie de Henri Brulard (Vida de Henri Brulard, pp. 31 e 58). O mesmo que se diz das lembranças de infância. A primeira que acreditei durante muito tempo poder restabelecer foi nossa chegada a Paris. Eu tinha então dois anos e meio. Subíamos a escada à noite (o apartamento era no quarto andar), e nós, crianças, falávamos em voz alta que em Paris morava-se no sotão. Ora, que um de nós tenha feito essa observação, é possível. Mas era natural que nossos pais, que se divertiam, as tenham guardado e nos contado depois. Vejo ainda nossa escada clara: mas eu a vi muitas vezes depois.

Agora vejam um acontecimento de sua infância contado por Benvenuto Cellini no início de suas Mémoires (Memórias): não é certo que se trate de uma recordação. Se no entanto a reproduzimos, é porque nos ajudará a compreender melhor o interesse do exemplo que seguirá, e sobre o qual insistiremos. "Tinha três anos de idade aproximadamente, quando minha avó Andréa Cellini vivia ainda e já havia passado os cem. Um dia, tínhamos trocado um tubo de uma pia, e do qual saíra um enorme escorpião sem que tivéssemos percebido. Ele desceu no chão e escondeu-se debaixo de um banco. Eu o vi, corri para ele, apoderei-me dele. Era tão grande, que minha mão deixava passar seu rabo de um lado e suas pinças do outro. Contaram- me que, todo feliz, eu corri para meu avô, dizendo-lhe: 'Veja vovô, minha bela lagostinha'. Ele reconheceu de imediato que se tratava de um escorpião, e no seu amor por mim quase caiu morto de pavor. Ele me pediu com muito carinho; mas eu o apertava cada vez mais estreitamente, chorando, porque não queria dá-lo a ninguém. Meu pai, que estava ainda em casa, acorreu aos gritos. Em sua estupefação, ele não sabia como proceder para que esse animal venenoso não me ferisse a ponto de morrer, quando um par de tesouras chamou sua vista. Ele delas se armou e, me agradando muito, cortou o rabo e os ferrões do escorpião. Desde o momento que ele me salvou desse perigo, considerou esse evento como um bom augúrio". Essa cena, movimentada e dramática, desenrola-se inteiramente no interior da família. Quando a criança apoderou-se do escorpião, não tinha a idéia, por um instante sequer, de que se tratava de animal perigoso: era uma pequena lagostinha, como aquela que seus pais lhe mostraram, que a fizeram tocar, como um brinquedo. Em realidade, um elemento estranho, vindo de fora, penetrou em sua casa, e seu avô e seu pai reagiam cada um a sua maneira: choros de criança, súplicas e carinhos dos pais, sua angústia,

seu terror, e a explosão de alegria que se segue: tantas reações familiares que definem o sentido do acontecimento. Admitamos que a criança se lembre: é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu.

Escutemos agora Charles Blondel. "Eu me lembro, diz ele, que quando criança aconteceu-me uma vez, explorando uma casa abandonada, de me enfiar bruscamente até meio corpo no meio de uma peça obscura, num buraco no fundo do qual havia água; e eu reconheço mais ou menos facilmente onde e quando a coisa se passou, mas aqui meu saber é inteiramente secundário à minha lembrança". Entendamos que a lembrança apresentou-se como uma imagem que não estava localizada. Não é então pensando primeiramente na casa, quer dizer, colocando-se do ponto de vista da família que ali morava, que podemos lembrá-lo; além do que, disse-nos Blondel, ele jamais contou esse acidente a nenhum de seus pais, e está certo de não ter pensado nele novamente. "Nesse caso, acrescenta, tenho muita necessidade de reconstruir o ambiente de minha lembrança, não tenho nenhuma necessidade de reconstituí-la, a ela mesma. Parece verdade que, nas lembranças desse gênero, tenhamos um contato direto com o passado, que lhe precede e condiciona a reconstituição histórica" (loc. cit., p. 297). Essa narração se distingue nitidamente da precedente da que Benvenuto Cellini nos mostra, primeiramente, em que época e em que lugar se coloca a cena que recorda, o que ignorava inteiramente Blondel quando evocou sua queda dentro de um buraco cheio de água até a metade. E mesmo nisso que insiste. Mas talvez não seja a diferença essencial entre um e outro. O grupo do qual a criança fazia parte mais intimamente, naquela época, e que não cessa de envolvê-lo é a família. Ora, desta vez, a criança afastou-se dele. Não somente não viu mais seus pais, mas lhe pode parecer que eles não são mais presentes em seu espírito. Em todo o caso, eles não intervêem em nada na história, já que dela não foram informados, ou porque não deram muita importância para conservar sua lembrança e contá-la mais tarde àquele que foi o herói. Mas isso basta para que possamos dizer que ele realmente estava só? E verdade que a novidade e a vivacidade da impressão, impressão penosa de abandono, impressão estranha de surpresa em presença do inesperado e do jamais visto ou jamais experimentado, explicam que seu pensamento tenha abandonado seus pais? Não será, pelo contrário, porque era uma criança, quer dizer, um ser mais intimamente próximo do adulto no conjunto dos sentimentos e pensamentos domésticos, que se achou subitamente em angústia? Porém pensava nos seus e estava só apenas na aparência. Pouco importa, então, que não se lembre em que época precisa e em que lugar determinado se achava e que não possa se apoiar num quadro local e temporal. E o pensamento da família ausente que fornece o quadro, e a criança não tem necessidade, como diz Blondel, de "reconstituir o ambiente de sua lembrança", posto que a lembrança se apresenta dentro desta circunscrição. Que a criança dela não se tenha apercebido, que sua atenção não tenha, neste momento, se fixado neste aspecto de seu pensamento; que mais tarde, quando o homem se recorda desta lembrança de infância, não o nota também, não há nada de que possa admirar-se. Uma "corrente de pensamento" social é ordinariamente tão invisível como a atmosfera que respiramos. Só reconhecemos sua existência, na vida normal, quando a ela resistimos; mas uma criança que chama os seus, e que tem necessidade de sua ajuda, não lhes resiste.

Blondel poderia nos objetar, muito corretamente, que existe no fato de que ele se lembra um

conjunto de particularidades sem nenhuma relação com um aspecto qualquer de sua família. Explorando uma peça obscura, ele caiu dentro de um buraco cheio até a metade de água. Admitamos que ao mesmo tempo estivesse apavorado por se sentir longe dos seus. "O essencial do fato, atrás do qual todo o resto parece se apagar, é aquela imagem que. em si mesma, se apresenta como inteiramente destacada do meio doméstico. Ora, é ela, é a conservação dessa imagem, que ele precisaria explicar. Como tal, com efeito, ela se distingue de todas as outras circunstâncias onde eu me encontrava quando me apercebia que estava longe dos meus; onde eu me voltava para o mesmo meio, para ali encontrar ajuda, e para o mesmo 'ambiente'. Em outras palavras, não vemos como um quadro tão geral como a família pudesse reproduzir um fato a tal ponto particular". "A essas formas que são os quadros coletivos impostos pela sociedade, diz ainda Blondel, é preciso uma matéria. Por que não admitir simplesmente que esta matéria existe realmente, e não é outra senão a que, precisamente, na lembrança, está sem relação com o quadro, quer dizer, as sensações e intuições sensíveis que renasceriam dentro desse quadro? Quando o Pequeno Polegar foi abandonado por seus pais na floresta, certamente ele pensou em seus pais: mas muitos outros objetos se ofereceram a ele: seguiu uma e várias sendas, subiu numa árvore, percebeu uma luz, aproximou-se de uma casa isolada etc. Como resumir isso na simples observação: ele perdeu-se e não tornou a encontrar seus pais? Se ele seguisse um outro caminho, fizesse outros encontros, o sentimento de abandono teria sido o mesmo e, todavia, ele teria guardado outras lembranças.

Ao que responderemos que, quando uma criança se perde em uma floresta ou em uma casa, tudo se passa como se, arrastada até então na corrente dos pensamentos e sentimentos que a ligam aos seus, ela se achava presa ao mesmo tempo em uma outra corrente, que deles a distanciava. Do Pequeno Polegar podemos dizer que permanece dentro do grupo familiar, posto que tem nele seus irmãos. Mas os toma sob seu comando, toma-os todos sob sua guarda; ele os dirige, isto é, do lugar de criança passa ao de pai, entra no grupo dos adultos, mas nem por isso deixa de ser criança. Mas isso se aplica também àquela lembrança que evoca Blondel, que é ao mesmo tempo uma lembrança de criança e uma lembrança de adulto, pois a criança se encontrou pela primeira vez numa situação de adulto. Criança, todos os seus pensamentos estavam à medida de uma criança. Habituado a julgar objetos exteriores por meio de noções que devia a seus pais, seu assombro e seu medo vinham da dificuldade que experimentava para reintegrar o que via agora em seu pequeno mundo. Adulto, vinha a sê-lo no sentido que não estando os seus mais ao seu alcance, encontrava-se diante de objetos que lhe eram novos e inquietantes, mas que não eram, pelo menos na mesma intensidade, para uma pessoa adulta. Ele pode ter permanecido muito pouco tempo no fundo desse corredor obscuro. Nem por isso deixou de tomar contato com um mundo que tornará a encontrar mais tarde, quando estiver mais entregue a si mesmo. Há aliás, através de toda a infância, muitos momentos em que encaramos assim o que não é mais da família; ou porque nos chocamos, ou porque nos ferimos ao contato dos objetos, ou porque devamos nos submeter e vergar à força das coisas, ainda que passemos inelutavelmente por uma série de pequenas experiências que são como que uma preparação para a vida adulta: é a sombra que projeta sobre infância a sociedade dos adultos, e mesmo mais do que uma sombra, uma vez que a criança pode ser chamada a tomar sua parte em cuidados e responsabilidades cujo peso recai de ordinário sobre ombros mais fortes que os seus; e que ela é,

pelo menos temporariamente e por uma parte de si mesma, colocada dentro do grupo daqueles que são mais velhos do que ela. É por isso que dizemos algumas vezes de alguns homens que eles não tiveram infância, porque a necessidade de ganhar seu pão, impondo-se a eles muito cedo, forçou-os a entrar nos domínios da sociedade onde os homens lutam pela vida, enquanto que a maioria das crianças nem sabem que essas regiões existem; ou porque em conseqüência de uma morte conheceram uma espécie de sofrimento de ordinário reservado aos adultos, e tiveram que enfrentá-lo no mesmo plano que eles.

O conteúdo original de tais lembranças, que as destaca de todas as outras, se explicaria então pelo fato de que elas se encontram no ponto de cruzamento de duas ou várias séries de pensamentos, pelas quais elas se relacionam a tantos grupos diferentes. Não bastaria dizer: no ponto de cruzamento de uma série de pensamentos que nos relaciona a um grupo (aqui a família), e de um outro que abrange somente as sensações que nos chegam das coisas: tudo seria de novo colocado em questão, já que, essa imagem das coisas não existindo senão para nós, uma parte de nossa lembrança não se adaptaria a nenhuma memória coletiva. Mas uma criança tem medo na escuridão, ou quando se perde num lugar deserto, porque povoa esse lugar de inimigos imaginários, porque nessa noite receia esbarrar em não sabe que seres perigosos. Rousseau conta-nos que numa noite de outono muito escura, Lambercier deu-lhe a chave do templo e disselhe para ir procurar no púlpito a Bíblia que ali haviam deixado. "Abrindo a porta, disse ele, ouvi na abóbada uma certa ressonância que acreditei assemelhar-se a vozes e que começou a abalar minha coragem romana. Aberta a porta, eu queria entrar; dei alguns passos apenas, e parei. Olhando a escuridão profunda que reinava nesse vasto lugar, fui acometido de um terror que me fez arrepiar os cabelos. Eu me embaraçava entre os bancos, não sabia mais onde estava e, não podendo mais encontrar nem o púlpito, nem a porta, caí numa confusão inexprimível". Se o templo estivesse claro, ele teria visto que ali não se achava ninguém, não teria tremido. O mundo, para a criança, não é jamais vazio de humanos, de influências benfazejas ou malignas. Nos pontos onde essas influências se encontram e se cruzam, corresponderão talvez, no quadro de seu passado, as imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos nas duas faces e com duas luzes nos revela mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção.

2ª Lembranças de Adulto

Não insistamos mais sobre as lembranças da infância. Poderíamos invocar um grande número de lembranças de adultos tão originais e que se apresentam com um tal caráter de unidade, que parecem resistir muito a toda decomposição. Mas, para esses exemplos, sempre nos seria possível denunciar a mesma ilusão. Que um tal membro de um grupo venha a fazer parte também de um outro grupo; que os pensamentos que tenha de um e de outro se encontrem de repente em seu espírito; por hipótese, só ele percebe esse contraste. Como então julgaria que não se produz em si uma impressão sem medida comum com o que podem experimentar os outros membros desses dois grupos, se estes não têm outro ponto de contato a não ser ele? Essa lembrança está compreendida por sua vez dentro de dois quadros; mas um desses quadros o impede de ver o outro, e inversamente: ele fixa sua atenção no ponto onde eles se encontram, e não a tem mais o suficiente para percebê-los. -e assim que, quando se procura encontrar no céu

duas estrelas que fazem parte de constelações diferentes, satisfeito em ter traçado uma linha imaginária de uma a outra, imaginamos de bom grado que o único fato de alinhá-las assim confere a seu conjunto uma espécie de unidade; entretanto, cada uma delas não é senão um elemento compreendido dentro de um grupo e, se pudemos encontrá-las, é porque nenhuma das constelações estava nesse momento escondida por uma nuvem. Do mesmo modo, pelo fato de que dois pensamentos, uma vez reaproximados, e porque contrastam entre si, parecem se reforçar mutuamente, nós acreditamos que formem um todo que existe por si mesmo, independentemente dos grupos de onde são tirados, e não percebemos que na realidade consideramos ao mesmo tempo os dois grupos, porém cada um do ponto de vista do outro.

Retomemos agora a suposição que desenvolvemos precedentemente. Fiz uma viagem com pessoas conhecidas há pouco tempo, e que estava destinado a rever após longos intervalos. Viajávamos para nosso prazer. Mas eu falava pouco, não escutava quase nada. Eu tinha o espírito tomado de pensamentos e de imagens que não podiam interessar aos outros, que os ignoravam porque eles se prendiam a meus pais, a meus amigos, de quem estava momentaneamente afastado. Assim, pessoas que eu amava, que tinham os mesmos interesses que eu; toda uma comunidade que me estava estreitamente ligada se achava introduzida, sem o saber, num meio, envolvida em acontecimentos, associada a paisagens que lhe eram inteiramente estranhas ou indiferentes. Consideremos então nossa impressão. Ela se explica sem dúvida por aquilo que estava no centro de nossa vida afetiva ou intelectual. Não obstante, ela se desenrolou dentro de um quadro temporal e espacial e em meio a circunstâncias sobre as quais nossas preocupações de então projetavam sua sombra, mas que, de seu lado, dela modificavam o curso e o aspecto: como as casas construídas ao pé de um monumento antigo, e que não tem a mesma idade. Logo que nos lembramos dessa viagem, não nos colocamos, bem entendido, no mesmo ponto de vista de nossos companheiros, posto que ele se resume a nossos olhos numa seqüência de impressões conhecidas unicamente por nós. Mas não podemos dizer também que nos colocamos unicamente do ponto de vista de nossos amigos, de nossos parentes, de nossos autores preferidos, cuja lembrança nos acompanhava. Enquanto caminhávamos num caminho na montanha, ao lado de pessoas de tal aspecto físico, de tal caráter; quando nós distraidamente tomávamos parte em suas conversas, e nosso pensamento permanecia dentro de nosso antigo meio; as impressões que se sucediam em nós eram como outros tantos modos particulares, originais, novos, de considerar as pessoas que nos eram caras e os liames que nos uniam a elas. Porém, em outro sentido, essas impressões, precisamente porque são novas, e porque contêm muitos elementos estranhos ao curso anterior e ao que existe de mais íntimo no curso atual de nossos pensamentos, são também estranhas aos grupos que nos ligam mais estreitamente. Elas os exprimem mas, ao mesmo tempo, não os exprimem dessa maneira senão na condição de que não estejam mais materialmente lá; pois todos os objetos que vemos, todas as pessoas que ouvimos, talvez não nos impressionem, senão na medida em que nos fazem sentir a ausência dos primeiros. Este ponto de vista, que não é nem aquele de nossos companheiros atuais, nem plenamente e sem mistura aquele de nossos amigos de ontem e de amanhã, como não o destacaríamos de uns e de outros para atribuí-lo a 'nós mesmos? Não será verdade que o que nos comove, quando evocamos essa impressão, é o que, nela, não se explica por nossas relações com tal ou qual grupo, o que sobressai em seu pensamento e sua experiência? Eu sei que ela não podia ser repartida, nem

mesmo adivinhada por meus companheiros. Sei também que, sob essa forma e dentro desse quadro, ela não poderia me ser sugerida pelos amigos, os parentes em que eu pensava no momento para onde me reporto agora pela memória. Não será isto como que um resíduo de impressão que escapa tanto ao pensamento e à memória de uns e de outros, e que não existe senão para mim?

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais freqüentemente em contato com ele. Quando àquelas que concernem a um pequeno número e algumas vezes a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, - já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites - passam para último plano. Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos. Se, em certos momentos, sua vida transcorre em meios diferentes, ainda que eles possam através de cartas, descrições, através de suas narrações quando se aproximam, fazer conhecer em detalhes as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato; seria necessário que se identificassem um ao outro para que tudo o que, de suas experiências, era estranho a um ou outro, se achasse assimilado em seu pensamento comum. Quando Mlle de Lespinasse escreve ao conde de Guibert, ela pode lhe fazer compreender aproximadamente o que ela sente longe dele, porém nas sociedades e nos meios mundanos que ele conhece, porque ele se identifica também a eles. Ele pode considerar sua amante, como ela própria pode considerar-se também, colocando-se no ponto de vista destes homens e destas mulheres que ignoram tudo de sua vida romanesca; e ele pode também considerá-la, como ela própria se considera, do ponto de vista do grupo oculto e fechado que eles constituem para eles dois. Contudo, ele está longe, e pode acontecer, sem que ele o saiba, na sociedade que ela freqüenta, muitas mudanças que suas cartas não lhe dão uma idéia suficiente, de modo que várias de suas disposições em presença desses meios mundanos lhe escapam e escaparão sempre: não basta. que ele a ame, como a ama, para que as adivinhe.

Um grupo entra geralmente em relação com outros grupos. Há muitos acontecimentos que resultam de contatos semelhantes, bem como informações que não têm outra origem. Por vezes, essas relações ou esses contatos são permanentes ou então, em todo caso, se repetem muito freqüentemente, se prolongam durante uma duração bastante longa. Por exemplo, quando uma família viveu durante muito tempo numa mesma cidade, ou na proximidade dos mesmos amigos; cidade e família, amigos e família constituem como que sociedades complexas. Então nascem as lembranças, compreendidas em dois quadros de pensamentos que são comuns aos membros dos dois grupos. Para reconhecer uma lembrança desse gênero, é preciso fazer parte ao mesmo tempo de um e de outro. É uma condição que é preenchida, durante algum tempo, por uma parte dos habitantes da cidade, por uma parte dos membros da família. Não obstante, ela o é desigualmente nos diversos momentos, conforme o interesse destes se refira à cidade ou à sua família. E basta, aliás, que alguns dos membros da família deixem esta cidade, tenham que viver em uma outra, para que eles 'tenham uma menor facilidade para lembrar-se daquilo que eles não guardavam senão porque estavam submersos ao mesmo tempo em duas correntes de pensamentos coletivos convergentes; enquanto que no presente experimentam quase que

exclusivamente a ação de um deles. No mais, ainda que somente uma parte dos membros de um desses grupos estivesse compreendida no outro, e reciprocamente, cada uma dessas duas influências coletivas é mais fraca do que se exercesse só. Com efeito, não é o grupo inteiro; a família, por exemplo, não é mais do que uma fração, que pode ajudar um dos seus a se lembrar dessa ordem de .lembranças. É preciso que nos encontremos ou que estejamos em condições que permitam a essas duas influências combinar melhor sua ação, para que a lembrança reapareça e seja reconhecida. Disso resulta que pareça menos familiar, que nos apercebamos mesmo claramente os fatores coletivos que a determinam, e que tenhamos a ilusão de que ela é menos do que as outras sob o poder de nossa vontade ...

A lembrança individual como limite das interferências coletivas

Acontece com muita freqüência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. "Já tínhamos pensado nisso": nós não percebemos que não somos senão um eco. Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz. De uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros. Quantos homens têm bastante espírito crítico para discernir, naquilo que pensam, a parte dos outros, e confessar a si mesmos que, no mais das vezes, nada acrescentam de seu? Algumas vezes alargamos o círculo de suas amizades e de suas leituras, reconhecemos o mérito de seu ecletismo que nos permite ver e conciliar os diferentes aspectos das questões e das coisas; acontece mesmo freqüentemente que a dosagem de nossas opiniões, a complexidade de nossos sentimentos e de nossas preferências não são mais que a expressão dos acasos que nos colocaram em relação com grupos diversos ou opostos, e que a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes têm, separadamente, exercido sobre nós. De qualquer maneira, na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais freqüência nos passam desapercebidas. Da mesma maneira, e talvez com mais razão ainda, quando no ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivo que se cruzam em nós se produz um desses estados complexos, onde queremos ver um acontecimento único, que não existirá a não ser para nós. É um homem em viagem que, repentinamente, se sente tomado por influências que emanam de um meio estranho a seus companheiros. e uma criança que se encontra, pelo concurso inesperado de circunstâncias, numa situação que não é de sua idade, e cujo pensamento se abre para sentimentos e preocupações de adultos. e uma mudança de lugar, de profissão, de família, que não rompe ainda inteiramente os liames que nos amarram

a nossos antigos grupos. Ora, acontece que em caso semelhante as influências sociais se fazem mais complexas, porque mais numerosas, mais entrecruzadas. E uma razão para que as desenredemos menos, e que as distingamos mais confusamente. Percebemos cada meio à luz do outro ou dos outros, ao mesmo tempo que a sua; e temos a impressão de lhe resistir. Sem dúvida, deste conflito ou desta combinação de influências, cada uma delas deveria sobressair mais nitidamente. Mas porque esses meios se afrontam, temos a impressão que não estamos engajados nem em um, nem em outro. Sobretudo, o que se passa no primeiro plano é a estranheza da situação em que nos encontramos, que basta para absorver o pensamento individual. Esse acontecimento se interpõe como uma tela, entre ele [*] e os pensamentos sociais cuja conjugação o elaborou. Não pode ser plenamente compreendido por nenhum dos membros desses meios, a não ser por mim. Nesse sentido, ele me pertence e, já no momento em que ele se produz, eu serei tentado a explicá-lo por mim mesmo e só para mim. Admitiria quando muito que as circunstâncias, isto é, o reencontro desses meios, serviram de ocasião; que elas permitiram a produção de um acontecimento incluído desde longa data em meu destino individual, a aparição de um sentimento que estava em potência em minha alma pessoal. Já que os outros o ignoravam, e não tiveram (pelo menos, eu o imagino) nenhuma parte em sua produção, · mais tarde, logo que ele reaparecer em minha memória, não terei mais que um meio de me explicar seu retomo: é que, de uma maneira ou de outra, conservara-se tal e qual em meu espírito. Mas não há nada disso. Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais, e tais como nós sozinhos as reconhecemos e somos capazes de reencontrá-las, distinguem-se das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam lembradas; mas isto é apenas uma diferença de grau.

Algumas vezes limitamo-nos a observar que nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos: e aqueles que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo, se bem que, logo que os procuramos no passado, parece que nossa vontade tropeça num obstáculo. Na realidade, dos primeiros podemos dizer que estão dentro do domínio comum, no sentido em que o que nos é assim familiar, ou facilmente acessível, o é igualmente aos outros. A idéia que representamos mais facilmente, composta de elementos tão pessoais e particulares quanto o quisermos, é a idéia que os outros fazem de nós; e os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para "todo o mundo" dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. Dos segundos, daqueles que não podemos nos lembrar à vontade, diremos voluntariamente que eles não pertencem aos outros, mas a nós, porque ninguém além de nós pode conhecê-los. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios.

Diremos que nos acontece a mesma coisa que a qualquer um que fechasse seu tesouro dentro de um cofre-forte cuja fechadura é tão complicada que não consegue mais abri-lo, que não

encontra mais o segredo de ferrolho, e que deve lançar-se ao acaso para fazê-la reaparecer? Mas há uma explicação por sua vez mais natural e mais simples. Entre as lembranças que evocamos à vontade e aquelas que nos fogem, encontraríamos na realidade todos os graus. As condições necessárias para que umas e outras reapareçam não diferem a não ser pelo grau de complexidade. As primeiras estão sempre ao nosso alcance, porque se conservam em grupos nos quais somos livres para penetrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com que permanecemos sempre em relações estreitas; tanto que todos os seus elementos, todas as ligações entre esses elementos e as passagens mais diretas de uns aos outros nos são familiares. As segundas nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos que as trariam a nós estão mais distantes; não estamos em cantata com eles senão de modo intermitente. Há grupos que se associam, ou que se reencontram freqüentemente, ainda que possamos passar de um ao outro, ou estar ao mesmo tempo em um e outro; entre outros, as relações são tão reduzidas, tão pouco visíveis, que não temos nem a ocasião nem a idéia de seguir os apagados caminhos pelos quais se comunicam. Ora, é sobre tais caminhos, sobre tais sendas ocultas, que reencontraríamos as lembranças que nos dizem respeito, da mesma maneira como um viajante pode considerar como sua propriedade um manancial, um grupo de rochedos, uma paisagem que não atingiríamos senão com a condição de sairmos do caminho, de alcançarmos uma outra por um caminho mal traçado e não freqüentado. Os atrativos destes atalhos pertencem aos dois caminhos e os conhecemos: mas é preciso alguma atenção, e talvez algum acaso, para que tornemos a encontrá-los; e podemos percorrer um grande número de vezes um e outro sem ter a idéia de procurá-los, sobretudo quando não podemos contar, para nos sinalizar, com os passantes que seguem algum desses caminhos, porque eles não se preocupam em ir a onde conduziriam os outros.

Não tenhamos receio em voltar ainda aos exemplos que demos. Veremos que os atrativos ou os elementos dessas lembranças pessoais, que parecem não pertencer a ninguém senão a nós, podem bem se encontrar em meios sociais definidos e ali se conservar; e que os membros desses grupos (de que não cessamos de fazer parte) saberiam ali descobri-los e nos mostrá-los, se os interrogássemos como seria necessário. Nossos companheiros de viagem não conheciam os parentes, os amigos que havíamos deixado atrás de nós. Mas puderam notar que não nos envolvíamos inteiramente com eles. Sentiram em alguns momentos que estávamos em seu grupo como um elemento estranho. Se os reencontrarmos mais tarde, poderão nos lembrar que em tal parte da viagem estávamos distraídos, ou que tínhamos feito uma reflexão, pronunciado palavras que indicavam que nosso pensamento não estava inteiramente com eles. A criança que se perdeu na floresta, ou que se viu diante de um perigo que despertou nela sentimentos de adulto, não falou nada disso a seus pais. Mas estes puderam observar que, após isso, ela não era mais tão descuidada como de costume, como se uma sombra houvesse passado sobre ela, e que testemunhava uma alegria de revê-los que não era mais a de uma criança. Se passei de uma cidade para uma outra, os habitantes desta não sabiam de onde eu vinha, mas antes que eu esteja adaptado a meu novo meio, meus espantos, minhas curiosidades, minhas ignorâncias certamente não escaparam a toda uma parte de seu grupo. Sem dúvida esses traços, apenas visíveis de acontecimentos sem grande importância para o meio em si mesmo, não retiveram por longo tempo sua atenção. Uma parte de seus membros os encontraria todavia, ou saberia pelo menos

onde procurá-los, se lhes recontasse o acontecimento que pode deixá-los.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que. aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade. voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.

Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso, aguardar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar da mesma maneira que outrora o aparelho registrador que é nossa consciência individual. Mas a espécie de causalidade é a mesma aqui, e não poderia ser diferente de outrora. A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto.

Diremos que é estranho que estados que apresentam um caráter tão surpreendente de unidade irredutível, que nossas lembranças mais pessoais resultem da fusão de tantos elementos diversos e separados. Primeiramente, ao refletir, esta unidade se converte· numa multiplicidade. Dissemos algumas vezes que, num estado de consciência verdadeiramente pessoal, reencontramos, aprofundando-o, todo o conteúdo do espírito visto de um certo ponto de vista. Mas por conteúdo do espírito é preciso entender todos os elementos que assinalam suas relações com os diversos meios. Um estado pessoal revela assim a complexidade da combinação de onde saiu. Quanto a sua unidade aparente, ela se explica por uma ilusão bastante natural. Os filósofos mostraram que o sentimento da liberdade se explicaria pela multiplicidade das séries causais que se combinam para produzir uma ação.

Para cada uma dessas influências, concebemos que uma outra possa se opor; acreditamos então que nosso ato é independente de todas essas influências, ainda que não esteja sob a dependência exclusiva de alguma dentre elas, e não nos apercebemos que resulta na realidade de seu conjunto, e que está sempre dominado pela lei da causalidade. Aqui, do mesmo modo, como a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhadas, e que não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas, nós supomos que ela seja independente, e opomos sua unidade a sua multiplicidade. Como supor que um objeto pesado, suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo.

NOTAS

[*] O pensamento individual. ··

Capítulo II

MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA HISTÓRICA

Memória autobiográfica· e memória histórica: Sua oposição aparente

Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo. mesmo por metáfora. Parece que uma tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos todavia que haja, para as lembranças. duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. Mas, conforme participe de uma ou de outra, adotaria duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias. De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se penetram freqüentemente; em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância./A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis. e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles

ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes de meu nascimento. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas. Para mim, são noções, símbolos; eles se apresentam a mim sob uma forma mais ou menos popular; posso imaginá-los; é-me quase impossível lembrá-los. Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, enquanto dele faço parte, nada daquilo que o preocupou e transformou antes de que nele entrasse me é completamente estranho. Mas se eu quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de um tal acontecimento, seria necessário que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo. Pelo contrário, minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiramente em mim.

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria· na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.

Se entendermos que conhecemos nossa memória pessoal somente do interior, e a memória coletiva do exterior, haverá com efeito entre uma e outra um vivo contraste. Eu me lembro de Reims porque ali vivi todo um ano. Lembro-me também que Joana D'Arc foi a Reims e que ali sagrou Carlos VII, porque ouvi dizer ou porque li. Joana D'Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc., que não tenho deveras nenhuma dificuldade em imaginar Joana D'Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei bem que não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atenho-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado. É o mesmo com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação: é o epitáfio dos acontecimentos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas.

Se o meio social passado não sobrevivesse para nós a não ser em tais anotações históricas, se a memória coletiva, mais geralmente, não contivesse senão datas e definições ou lembranças

arbitrárias de acontecimentos, ela nos ficaria bem exterior. Em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas das existências se desenrolam sem contato com os interesses comuns do maior número daqueles que lêem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos. Nesse caso, mesmo que não nos isolemos a tal ponto, quantos períodos em que absorvidos pela sucessão dos dias, não sabemos mais "o que se passa". Mais tarde, pensaremos, talvez, acerca de tal parte de nossa vida, em reagrupar os acontecimentos públicos contemporâneos mais notáveis. O que aconteceu no mundo e no meu país, em 1877, quando nasci? É o ano do 16 de maio, quando a situação política se transformava de uma semana para outra, quando nascia verdadeiramente a República. O ministério de Broglie estava no poder. Gambetta declarava: "É preciso se submeter ou se demitir." O pintor Courbet morre nesse momento. Também nesse momento, Victor Hugo publica o segundo volume de Légende des Siecles [*1]. Em Paris, terminam o bulevar Saint-Germain, e começam a abrir a Avenue de la République. Na Europa, toda a atenção se concentra na guerra da Rússia contra a Turquia. Osman Paxá, depois de uma longa e heróica defesa, deve entregar Plevna. Assim, reconstituo um quadro, mas que é bem mais amplo, e onde me sinto singularmente perdido. Desde esse momento fui arrastado sem dúvida pela corrente da vida nacional, mas apenas senti-me arrebatado. Estava como um viajante sobre um barco. As duas margens passam sob seus olhos; o trajeto se enquadra bem nessa paisagem, mas suponhamos que ele esteja absorvido por alguma reflexão, ou distraído por seus companheiros de viagem: não se ocupará com aquilo que se passa sobre a margem senão de tempo em tempo; poderá mais tarde lembrar-se do trajeto sem muito pensar nos detalhes da paisagem, ou então poderá seguir o seu traçado sobre um mapa; assim, encontrará talvez algumas lembranças esquecidas, precisará outras. Porém, entre o país percorrido e o viajante não terá havido realmente contato.

Mais de um psicólogo gostaria talvez de imaginar que, como auxiliares de nossa memória, os acontecimentos históricos não desempenham um outro papel senão as divisões do tempo assinaladas em um relógio, ou determinadas pelo calendário. Nossa vida se escoa em um movimento contínuo. Mas logo que nos voltamos para aquilo que já se desenrolou, sempre nos é possível distribuir as suas diversas partes entre os pontos de divisão do tempo coletivo que encontramos fora de nós, e que se impõem de fora a todas as memórias individuais, precisamente porque eles não têm sua origem em nenhuma delas. O tempo social assim definido seria inteiramente exterior às durações vividas pelas consciências. É evidente quando se trata de um relógio que mede o tempo astronómico. Mas não é a mesma coisa com datas assinaladas no quadrante da história, que correspondem aos acontecimentos mais notáveis da vida nacional, que ignoramos algumas vezes quando se produzem, ou dos quais reconhecemos a importância só mais tarde. Nossas vidas estariam colocadas na superfície dos corpos sociais, elas os seguiriam dentro de suas revoluções, experimentariam as repercussões de seus abalos. Mas um acontecimento não toma lugar na série dos fatos históricos senão algum tempo depois que se produziu. É então mais tarde que podemos relacionar aos acontecimentos nacionais as diversas fases de nossa vida. Nada provaria melhor a que ponto é artificial e exterior a operação que consiste em nos relacionar, como a pontos de referência, às divisões da vida coletiva. Nada mostraria mais claramente que nós estudamos na realidade dois objetos distintos quando fixamos nossa atenção ou sobre a memória individual, ou sobre a memória coletiva. Os acontecimentos e

as datas que constituem a substância mesma da vida do grupo não podem ser para o indivíduo senão sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser com a condição de afastar-se de si.

Por certo, se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas ou listas de fatos históricos, ela não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças. Mas isto é uma concepção singularmente estreita, e que não corresponde à realidade. Foi-nos difícil, por essa razão, apresentá-la sob essa forma. Entretanto, era necessário porque está bem de acordo com uma tese geralmente aceita. Freqüentemente, consideramos a memória como uma faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos, isolada tios outros, e capaz de evocar, quer por vontade, quer por oportunidade, os estados pelos quais ela passou antes. Como não é possível todavia contestar que reintegramos freqüentemente nossas lembranças em um espaço e em um tempo (sobre cujas divisões nos entendemos com os outros), que nós as situamos também entre as datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazemos parte, admitimos que é assim. Porém é uma espécie de concessão mínima, que não poderia atingir, no espírito daqueles que a consentem, a especificidade da memória individual.

Sua real interpenetração (A história contemporânea)

"Escrevendo minha vida em 1835, observava Stendhal, nela fiz muitas descobertas. . . Ao lado de pedaços de afrescos conservados, não há datas; é preciso que eu vá à caça das datas ... A partir de minha chegada a Paris em 1799, como minha vida está envolvida com os acontecimentos da gazeta, todas as datas são seguras. . . Em 1835, descubro a fisionomia e o por quê dos acontecimentos." (Vie de Henri Brulard) [*2]. As datas e os acontecimentos históricos ou nacionais que elas representam (porque é bem nesse sentido que os entende Stendhal) podem ser inteiramente exteriores, em aparência pelo menos, às circunstâncias de nossa vida; mas, mais tarde, quando a refletimos, "fazemos muitas descobertas", "descobrimo-o por quê de muitos acontecimentos". Isto pode entender-se em vários sentidos. Quando folheio uma história contemporânea e quando passo em revista os diversos acontecimentos franceses ou europeus que se sucedem desde a data de seu nascimento, durante os oito ou dez primeiros anos de minha vida, tenho com efeito a impressão de um quadro exterior do qual ignorava a existência,· e aprendo a recolocar minha infância dentro da história de meu tempo. Porém, se esclareço assim essa primeira fase de minha vida externamente, minha memória, no que ela tem de pessoal, não fica muito enriquecida, e no meu passado de criança não vejo brilhar em novas luzes e novos objetos surgirem e se revelarem. É sem dúvida porque então não lia ainda os jornais e porque não participava das conversas dos adultos. No presente, posso fazer uma idéia, mas uma idéia necessariamente arbitrária, das circunstâncias públicas e nacionais pelas quais meus pais se interessavam: desses fatos, não mais do que as reações que eles determinaram junto aos meus, não tenho nenhuma lembrança direta. Parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama de minhas impressões de criança foi. aquele do enterro de Victor Hugo (então eu já tinha oito anos). Eu me vejo ao lado de meu pai, dirigindo-me na véspera para o Arco do Triunfo de Étoile, onde estava colocado o catafalco e, no dia seguinte, assistindo de um balcão na

esquina da rua Soufflot e da rua Gay-Lussac. Até essa data, do grupo nacional no qual estava encerrado até mim e o círculo estreito de minhas preocupações, nenhuma comoção se prolongou? Todavia, eu estava em contato com meus pais: eles mesmos eram abertos a muitas influências; eles eram em parte o que eram porque viviam em tal época, em tal país, em tais circunstâncias políticas e nacionais. Em seu aspecto habitual, na tonalidade geral de seus sentimentos, eu não encontrava talvez o traço de acontecimentos "históricos" determinados. Mas havia certamente na França, durante o período de dez, quinze e vinte anos que se seguiu à guerra de 1870- 1871, uma atmosfera psicológica e social única, e que não seria encontrada em nenhuma outra época. Meus pais eram franceses dessa época; foi então que assimilaram alguns hábitos e assumiram alguns traços que não cessaram de fazer parte das suas personalidades e que se impuseram cedo a minha atenção. Não é mais questão de datas e de fatos. Certamente a história, mesmo contemporânea, reduz-se com muita freqüência a uma série de noções muito abstratas. Mas eu posso completá-las, posso substituir as idéias das imagens e das impressões logo que olho os quadros, os retratos, as gravuras desse tempo, que eu sonho com os livros que apareciam, com as peças que se representavam, no estilo da época, com os gracejos e com o gênero de espírito cômico então apreciados. Não imaginemos agora que esse quadro de um mundo desaparecido há. pouco, assim recriado por meios artificiais, vai tomar-se o fundo um pouco fictício sobre o qual projetaremos os perfis de nossos pais, e que existe lá como que um meio onde mergulharemos nosso passado para o "revelar". Muito ao contrário, se o mundo de minha infância, tal como o encontro quando me recordo, coloca-se assim naturalmente no quadro que o estudo histórico desse passado próximo me permite reconstituir, é porque já levava a sua marca. Isto que descubro, é porque com um esforço suficiente de atenção eu poderia, em minhas lembranças deste pequeno mundo, reencontrar a imagem do meio onde estava compreendido. Muitos detalhes dispersos, talvez familiares demais para que eu sonhasse em relacioná-los uns com outros e tentasse procurar sua significação, destacam-se agora e se reúnem. Aprendo a distinguir, na fisionomia de meus pais, e no aspecto desse período, aquilo que se explica não mais pela natureza pessoal dos seres, pelas circunstâncias tais em que elas teriam podido se reproduzir em qualquer outro tempo, mas pelo meio nacional contemporâneo. Meus pais, como todos os homens, eram de seu tempo, e da mesma maneira seus amigos, e todos os adultos com os quais eu estava em contato nessa época. Quando eu quero imaginar como vivíamos, como pensávamos nesse período, é para eles que se volta minha reflexão. É isso o que faz com que a história contemporânea me interesse de uma ou de outra maneira como a história dos séculos precedentes. Certamente não posso dizer que me lembre dos detalhes dos acontecimentos, pois não os conhecia senão pelos livros. Mas, à diferença das outras épocas, esta vive em minha memória, já que nela fui mergulhado, e que toda uma parte de minhas lembranças de então não é dela senão um reflexo.

Assim, mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, vale mais não distinguir uma memória pessoal, que reproduziria tal como nossas impressões de outrora, que não nos faria sair do círculo estreito de nossa família, da escola e de nossos amigos; e uma outra memória que chamaríamos histórica, onde não estariam compreendidos senão os acontecimentos nacionais •que não pudemos conhecer então; tão bem que por uma penetraríamos num meio no qual nossa vida já se desenrolava, sem disso nos apercebermos, enquanto que a outra nos colocaria em

contato com nós mesmos ou com um eu alargado realmente até os limites do grupo que comporta o mundo da criança. Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.

Recriminarão se nós despojarmos esta forma da memória coletiva que seria a história deste caráter impessoal, desta precisão abstrata e desta relativa simplicidade que dela fazem precisamente um quadro sobre o qual nossa memória individual poderia se apoiar. Se nos ativermos às impressões que fizeram sobre nós tais acontecimentos, quer a atitude de nossos pais em face dos acontecimentos que terão mais tarde uma significação histórica, quer os costumes somente, os modos de falar e de agir de uma época, em que se distinguem elas de tudo aquilo que ocupa nossa vida de criança, e que a memória nacional não reterá? Como a criança seria capaz de atribuir valores diferentes às partes sucessivas do quadro que a vida desenrola diante dela, e por que ficaria sobretudo admirada dos fatos ou dos episódios que mantêm a atenção dos adultos por que estes dispõem, no tempo e no espaço, de muitos termos de comparação? Uma guerra, um motim, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo meio de locomoção, os trabalhos que transformam as ruas de uma cidade podem ser considerados com efeito de dois pontos de vista. São fatos únicos em seu gênero, pelos quais a existência de um grupo é modificada. Mas eles se resolvem, de outro lado, em uma série de imagens que atravessam as consciências individuais. Se você não retiver senão essas imagens, elas poderão sobressair-se das outras, no espírito de uma criança, por sua singularidade seu brilho intenso, sua intensidade; mas acontece a mesma coisa para muitas imagens que não correspondem a acontecimentos de semelhante porte. Uma criança chega à noite numa gare cheia de soldados. Que estes retornem das trincheiras ou para ali estejam voltando, ou que estejam simplesmente em manobras, eles não a impressionarão nem mais, nem menos. Como estava longe o canhão da batalha de Waterloo, era apenas um ribombar confuso de trovão? Um ser tal como uma criancinha, reduzida a suas percepções, não guardará de tais espetáculos senão uma lembrança frágil de pouca duração. Para que, atrás da imagem, ele atinja a realidade histórica, será preciso que saia de si mesmo, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato cessa de se confundir com uma impressão pessoal. Retomamos contato com o esquema da história. É então, diremos, sobre a memória histórica que é preciso se apoiar. É através dela que esse fato exterior a minha vida de criança vem assim mesmo assinalar com sua impressão tal dia, tal hora, e que, a vista dessa impressão me lembrará a hora ou o dia; mas a impressão por si mesma é uma impressão superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança.

Na base de uma tal descrição, há ainda a idéia que os espíritos estão separados uns dos outros tão nitidamente com os organismos que deles seriam o suporte material. E cada um de nós é primeiramente e permanece o mais das vezes encerrado em si mesmo. Como explicar então que comunique com os outros, e harmonize seus pensamentos com os demais? Admitiremos então

que ele cria para si uma espécie de meio artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivos, e uma história coletiva. É dentro de tais quadros que os pensamentos dos indivíduos se reuniriam, o que supõe que cada um de nós cessaria momentaneamente de ser ele mesmo. Ele retornaria a si logo, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que ele traz já prontos do exterior. Aqui prenderemos nossas lembranças, mas entre essas lembranças e esses pontos de apoio não existirá nenhuma relação íntima, nenhuma comunidade de substância. É por isso que essas noções históricas e gerais não representariam aqui, senão num papel muito secundário: elas supõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. As lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso então que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa. É assim que houve certamente um dia quando, pela primeira vez, encontrei tal colega, ou, como diz Blondel, um primeiro dia quando estive no liceu. Isto, é uma noção histórica; mas, se não guardei, interiormente, uma lembrança pessoal deste primeiro encontro ou desse primeiro dia, essa noção permanecerá no ar, esse quadro ficará vazio, e eu não me lembrarei de nada. Tanto pode parecer evidente que existe, em todo o ato de memória, um elemento específico, que é a existência mesma de uma consciência individual capaz de se bastar.

A história vivida a partir da infância

Mas, pode-se distinguir realmente de um lado uma memória sem quadros, ou que não disporia para classificar suas lembranças senão palavras da linguagem e de algumas noções emprestadas da vida prática, e de outro lado um quadro histórico ou coletivo, sem memória, isto é, que não seria construído, reconstruído e conservado dentro das memórias individuais? Não cremos. Desde que a criança ultrapasse a etapa da vida puramente sensitiva, desde que ela se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, podemos dizer que ela pensa em comum com os outros, e que seu pensamento se divide entre o conjunto das impressões todas pessoais e diversas correntes de pensamento coletivo. Ela não mais está fechada em si mesma, pois que seu pensamento comanda agora perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só a vaguear seus olhares; entretanto, ela não saiu de si, e, para abrir-se a essas séries de pensamentos que são comuns aos membros de seu grupo, não está obrigada a fazer o vácuo em seu espírito, porque, por alguma forma e sob alguma relação, essas novas preocupações vindas de fora interessam sempre o que chamamos aqui o homem interior, quer dizer que não são inteiramente estranhas a nossa vida pessoal.

Stendhal criança assistiu, da galeria da casa onde morava seu avô, a uma rebelião popular que explodiu no começo da Revolução, em Grenoble: o dia das telhas. "A imagem, disse, não pode ser mais nítida para mim. Há cerca de 43 anos talvez. Um operário chapeleiro ferido nas costas por um golpe de baioneta marchava com muita dificuldade, sustentado por dois homens, sobre os ombros dos quais havia passado os braços. Estava sem roupa, sua camisa e suas calças de algodão branco estavam cheias de sangue. Eu o vejo ainda. O ferimento de onde o sangue saía abundantemente era na altura dos rins, quase trespassando o umbigo. . . Eu revi esse infeliz em

todos os andares da escada da casa Périer (ele foi levado ao 6.0 andar). Esta lembrança, como é natural, é a mais nítida que me ficou daquele tempo." (Vie de Henri Brulard, p. 64). É com efeito, uma imagem, mas que está no centro de um quadro, de uma cena popular e revolucionária da qual Stendhal foi espectador: ele deve ter ouvido com freqüência a narração mais tarde, sobretudo quando esse motim apareceria como o início de um período político muito agitado e de importância decisiva. Em todo caso, ainda que ignorasse que aquele dia teria seu lugar na história de Grenoble, pelo menos, a animação inusitada das ruas, os gestos e os comentários de seus pais bastariam para que ele compreendesse que o acontecimento ultrapassava o círculo de sua família ou de seu quarteirão. Do mesmo modo, um outro dia durante esse período, encontra-se na biblioteca, ouvindo seu avô, numa sala repleta de gente. "Mas por que essa gente? Em que ocasião? É o que a imagem não diz. Ela não é senão uma imagem." (lbid., p. 60). Teria ele todavia conservado a lembrança se ela não se situasse como um dia das telhas, num quadro de preocupações, que devem ter surgido nele neste período e pelas quais já entrava numa corrente de pensamento coletivo mais amplo?

Pode ser que a lembrança não seja arrastada de imediato nessa corrente e que algum tempo se passe antes que compreendamos o sentido do acontecimento. O essencial é que o momento em que compreendamos venha logo, isto é, enquanto a lembrança esteja viva ainda. Então, é da própria lembrança em si mesma, é em tomo dela, que vemos brilhar de alguma forma sua significação histórica. Sabíamos bem, pela atitude dos adultos em presença do fato que nos impressionou, que este merecia ser lembrado. Se nos lembramos dele, é porque sentíamos que em tomo de nós os outros se preocupavam. Mais tarde, compreenderemos melhor porque. A lembrança, no início, existia no interior da corrente, mas estava retida por algum obstáculo, permanecia muito à margem, presa nas hervas das margens. Do mesmo modo, as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança. mas só com o tempo arrastarão tudo o que lhes pertence.

Eu me lembro (é uma de minhas mais antigas lembranças) que diante de nossa casa, na rua Gay-Lussac, no local atual do Instituto Oceanográfico, havia junto de um convento um pequeno hotel, onde se hospedavam uns russos. Nós os víamos com boné de peles e blusas, sentados diante da porta, víamos suas mulheres e suas crianças. Talvez, apesar da singularidade de seus costumes e de seus tipos, não os teria examinado tão longamente, se não houvesse notado que os transeuntes se detinham e que meus pais mesmos vinham até o balcão para olhá-los. Eram habitantes da Sibéria, que tinham sido mordidos por lobos enraivecidos, e que haviam se instalado há algum tempo em Paris, na proximidade da rua de Ulm e da Escola Normal, para serem tratados por Pasteur. Eu ouvi esse nome pela primeira vez, e pela primeira vez também achei que existiam sábios que faziam descobertas. Não sei, aliás, até que ponto eu compreendia o que se ouvia dizer a este respeito. Talvez o tenha compreendido somente muito mais tarde. Mas não creio que essa lembrança tivesse permanecido tão nítida em meu espírito se, na ocasião dessa imagem, meu pensamento não estivesse já orientado para novos horizontes, para regiões desconhecidas onde eu me sentisse cada vez menos isolado.

Essas ocasiões nas quais, em conseqüência de alguma comoção do meio social, a criança vê

subitamente se entreabrir o círculo estreito que a encerrava, essas revelações, através de repentinas escapadas, de uma vida política, nacional, ao nível da qual ela não alcança normalmente, são bastante raras. Quando se envolver em conversas sérias dos adultos, quando ler os jornais, terá o sentimento de descobrir uma terra desconhecida. Não será, entretanto, a primeira vez que entra em contato, aliás, com um meio mais amplo do que sua família ou do que o pequeno grupo de seus amigos e dos amigos de seus pais. Os pais têm suas preocupações, as crianças têm outras, e há muitas razões para que o limite que separa essas duas zonas de pensamentos não seja transposto. Mas, a criança está em relação com uma categoria de adultos nos quais a simplicidade habitual de suas concepções os aproxima dela. Trata-se, por exemplo, dos criados. Com eles, a criança se entretém espontaneamente e compensa a reserva e o silêncio aos quais a condenam seus pais em tudo aquilo que não é "para sua idade". Os criados, algumas vezes, falam livremente diante da criança ou com ela, e ela os compreende, porque se expressam geralmente como crianças grandes. Quase tudo que soube e pude compreender da guerra de 1870, da Comuna, do Segundo Império, da República, chegou até mim pelo que me contava uma velha criada, cheia de superstições e idéias preconcebidas, que aceitava sem discussão o quadro desses acontecimentos e desses regimes que haviam sido pintados pela imaginação popular. Por ela me chegava o rumor confuso, que é como o remoinho da história que se propaga nos meios campesinos, de operários, de pessoas simples. Meus pais, quando ouviam isto, levantavam os ombros. Nesses momentos, meu pensamento atingia confusamente senão os próprios acontecimentos, pelo menos uma parte dos ambientes humanos que haviam sido agitados. Minha memória, ainda hoje, evoca esse primeiro quadro histórico de minha infância, ao mesmo tempo que minhas primeiras impressões. É, em todo o caso, sob esta forma que me representei de inicio os acontecimentos que precederam de pouco meu nascimento, e se reconheço hoje até que ponto esses relatos eram inexatos, não posso saber o quanto me tenha inclinado então por sobre essa corrente confusa e que mais de uma dessas imagens confusas ainda emoldura deformando-as, algumas de minhas lembranças de outrora.

O liame vivo das gerações

A criança também está em contato com seus avós, e através deles é até um passado ainda mais remoto que ela recua. Os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diversas razões, uns e outros se desinteressam dos acontecimentos contemporâneos sobre os quais se fixa a atenção dos pais. "Nas sociedades rurais, diz Marc Bloch, acontece com muita freqüência que, durante o dia, enquanto pai e mãe estão ocupados nos campos ou com inúmeros trabalhos de casa, os pequenos são confiados à guarda dos "velhos", e é destes, e mais do que de seus familiares mais próximos, que as crianças recebem o legado dos costumes e das tradições de toda a espécie." (Mémoire Collective, traditions et Coutumes, Revue de synthese historique, 1925, n.08 118-120, p. 79). Certamente, os avós também, as pessoas mais velhas, são "do seu tempo". Ainda que uma criança não se aperceba de tudo imediatamente; e não distingua em seu avô os traços pessoais, o que parece explicar-se simplesmente pelo fato de que está velho, e que ele pertence à antiga sociedade' na qual viveu, formou-se e, da qual guarda a marca, a criança sente, todavia, confusamente, que entrando na casa de seu avô. chegando em seu bairro ou na cidade onde mora, penetra numa região diferente, e que no entanto não lhe é estranha porque se

amolda muito bem à imagem e à maneira de ser dos membros mais velhos de sua família. Aos olhos destes, e ela se dá conta, ele ocupa de algum modo o lugar de seus pais, eles mesmos, mas de pais que teriam permanecido crianças e não estariam engajados inteiramente na vida e na sociedade atual. Como não se interessaria pelos acontecimentos que lhe dizem respeito e nos quais foi envolvida, em tudo aquilo que reaparece agora nos relatos dessas pessoas mais velhas que esquecem a diferença dos tempos e, sob o presente, reatam o passado ao futuro? Não são somente os. fatos, mas as maneiras de ser e de pensar de outrora que se fixam assim dentro de sua memória. Lamenta-se, às vezes, não se ter aproveitado esta ocasião única que tivemos para entrar em contato direto com períodos que não conhecemos agora a não ser de fora, através da história, pelos quadros, pela literatura. Em todo o caso, geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa. De todos os membros de sua família, por que Stendhal guardou uma lembrança tão profunda e nos traça um retrato tão vivo sobretudo de seu avô? Não será por. que representava para ele o século XVIII acabando, do qual havia conhecido alguns de seus "filósofos" e que, através dele pôde penetrar verdadeiramente nessa sociedade anterior à Revolução, à qual não cessará de se referir? Se a pessoa desse ancião não houvesse sido relacionada desde cedo em seu pensamento às obras de Diderot, Voltaire, d'Alembert, a um gênero de interesses e de sentimentos que ultrapassava o horizonte de uma pequena província mesquinha e conservadora, ele. não teria sido ele mesmo, quer dizer, aquele entre seus familiares que Stendhal mais estimou e mais citou. Lembraria dele talvez com a mesma precisão, mas ele não teria alcançado tal destaque em sua memória. É o século XVIII, mas o século XVIII vivido, e dentro do qual seu pensamento realmente se expandiu, que lhe restituiria, com toda profundidade, o semblante de seu avô. Tanto é verdade que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiriam apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram, por sua vez, durante certo período, o cetra dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos. Poder-se-ia crer que o mundo sobre o qual, com nossos avós idosos, estamos ainda inclinados, ocultou-se de repente. Como, dos tempos intermediários entre aquele, muito anterior ao nosso nascimento, e a época em que os interesses nacionais contemporâneos se apoderarão de nosso espírito, restam-nos poucas lembranças que ultrapassam o círculo familiar, tudo se passa como se tivesse havido, com efeito, uma interrupção, durante a qual o mundo das pessoas idosas tenha-se apagado lentamente,

enquanto que o quadro recobrir-se-ia de novos caracteres. Consideremos, todavia, que talvez não exista um ambiente, nem um estado de pensamentos ou de sensibilidade de outrora, dos quais subsistam traços, e nem mesmo impressões, ou seja. tudo o que for necessário pata recriá-lo temporariamente.

Assim me pareceu muitas vezes que percebi as últimas vibrações do romantismo no interior do grupo que formei e reformei algumas vezes com meus avós. Por romantismo, entendo não somente um movimento artístico e literário, mas um modo de sensibilidade particular que não se confunde com as disposições das almas sensíveis do fim do século XVIII, mas que também não se diferencia muito nitidamente dele, e que estaria em parte dissipado em meio à frivolidade do Segundo Império, mas que subsistiria, sem dúvida, com mais tenacidade nas províncias um pouco afastadas (e foi lá que encontrei dele os últimos traços). Ora, é-nos perfeitamente lícito reconstruir esse meio e reconstituir em tomo de nós essa atmosfera, em particular em meio aos livros, gravuras, e quadros. Não se trata, sobretudo, dos grandes poetas e de suas obras mais importantes. Elas produzem sobre nós, sem dúvida, uma outra impressão do que sobre os contemporâneos. Fizemos muitas descobertas. Mas há as revistas da época e toda essa literatura "das famílias", onde esse gênero de espírito que tudo penetrava e se manifestava sob todas as formas encontra-se, de alguma forma, escondido. Folheando essas páginas, parece-nos ver ainda os velhos parentes que tinham os gestos, as expressões, as atitudes e os costumes que reproduzem as gravuras, parece-nos ouvir suas vozes e reencontrar as mesmas expressões que usavam. Sem dúvida, que esses "museus de famílias" e "revistas pitorescas" tenham subsistido, é um acidente. Poderíamos, aliás, jamais tirá-las de suas estantes e abri-los. Entretanto, se reabro esses livros, se encontro essas gravuras, esses quadros, esses retratos, não é de modo algum porque, possuído por um impulso, por uma curiosidade de erudito ou pelo gosto das coisas velhas, iria consultar esses livros numa biblioteca, e olhar esses quadros num museu. Eles estão em minha casa ou em casa de meus pais, eu os descubro entre meus amigos, prendem meus olhares sobre o cais, nas vitrines das lojas de antiquários.

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidas por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas, basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre "antigas camadas que afloram em mais de um lugar.

Algumas vezes, é preciso ir muito longe, para descobrir ilhas de passado conservadas, parece, tais e quais, de tal modo que nos sentíssemos subitamente transportados a cinqüenta ou sessenta anos atrás. Na Áustria, em Viena, certo dia, na família de um banqueiro para a casa do qual eu fora convidado, tive a. impressão de me encontrar num salão francês, por volta de 1830. Era menos a decoração exterior, o mobiliário, do que uma atmosfera mundana bastante singular, a maneira pela qual os grupos se formavam, não sei o que um pouco convencional e compassado, como um reflexo do "antigo regime". Aconteceu-me também, em Argélia, numa região onde as habitações européias estavam um pouco dispersas, e onde não se conseguia chegar a não ser em

diligência, observar com curiosidade, tipos de homens e de mulheres que me pareciam familiares, porque se assemelhavam àqueles que eu havia visto em gravuras do Segundo 'Império, e imaginava que, dentro desse isolamento e desse afastamento, os franceses que aqui vieram se estabelecer após a conquista e suas crianças deveriam viver sob um modelo de idéias e costumes que datava ainda desta época. Em todo o caso. essas duas imagens, reais ou imaginárias, reuniram em meu espírito lembranças que me reportavam para semelhantes meios: uma velha tia que eu via muito num daqueles salões, um velho oficial em retirada que havia vivido na Argélia no período em que começava a colonização. Mas, sem sair da França, nem mesmo de Paris, ou de uma cidade onde sempre vivemos, é fácil e freqüente fazer observações do mesmo gênero. Se bem que, depois de meio século, os aspectos urbanos tenham mudado muito, há mais de um quarteirão, em Paris, mesmo mais de uma rua ou de um aglomerado de casas, que se sobressai do resto da cidade e que mantém sua fisionomia de outrora. Os habitantes. entretanto, assemelham-se ao quarteirão ou à casa. Ora, há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive. Houve uma Paris de 1860, cuja imagem está estreitamente ligada à sociedade e aos costumes contemporâneos. Não basta, para evocá-la, procurar as placas que homenageiam as casas onde viveram e onde morreram alguns personagens famosos dessa época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador. observa bem os traços de outrora, sobretudo nas zonas menos nobres. onde se refugiam pequenas oficinas e, ainda, em certos dias ou certas noites de festa popular, na Paris comercial e operária, que mudou menos do que a outra. Mas, Paris de outrora se encontra talvez melhor ainda nas pequenas cidades de província, de onde não desapareceram os tipos, os costumes mesmo, e os modos de falar que encontraríamos à rua Saint-Honoré e nas avenidas parisienses do tempo de Balzac.

No próprio círculo de nossos pais, nossos avós deixaram sua marca. Não percebíamos outrora, porque éramos sobretudo sensíveis ao que distinguiria uma geração da outra. Nossos pais caminhavam a nossa frente, e nos orientavam para o futuro. É chegado um momento em que eles se detêm e nós os ultrapassamos. Então, devemos nos voltar para eles e parece que no presente foram envolvidos pelo passado e que são confundidos agora por entre as sombras de outrora. Marcel Proust, em algumas páginas comoventes e profundas, descreve como, desde as semanas que seguiram a morte de sua avó, parecia-lhe que subitamente, graças aos seus traços, sua expressão e todo seu aspecto sua mãe se identificava pouco a pouco àquela que acabava de desaparecer e lhe representava a imagem, como se, através das gerações, um mesmo tipo se reproduzia em dois seres sucessivos. Será isto simples fenômeno de transformação fisiológica, e seria preciso dizer que, se reencontramos nossos avós em nossos pais, é porque nossos pais envelhecem e porque, na escala das idades, as lacunas são logo ocupadas, posto que não cessamos de decair? Mas talvez, antes seja porque nossa atenção mudou de sentido. Nossos pais e nossos avós representavam para nós duas épocas distintas e nitidamente separadas. Não percebíamos que nossos avós estavam mais engajados no presente, e nossos pais no passado, do que o julgávamos. Entre o momento em que acordei em meio às pessoas e coisas, dez anos haviam se passado desde a guerra de 1870. O Segundo Império representava a meus olhos um período longínquo, que correspondia a uma sociedade que quase havia desaparecido. No presente, doze a quinze anos me separam da grande guerra, e suponho que para meus filhos a

sociedade de antes de 1914, que eles não conheceram, recue da mesma maneira num passado que sua memória julga não poder atingir. Mas, para mim, entre os dois períodos, não há solução de continuidade. E a mesma sociedade transformada, sem dúvida, por novas experiências, aliviada talvez de preocupações ou preconceitos antigos, enriquecida de elementos mais jovens, adaptada de algum modo porque as circunstâncias mudaram, mas é a mesma. Há, sem dúvida, uma parte mais ou menos grande de ilusão, em mim, como em meus filhos. Chegará um momento em que, olhando em torno de mim, encontrarei somente um pequeno número daqueles que viveram e pensaram comigo e como eu antes da guerra, em que compreenderei, como tive algumas vezes o sentimento e a inquietude, que novas gerações se desenvolveram sobre a minha e que uma sociedade que, por suas aspirações e seus costumes, é para mim em larga medida estranha, tomou o lugar daquela à qual me ligo mais estreitamente; e meus filhos, tendo mudado de ponto de vista, surpreender-se-ão ao descobrir subitamente como estou distante deles, e que, por meus interesses, minhas idéias e minhas lembranças, eu estava tão próximo de meus pais. Eles e eu estaremos então, sem dúvida, sob a influência de uma ilusão inversa: não estarei tão longe deles, posto que meus pais não estão tão longe de mim; mas conforme a idade e também as circunstâncias, ficamos admirados sobretudo das diferenças ou das semelhanças entre as gerações que ora se fecham sobre si mesmas e se afastam uma da outra, ora se juntam e se confundem.

Lembranças reconstruídas

Assim - e é o que acabamos de demonstrar no que antecede - a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória. Se no início ela não distinguiu esse quadro e os estados de consciência que ali se desenrolam, é bem verdade que pouco a pouco, a separação entre seu pequeno mundo interior e a sociedade que a envolve se operará em seu espírito. Porém, desde que essas duas espécies de elementos estiverem na origem estreitamente fundidos, que aparecerem como fazendo parte de seu eu de criança, não se pode dizer que, mais tarde, todos aqueles que correspondem ao meio social apresentar-se-ão a ela como um quadro abstrato e artificial. É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado.

Porém, devemos agora ir mais longe. À medida em que a criança cresce, e sobretudo quando se toma adulta, participa de maneira mais distinta e mais refletida da vida e do pensamento desses grupos dos quais fazia parte, inicialmente, sem disso aperceber-se. Como a idéia que· faz do seu passado, por esse motivo não seria modificada? Como as informações novas que ela adquire, informações de fatos, reflexões e idéias não reagiriam sobre suas lembranças? Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas, impressões a lembrança se distinguiria, por definição, dessas idéias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia do que foi o nosso passado. Mas, mesmo se é possível evocar de modo tão direto algumas lembranças, não o é em distinguir os casos em que procedemos assim, e aqueles onde imaginamos o que tenha acontecido. Podemos então chamar de lembranças muitas representações que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e racionalização. Mas então, a parte do social ou, se o quisermos, do histórico em nossa memória de nosso próprio passado, é muito maior do que pensávamos. Porque temos, desde a infância em contato com os adultos, adquirido muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças que, sem estes, as teríamos em sua totalidade ou em parte, esquecido rapidamente.

Aqui, sem dúvida, chocamo-nos com uma objeção já mencionada e que merece ser examinada um pouco mais. Será que basta reconstruir a noção histórica de um acontecimento que certamente aconteceu, mas do qual não guardamos nenhuma impressão, para se constituir todas as peças de uma lembrança? Por exemplo, eu sei, porque me disseram e porque refletindo, aquilo me pareceu certo, que houve um dia em que fui pela primeira vez ao ginásio. Entretanto, eu não tenho nenhuma lembrança pessoal e direta desse evento. Talvez porque tendo ido muitos dias sucessivos ao mesmo ginásio, todas essas lembranças se confundiram. Talvez ainda, porque estava emocionado, nesse primeiro dia: "Não tenho, disse Stendhal, nenhuma memória das épocas ou dos momentos que senti vivamente". (Vie de Henri Brulard). e suficiente que eu reconstitua o quadro histórico desse evento para que eu possa dizer que dele tenha recriado a lembrança?

Certamente, eu não teria, na realidade, nenhuma lembrança desse evento, e se me ativesse unicamente à noção histórica à qual me reduzem, a conseqüência se seguiria: um quadro vazio não pode preencher-se sozinho; é o saber abstrato que interviria, e não a memória. Mas, sem se lembrar de um dia, pode-se lembrar de um período, e não é certo que a lembrança de um período seja simplesmente a soma das lembranças de alguns dias. À medida em que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los sob a forma de conjuntos, sobre os quais se destacam às vezes alguns dentre eles, mas que abrangem muitos outros elementos, sem, que possamos distinguir um do outro, nem jamais fazer deles uma enumeração completa, e assim que tendo freqüentado sucessivamente várias escolas, pensiona tos e colégios, e tendo entrado a cada ano numa nova classe, tenho uma lembrança geral de todas essas entradas, que abrange o dia especial em que entrei pela primeira vez no colégio. Não posso dizer então que me lembro desta chegada, mas não posso dizer que não me lembro. Por outro, a noção histórica de minha entrada no colégio não é abstrata. De início, eu li, desde então, um certo número de relatos, reais ou fictícios, nos quais se descreve as impressões de uma criança que pisa pela primeira vez numa sala de aula. É bem possível que, quando as li, a lembrança pessoal que eu guardava de semelhantes impressões tenha se fundido com a descrição do livro. Eu me recordo dessas descrições, e é talvez nelas em que se encontra conservada e que rememoro sem o saber tudo aquilo que subsiste de minha impressão assim transposta. Seja como for, a idéia, assim concretizada, não é mais um simples esquema sem conteúdo. Some-se que, do colégio onde

entrei pela primeira vez, conheço e me lembro de muitas coisas além do nome, ou a localização numa planta. Estive ali em cada dia dessa época, eu o revi várias vezes depois. Mesmo que não o revisse, conheci outros colégios levei minhas crianças. Do meio familiar que deixava quando ia para aula, lembro-me de muitas características, porque permaneci depois em contato com os meus: não se trata de uma família qualquer, mas de um grupo vivo e concreto, cuja imagem se encaixa naturalmente ao quadro tal como o recriei, de minha primeira entrada em aula. Que objeção vemos, por conseguinte, nisto que refletindo sobre o que devia ser nossa primeira entrada em aula, conseguiria dela recriar a atmosfera e o aspecto geral? Imagem flutuante, incompleta, sem dúvida e, sobretudo, imagem reconstruída: mas quantas lembranças que acreditamos ter fielmente conservado e cuja identidade não nos parece duvidosa, são elas forjadas também quase que inteiramente sobre falsos reconhecimentos, de acordo com relatos e depoimentos! Um quadro não pode produzir totalmente sozinho uma lembrança precisa e pitoresca. Porém aqui, o quadro está repleto de reflexões pessoais, de lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado.

Lembranças simuladas

Diremos da mesma maneira: é inútil, se eu quiser ordenar e precisar todas aquelas minhas lembranças que poderiam mé restituir a imagem e a pessoa de meu pai tal como o conheci, que eu passe em revista os acontecimentos da história contemporânea durante o período em que ele viveu. Entretanto, se eu encontrar alguém que o tenha conhecido e que me fale sobre ele os detalhes e circunstâncias que eu ignorasse, se minha mãe ampliasse e completasse o quadro de sua vida e dele me esclarecesse certas partes que eram obscuras para mim, não será verdade, desta vez, que eu teria a impressão de voltar para dentro do passado e aumentar toda uma categoria de minhas lembranças? Não é esta uma simples ilusão retrospectiva, como se eu encontrasse uma carta dele que pudesse ler enquanto vivia, se bem que essas novas lembranças, correspondentes a impressões recentes, viriam se justapor às outras sem se confundirem realmente com elas. Mas, a lembrança de meu pai em seu conjunto se transforma e me parece agora mais adequada à realidade. A imagem que fiz de meu pai, desde que o conheci, não parou de evoluir, não somente porque, durante sua vida, as lembranças se juntaram às lembranças: mas eu mesmo mudei, isto é, meu ponto de vista se deslocou, porque eu ocupava dentro de minha família um lugar diferente e sobretudo porque fazia parte de outros meios. Diremos que há entretanto uma imagem de meu pai que deve sobrepujar, por seu caráter autêntico, todas as outras: será aquela que ficou fixada no momento de sua morte? Mas, até esse momento, quantas vezes ela já não teria se transformado? Além do mais, a morte, que põe um fim à vida fisiológica, não interrompe bruscamente a corrente dos pensamentos, de modo que eles se desenvolvem no interior do círculo daquele cujo corpo desapareceu. Algum tempo ainda nós o imaginamos como se ainda vivesse, ele permanece engajado à vida quotidiana, imaginamos o que ele diria e faria em tais circunstâncias. É depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre sua pessoa. É então, também, que sua imagem é a menos nítida, que ela se trans.forma constantemente, conforme as diversas partes de sua vida que evocamos. Em realidade, nunca a imagem de um falecido se imobiliza. À medida em que recua no passado,

muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela. Tudo o que aprendo de novo sobre meu pai, e também sobre aqueles que foram ou estiveram em relação com ele, todos os novos julgamentos que faço sobre a época em que ele viveu, todas as novas reflexões que faço, à medida que me torno mais capaz de pensar e que disponho de mais termos de comparação, inclinam-se a retocar seu retrato. E. assim que o passado, tal como me aparecia outrora, enfraquece-se lentamente. As novas imagens recobrem as antigas como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos ascendentes longínquos, se bem que, destes, conhecemos apenas aquilo que aqueles nos confiam. Os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos. Ora, é do ponto de vista deles que considero o passado. E. preciso, então, que à medida em que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estreitamente em sua memória, minhas lembranças se renovem e se completem.

Isso supõe, é verdade, uma dupla condição: por um lado, que minhas próprias lembranças, tais como eram antes que eu entrasse nesses grupos, não fossem igualmente esclarecidas sobre todos os seus aspectos como se, até aqui, não as tivéssemos inteiramente percebido e compreendido; por outro lado, que as lembranças desses grupos não estejam sem relação com os acontecimentos que constituem meu passado.

A primeira condição é preenchida pelo fato que muito de nossas lembranças remontam a períodos onde, por falta de maturidade, de experiência ou de atenção, o sentido de mais de um fato, a natureza de mais de um objeto ou de uma pessoa nos escapavam pela metade. Estávamos, por assim dizer, engajados por demais ainda no grupo das crianças e já pertencíamos por uma parte de nosso espírito, porém não tão estreitamente, ao grupo dos adultos. Então, alguns efeitos de claro-escuro: o que interessa a um adulto nos chama a atenção também, mas muitas vezes pela única razão que sentimos como os adultos se interessam por isto, e permanece dentro de nossa memória como um problema que não compreendemos, porém sabemos que pode ser revolvido. Algumas vezes, não observamos mesmo,'"a hora, esses aspectos indefinidos, essas zonas de obscuridade, mas não as esquecemos todavia, porque envolvem nossas lembranças, as mais nítidas, e nos ajudam a passar de uma a outra. Quando uma criança adormece em seu leito e desperta no trem, seu pensamento encontra segurança no sentimento que aqui e lá permaneceu sob a segurança de seus pais, sem que, aliás, possa explicar como e porquê agiram assim nesse intervalo. Há muitos graus nesta ignorância ou nesta incompreensão, e num e noutro sentido, não atingimos jamais o limite da clareza total ou da sombra inteiramente impenetrável.

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que não teremos nada a suprimir nem acrescentar, e que nunca haverá nada de menos nem de mais para compreender. Porém, se encontrássemos alguém que dela tivesse participado ou a tivesse assistido, que a evoque e a relate: após tê-lo ouvido, não teremos mais certeza do que antes que não poderíamos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do evento; porque é impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos. Reportemo-nos ainda aqui à vida de Henri Brulard. Stendhal

conta como ele e dois amigos dispararam, quando ainda criança, um tiro de pistola sobre a árvore da Fraternidade. E uma sucessão de cenas muito simples. Porém, a cada instante, seu amigo R. Colomb, escrevendo o manuscrito, registra erros. "Os soldados quase nos tocavam, diz Stendhal, nós fugimos pela porta G. da casa de meu avô, porém nos viram muito bem. Todo mundo estava nas janelas. Muitos aproximavam as velas e iluminava". "Erro, escreve Colomb. Tudo isto teve lugar em quatro minutos depois do tiro. Então, estávamos os três dentro da casa". "Ele e um outro (Colomb talvez), continua Stendhal, entraram na casa e se refugiaram junto a duas velhas modistas, muito piedosas". Os policiais chegam. Essas velhas jansenistas mentem, dizendo que eles passaram lá toda a noite. Nota de R. Colomb: "Não foi somente H. B. (Stendhal) que entrou na casa das senhoritas Caudey. R. C. (ele mesmo) e Mante fugiram pela passagem nos celeiros e atingiram assim a Grande-Rue". Stendhal: "Quando não ouvíamos mais os policiais, saímos e continuamos a subir através da passagem". Colomb: "Erros". Stendhal: "Mante e Treillard, mais ágeis do que nós (Colomb: "Treillard não estava com nós três") contaram- nos no dia seguinte que, quando chegaram à porta da GrandeRue, encontraram-na ocupada por dois guardas. Eles começaram a falar de amabilidade das senhoritas com as quais haviam passado a noite. Os guardas não lhes fizeram nenhuma pergunta e eles sumiram. A narração que fizeram foi tal que se configurou tamanha impressão da realidade que eu não saberia dizer se não foi Colomb e eu que saímos falando da amabilidade dessas senhoritas". Colomb: "Na realidade, R. C. e Mante trepavam nos celeiros onde R. C., resfriado do peito encheu a boca de suco de alcaçuz, a fim de que sua tosse não atraísse a atenção dos procuradores da casa. R. C. se lembra de um corredor que na metade se comunicaria com uma escada de serviço que dava para a Grande-Rue. E lá que viram duas pessoas que tomaram como agentes de polícia e se puseram a conversar tranqüilamente como crianças, que voltam para casa depois de brincar. Stendhal: "Escrevendo isso, a imagem da árvore da Fraternidade surge diante de meus olhos. Minha memória faz descobertas. Acredito ver que a árvore da Fraternidade era cercada por um muro, com dois pés de altura, guarnecido de pedras e sustentando uma grade de ferro de cinco ou seis pés de altura". R. Colomb: "Não!"- Não é inútil observar, por exemplo, quais partes de um relato, que pareciam até então tão luminosas quanto as outras, vão repentinamente mudar de aspecto, e se tornar obscuras ou duvidosas, até substituí-las por traços e caracteres opostos, desde que uma outra testemunhava confrontará suas lembranças com as nossas. A imaginação de Stendhal ocupou as lacunas de sua memória: em sua narrativa tudo parece merecer fé, uma mesma luz parece iluminar todas as paredes; mas as fissuras se revelam quando as consideramos sob um outro ângulo.

Inversamente, não há na memória, vazio absoluto, quer dizer, regiões de nosso passado saídas de nossa memória de sorte que toda imagem que ali projetamos não pode agarrar-se a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que nos permaneça exterior. Não esquecemos nada, porém esta proposição pode ser entendida em sentidos diferentes. Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes. Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito) como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir, ainda que não os abríssemos

mais. Para nós, ao contrário, não subsistem, em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória. De onde vêm realmente que, uma vez que o acaso nos coloca em presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos, que deles foram atores ou testemunhas ao mesmo tempo que nós, quando nos contam ou descobrimos de modo diferente o que se passava então em torno de nós, preenchemos essas aparentes lacunas? É que na realidade o que tomávamos por um espaço vazio não passava de uma região pouco definida, da qual nosso pensamento se desviava, porque nela encontrava poucos vestígios. Uma vez que nos indiquem com precisão o caminho que temos que seguir, esses traços se evidenciam, os ligamos um ao outro, aprofundam-se e se juntam por si mesmos. Então eles existem, porém eram mais marcantes na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida, reconstruímos, mas essa reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros. As novas imagens se polarizam em tomo do que, para essas outras lembranças, permaneceria sem elas, indeciso e inexplicável, mas que nem por isso deixaria de ser uma realidade. É assim que, quando percorremos os antigos bairros de uma grande cidade, experimentamos uma satisfação particular em que nos contem de novo a história daquelas ruas e casas. Ali estão tantas informações novas mas que nos parecem entretanto familiares, porque se amoldam às nossas impressões e ocupam um lugar sem dificuldade no cenário subsistente. Parece-nos que esse cenário por si mesmo e totalmente só teria podido evocá-las, e o que imaginamos não é senão o desenrolar daquilo que já havíamos percebido. É que o quadro que se descortina sob nossos olhos estava carregado de uma significação que permanecia obscura para nós, porém da qual pressentíamos alguma coisa. A natureza dos seres com os quais vivemos deve nos ser revelada e explicada à luz de toda nossa experiência, tal como ela se conformou nos períodos seguintes. O novo quadro, projetado sobre os fatos que já conhecíamos, ali nos revela mais de um traço que nele se posiciona, e que dele recebe um significado mais claro. É assim que a memória se enriquece de bens alheios que, desde que se tenham enraizado e encontrado seu lugar, não se distinguem mais das outras lembranças.

Quadros longínquos e meios próximos

Para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado. Cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores. Ora, se fixamos nossa atenção sobre os grupos maiores, por exemplo a nação, ainda que nossa vida e a de nossos pais ou de nossos amigos estejam compreendidas nela, não podemos dizer que a nação como tal se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros. Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação. Ela se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas, devido a que ela retém. somente os fatos que interessam ao conjunto dos cidadãos, ou, se o quisermos, aos cidadãos como membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo que seja muito detalhada, ajude nos a conservar e encontrar a

lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. Certamente, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos nos limites dos quais se detém geralmente o seu horizonte. Há acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. Eles são raros. Embora possam oferecer a todos os homens de um país alguns pontos de referência no tempo. Mas geralmente, a nação está longe demais do indivíduo para que este considere a história de seu país de outro modo do que como um quadro muito amplo, com o qual sua história pessoal não tem senão muito poucos pontos de contato. Em vários romances que retratam o destino de uma família ou de um homem, não importa que saibamos em que época esses acontecimentos se deram: não perderiam nada de seu conteúdo psicológico se os transportássemos de um período para outro. A vida interior não se intensifica à medida em que se isola das circunstâncias exteriores, que passam para o primeiro plano da memória histórica? Se mais de um romance ou peça de teatro são situados por seu ator num período distante de nós em vários séculos, não será geralmente um artifício tendo em vista isolar o quadro dos acontecimentos atuais, e melhor fazer sentir a que ponto o jogo dos sentimentos é independente dos acontecimentos da história e se assemelha a si mesmo, através do tempo? Se, por memória histórica, entendemos a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são seus os quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva.

Mas, entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. Que um advogado guarde a lembrança das causas que defendeu, um médico, dos doentes que cuidou; que um ou outro se lembre dos homens de sua profissão com os quais manteve relação, não avançam eles muito à frente quando fixam sua atenção sobre todas essas figuras, sobre o detalhe de sua vida pessoal, e não evocam eles também pensamentos e preocupações que estão ligados ao seu eu de antigamente, aos destinos de sua família, às suas relações de amizade, isto é, a tudo aquilo que constitui sua história? Certamente, isso tudo é apenas um aspecto de sua vida. Mas, observamos, cada homem está mergulhado ao mesmo tempo ou sucessivamente em vários grupos. Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não têm importância senão para elas, mas que interessam tanto mais que seus membros, que são pouco numerosos. Embora seja fácil ser esquecido e passar despercebido dentro de uma grande cidade, os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um, sem dúvida, tem sua perspectiva, mas em relação e correspondência tão estreitas com aqueles outros que, se suas lembranças se deformam, basta que ele se coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las.

Oposição final - Entre a memória coletiva e a história

De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão "memória histórica" não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que; não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em tomo de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?

Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, . lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratar do presente? Os historiadores, através de um trabalho minucioso, podem encontrar e colocar em dia uma quantidade de fatos grandes e pequenos que julgaríamos definitivamente perdidos, sobretudo se tiverem a oportunidade de descobrir memórias inéditas. Entretanto, uma vez que, por exemplo, as Mémoires de Saint-Simon foram publicadas no início do século XIX, pode-se dizer que a sociedade francesa de 1830 retomou realmente contato, um contato vivo e direto, com o fim do século XVII e o período da Regência? O que foi transcrito dessas Mémoires para os livros básicos aqueles que são lidos por um número bastante grande de homens para criar estados de opinião coletivos? O único efeito de tais publicações, é de nos ·fazer compreender a que ponto estamos distantes daquele que escreveu e daqueles que ele descreve. Não basta que alguns indivíduos dispersos tenham consagrado a essa leitura muito tempo e esforço de atenção para derrubar as barreiras que nos separam dessa época. O estudo da história assim entendido não está reservado senão para alguns especialistas, e mesmo quando haja um círculo de leitores das 'Mémoires de Saint-Simon, ele seria decididamente muito limitado para atingir um público numeroso.

A história que quiser tratar dos detalhes dos fatos, torna-se erudita e a erudição é condição de

apenas uma minoria. Se ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter -seu lugar na memória coletiva de hoje, ela apenas retém dela aquilo 'que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, em resumo, bem pouca coisa.

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É ma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguínte, não é um mesmo tipo que esquece uma parte de seu passado há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto que numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes, e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo.

Sem dúvida, não se vê desde o início, na sucessão das gerações, razão. suficiente para que, num momento mais do que em outros, sua continuidade se interrompa, uma vez que o número dos nascimentos varia muito pouco de um ano para outro, se bem que a sociedade se assemelhe a essas tramas de fios obtidos passando um sobre o outro, de modo que eles se escalonam regularmente, numa série de fibras animais ou vegetais, ou de preferência, no tecido, que resulta do entrecruzamento de todos esses fios. g verdade que o tecido de algodão ou de seda se divide e que as linhas de divisão correspondem ao objetivo de um modelo ou de um desenho. Será que acontece isso mesmo na sucessão das gerações?

A história, que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Ela obedece, assim fazendo, somente a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela considera cada período como um todo, independente em grande parte daquele· que o precede e daquele que o segue, porque ela tem uma tarefa,, boa, má ou indiferente, a cumprir. Enquanto essa obra não estiver acabada, enquanto tais situações nacionais, políticas, religiosas não tenham desenvolvido todas as conseqüências que comportavam não levando em conta as diferenças de idade, tanto os jovens como os velhos se limitariam ao mesmo horizonte. Uma vez concluída, e que novas tarefas se ofereçam ou se imponham, a partir deste momento as gerações que vêm se encontram numa outra vertente diferente das precedentes. Há alguns retardatários. Mas os jovens arrastam consigo uma parte dos adultos mais velhos, que apressam o passo como se temessem "perder uma boa ocasião". Inversamente, aqueles que se distribuem entre as duas vertentes que estejam

muito próximos da linha que separa, não se encontram em situação melhor, ignoram-se também uns aos outros como se estivessem mais abaixo, uns em determinada altura, outros em outra, quer dizer, mais distantes no passado, e dentro daquilo que não é mais o passado ou, se o quisermos, em pontos mais distantes um do outro, sobre a linha sinuosa do tempo.

Nem tudo é incerto neste quadro. Vistos de longe e de conjunto, mas sobretudo vistos de fora, contemplados por um espectador que não faz parte dos grupos que observa, os fatos se deixam assim agrupar em conjuntos sucessivos e separados, cada período tendo um começo, um meio e um fim. Mas a história que se interessa sobretudo pelas diferenças e contradições, do mesmo modo que ela enfoca e relata uma figura individual, de maneira que se tornem bem visíveis os traços dispersos dentro do grupo, relata também e se concentra sobre um intervalo de alguns anos de transformações que, na realidade, completaram-se em um tempo muito mais longo. É possível que no dia seguinte de um acontecimento que sacudiu, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, um outro período comece. Mas disso nos aperceberemos somente mais tarde, quando uma nova sociedade, realmente. tiver tirado de si mesma novos recursos, e quando ela se propuser outros objetivos. Os historiadores não podem levar a sério estas linhas de separação, e imaginar que foram remarcadas por aqueles que viveram durante os anos que elas atravessaram, como aquele personagem de comédia diz: "Hoje começa a guerra dos cem anos:" Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução, que tenham escavado um fosso entre duas sociedades de homens, como se uma geração intermediária houvesse desaparecido, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade não se preocupe sobretudo, de acordo com a porção idosa, em apagar os traços dessa ruptura, de reaproximar as gerações extremas, e de manter apesar de tudo, a continuidade da evolução? É preciso ainda que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, mesmo que o estejam, o melhor meio de fazê-las criar raiz, é ajudá-las em tudo aquilo que se puder aproveitar das tradições. Então, depois dessas crises repetir-se-á: é preciso recomeçar do ponto onde fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas do início. E depois de algum tempo, com efeito, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade. Essa ilusão, da qual nos desembaraçaremos logo, terá pelo menos permitido que passemos de uma etapa a outra sem que a memória coletiva tivesse em nenhum momento o sentimento de se interromper.

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente (entendido como estendendo-se por uma certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade, tanto um quanto o outro. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. E porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram. Se a duração da vida humana for duplicada ou triplicada, o campo da memória coletiva, medido em unidade de tempo, será bem mais extenso. Não é evidente aliás, que essa memória ampliada teria um conteúdo mais rico, se a sociedade ligada por tantas tradições evoluísse com mais dificuldade. Da

mesma maneira, se a vida humana fosse mais curta, uma memória coletiva recobrindo um período mais restrito, não estaria talvez mais empobrecida, porque, numa sociedade assim aliviada, as mudanças se precipitariam. Em todo o caso, uma vez que a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem, ela não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio, muda sem cessar. E, aliás, difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque, basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali.

A história, quadro de acontecimentos - As memórias coletivas, centros de tradições

Há, com efeito, muitas memórias coletivas. É a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e podemos dizer que não há senão uma história. Isto é o que entendemos por ela. Certamente, podemos distinguir a história da França, a história da Alemanha, a história da Itália, e ainda a história de tal período ou de tal região, de uma cidade (e mesmo de um indivíduo). Reprovamos ainda algumas vezes, ao labor histórico esse excesso de especialização e o gosto extremo pelo estudo detalhado que se desvia do conjunto e toma de alguma forma a parte pelo todo. Mas, analisemos mais de perto. O que justifica aos olhos do historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que, no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora. um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para quem, ao contrário, todos acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetados da mesma maneira. Mas um historiador julga ser bastante objetivo e imparcial. Mesmo quando escreve a história de seu país, ele se esforça em reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a outro conjunto, à história de um outro país, de maneira que não haja de um a outro nenhuma solução de continuidade, e, que dentro do panorama total da história da Europa, encontremos não a reunião de vários pontos de vista nacionais sobre os fatos, antes porém a série e a totalidade dos fatos tais como são, não para tal país ou para tal grupo, mas independentemente de qualquer julgamento de grupo. Então, dentro de um tal quadro, as divisões propriamente que separam os países são fatos históricos do mesmo valor que os outros. Está tudo então sobre o mesmo plano. O mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais. Não é de estranhar de que na origem da história, e mesmo em todas as épocas, se tenha sonhado escrever tantas histórias universais. Tal é a orientação natural do espírito histórico. Esta é a inclinação fatal. dentro da qual todo historiador seria arrastado, se não fosse contido no âmbito de trabalhos mais limitados, por modéstia ou falta de fôlego.

Certamente, a musa da histórica é Polímnia. A história pode apresentar-se como a memória universal do gênero humano. Mas não existe memória universal. Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro

a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros. É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais todavia não haveria memória, uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total.

Para termos uma idéia, ao contrário, da multiplicidade das memórias coletivas, imaginemos. o que seria a história de nossa vida se, enquanto a relatamos, detivéssemo-nos, cada vez que nos lembrássemos de um dos grupos, com o qual tivemos contato, para examiná-lo, em si mesmo, e dizermos tudo o que dele conhecemos. Não bastaria distinguir alguns conjuntos: nossos pais, a escola, o ginásio, nossos amigos, os colegas de profissão, nossas relações mundanas, e ainda tal sociedade política, religiosa, artística à qual tivemos a oportunidade de nos ligarmos. Essas grandes divisões são cômodas, porém respondem ainda a uma visão exterior e simplificada da realidade. Essas sociedades compreendem grupos bem menores, que ocupam apenas uma parte do espaço, e é somente com uma seção local de algum dentre eles que tivemos contato. Eles se transformam, segmentam-se, se bem que mesmo que permaneçamos no lugar, que não saiamos de um grupo, acontece que pela renovação lenta ou rápida de seus membros, toma-se realmente um outro grupo que tem senão poucas tradições comuns com aqueles que o constituíam no início. É assim que, vivendo muito tempo numa mesma cidade, faz-se amigos novos, tem-se amigos antigos, e que, mesmo no interior de uma família, os falecimentos, os casamentos, os nascimentos são como tantos pontos de partida sucessivos e de recomeços. Certamente, esses grupos mais recentes são às vezes apenas subdivisões de uma sociedade que se ampliou, ramificou, sobre a qual conjuntos novos vieram se enxertar. Discernimos neles todavia regiões distintas, e quando passamos, de uma para outra, não são as mesmas correntes de pensamentos e as mesmas seqüências de lembranças que atravessam nosso espírito. É como dizer que a maioria desses grupos, ainda que não estejam divididos atualmente, como dizia Leibniz, representam todavia uma espécie de matéria social indefinidamente divisível, e segundo as mais diversas linhas.

Consideremos agora o conteúdo destas memórias coletivas múltiplas. Não diremos que de forma diferente da história, ou, se o quisermos, da memória histórica, a memória coletiva retém somente analogias. Para que se possa falar de memória, é necessário que as. partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério. Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas o que nos chama a atenção, é

que, na memória, as similitudes passam entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, já o dissemos, deixa perecer esses intervalos onde nada acontece aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções. Mas o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento. É então o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou. profundamente que ocupa maior espaço em sua memória. Assim os acontecimentos que podem se passar dentro de uma família e os contratempos diversos de seus membros sobre os quais insistiríamos, se escrevêssemos a história da família, retiram para ela todo o seu sentido daquilo que permite ao grupo de familiares manifestar que ele tem realmente um caráter próprio, distinto de todos os outros, e que muda pouco. Se o acontecimento pelo contrário, se a iniciativa de um ou de alguns de seus membros, ou enfim, se circunstâncias exteriores introduzissem na vida do grupo um novo elemento, incompatível com seu passado, um outro grupo nasceria, com uma memória própria, onde subsistiria apenas uma lembrança incompleta e confusa daquilo que precedeu esta crise.

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produza. Ora, uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar, aqui ou lá, uma nova mudança. Aparentemente, a seqüência dos acontecimentos históricos é descontínua, cada fato estando separado daquele que o precede ou que o segue por um intervalo, onde podemos acreditar que nada aconteceu. Na realidade, aqueles que escrevem a história, e que registram sobretudo as mudanças, as diferenças, entendem que, para passar de um para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das quais a história não percebe senão a somatória (no sentido do cálculo integral), ou o resultado final. Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora, e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, freqüentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos ·aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo.

Fora disso, como seria possível uma memória, e não é a propósito paradoxal pretender conservar o passado dentro do presente, ou introduzir o presente no passado, se não podem haver duas zonas de um mesmo domínio, e se o grupo, à medida em que penetra em si mesmo, em que toma

consciência de si ao lembrar-se e que se isola dos demais. não tenderia a se fechar em uma forma relativamente imóvel? Sem dúvida, ele está sob a ação de uma ilusão quando crê que as analogias sobrepujam as diferenças, porém lhe é impossível dar-se conta disso, uma vez que a imagem que fazia de si mesmo outrora, transformou-se lentamente. Mas, quer o quadro seja ampliado ou restrito, em nenhum momento se rompeu, e podemos admitir sempre que o grupo fixou apenas pouco a pouco sua atenção sobre parte de si próprio, que passariam de outra feita para segundo plano. O essencial é que os traços pelos quais ele se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo. Não é verdade que, quando devemos nos desligar de um desses grupos, não a propósito de uma separação momentânea, mas porque ele se dissolve, porque seus últimos membros desaparecem, devido a uma mudança de lugar, de carreira, de amizades ou de convicções que nos obriga a lhe dizer adeus, quandos nos lembramos então todo o tempo que ali passamos, é como de um único relance que todas essas lembranças se oferecem a nós, a ponto que parece às vezes, que as mais antigas são as mais próximas, ou ainda que todas se iluminam por uma luz uniforme, como objetos a caminho de fundir-se entre si no crepúsculo ...

NOTAS

[*1] Lenda dos Séculos.
[*2] Vida de Henri Brulard.

Capítulo III

A MEMÓRIA COLETIVA E O TEMPO

A divisão social do tempo

O tempo faz geralmente pesar sobre nós um forte constrangimento, seja porque consideramos muito longo um tempo curto, ainda quando nos impacientamos, ou nos aborrecemos, ou tínhamos pressa de ter acabado uma tarefa ingrata, de ter passado por alguma prova física ou moral; seja porque, ao contrário, nos pareça muito curto um período relativamente longo, quando nos sentimos apressados e pressionados, quer se trate de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Gostaríamos que ora o tempo corresse mais rápido, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Se, entretanto, nós devemos nos resignar, é sem dúvida, em primeiro lugar, porque a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, é apenas a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza material e do organismo. Mas é também, e talvez sobretudo, porque as divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, e porque exprimem também a ordem, inelutável, segundo a qual se sucedem as diversas etapas da vida social. Durkheim não deixou de observar que um indivíduo isolado poderia, a rigor, ignorar o tempo que se esvai, e se achar incapaz de medir a duração, mas que a vida em sociedade implica que todos homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são o objeto. É por isso que existe uma representação coletiva do tempo; ela se harmoniza sem dúvida com os grandes fatos de astronomia e de física terrestre, porém a estes quadros gerais, a sociedade sobrepõe outros que se ajustam sobretudo às condições e grupos humanos concretos. Pode-se mesmo dizer: as datas e as divisões astronômicas do tempo estão encobertas pelas divisões sociais de tal maneira que elas desaparecem progressivamente e que a· natureza deixa cada vez mais à sociedade o encargo de organizar a duração.

No mais, que as divisões do tempo sejam estas ou aquelas, os homens a elas se acomodam muito bem, já que são geralmente tradicionais e, como cada ano, cada dia se apresenta com a mesma estrutura temporal que as anteriores, como se fossem todas frutas produzidas · pela mesma árvore. Não podemos nos lamentar por sermos desorganizados em nossos hábitos. A dificuldade que experimentamos é de outra natureza. É em primeiro lugar a uniformidade que nos pesa. O tempo está dividido da mesma maneira para todos os grupos e membros da sociedade. Ora, pode nos ser desagradável que todos os domingos a cidade fique com um ar de ociosidade, que as ruas se esvaziem ou se vejam repletas de um público não habitual, que o espetáculo de fora nos induza a fazer nada ou a nos distrairmos ainda que estejamos com vontade de trabalhar. É para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas, do centro, dos bairros, fazem da noite o dia ou que aqueles que podem, vão procurar o calor do sul no auge do inverno? Sem dúvida, a necessidade de se diferenciar dos outros quanto ao modo de dividir e regular seu tempo aconteceria com mais freqüência se, no que diz respeito às nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos sujeitarmos à disciplina social. Se eu quiser ir ao meu escritório, não posso fazê-lo no momento

em que o trabalho está suspenso, quando os empregados não mais ali se encontram. A divisão do trabalho social prende o conjunto dos homens a um mesmo encadeamento ·mecânico de atividades: quanto mais ela avança, mais nos obriga a ser exatos. É preciso que eu chegue na hora, se quiser assistir a um concerto, a uma peça de teatro, não fazer esperar os convidados do jantar para o qual sou convidado, não perder o trem. Sou então obrigado a regular minhas atividades conforme o caminhar dos ponteiros de um relógio, ou conforme o ritmo adotado pelos outros e que não levam em conta minhas preferências, ser avaro com o meu tempo, e nunca perdê-lo, porque comprometeria assim algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. Mas o que há talvez, de mais penoso, é que me sinto forçado, perpetuamente, a considerar a vida e os acontecimentos que a preenchem sob o aspecto da medida. Não é somente porque eu reflita angustiadamente sobre a idade que tenho, expressa em número de. anos, e também em número de anos que me resta, como se a vida fosse uma página branca dividida em partes iguais com tantas linhas -, como se, antes, os anos que tenho diante de mim diminuíssem e se contraíssem, porque cada um representa uma proporção cada vez menor do tempo decorrido que aumenta. Mas de tanto medir o tempo, de modo a preenchê-lo bem, chegamos a não saber mais o que fazer desses pedaços de duração que não se deixam mais dividir da mesma maneira, porque se é abandonado a si próprio, se é retirado qualquer jeito da corrente da vida social exterior. Poderiam ser outros tantos oásis, onde, precisamente, esquece-se o tempo, mas onde, em contrapartida, nos encontramos. Ao contrário, somos sensíveis para aquilo que são intervalos vazios, e o problema é saber então como passar o tempo. Tanto é verdade que a sociedade, obrigando-nos a medir sem parar a vida à sua maneira, nos torna cada vez mais inaptos para fazê-lo da nossa. Sem dúvida, para alguns, é verdade que o tempo perdido é aquele que se lamenta menos (ou, em outro sentido, que se lamenta mais) mas, estes são exceções.

A Duração Pura (Individual) e O "Tempo Comum" Segundo Bergson

Se existe um tempo social do qual as divisões se impõem assim às consciências individuais, de onde ele mesmo retira sua origem? Diz-se que era possível distinguir o tempo ou a duração ela mesma e suas divisões. Mais precisamente, todo o ser dotado de consciência teria o sentimento da duração, já que nele se sucedem estados diferentes. A duração não seria nada mais do que a seqüência desses estados, a corrente que parece passar através deles, abaixo deles, soerguendo um após o outro. Cada homem, nesse sentido, teria sua própria duração, e isto seria mesmo um desses dados primitivos da consciência, que conhecemos diretamente, e do qual é necessário somente que a noção penetre em nós de fora .. Seria até possível, já que esses estados são distintos, perceber dentro desta seqüência divisões naturais, correspondentes à passagem de um estado para outro, de uma série contínua de estados semelhantes a uma outra seqüência de estados igualmente análogos. Além do mais, já que percebemos os objetos exteriores, como há na natureza muitos retornos regulares, a sucessão dos dias, a sucessão dos passos que demarcam nossa caminhada etc., um indivíduo isolado seria capaz, por suas próprias forças e a partir dos dados de sua própria experiência, de atingir a noção de um tempo mensurável ...

Porém em torno de alguns objetos nosso pensamento se encontra também com o dos outros; é,

em todo o caso, no espaço que imagino a existência sensível daqueles com quem, pela voz ou pelos gestos, relaciono-me a todo momento. Assim, produzir-se-iam cortes ao mesmo tempo em minha duração e na deles, mas que tendem a estender-se às durações ou às consciências dos outros homens, de todos aqueles que se encontram no universo. Agora, entre esses momentos sucessivos e comuns dos quais se supõe que guardaremos a lembrança, nos será possível imaginar que se desenrola uma espécie de tempo vazio, invólucro comum das durações vividas, como dizem os psicológos, quando consciências pessoais. Já que os homens concordam em medir o tempo, por meio de alguns movimentos que se produzem na natureza, como aqueles dos astros, ou que criamos e regulamos artificialmente, como em nossos relógios, é porque não saberíamos encontrar, na seqüência de nossos estados de consciência, suficientes pontos de referência definidos que possam valer para todas as consciências. O próprio das durações individuais, é, com efeito, que elas têm um conteúdo diferente, apesar de que o curso de seus estados é mais ou menos rápido, de uma a outra e também, dentro de cada uma, nos diferentes períodos. Existem horas mortas, dias vazios, enquanto que em outros momentos, quer seja porque os acontecimentos se precipitam, seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque nos encontrávamos em um estado de exaltação e de efervescência afetiva, temos a impressão de ter em algumas horas ou alguns dias, vivido anos. Mas acontece o mesmo quando comparamos num mesmo momento várias consciências. Para um pensamento vivo, impaciente e tenso, quantos encontraremos que apenas são excepcionalmente estimulados por algum acontecimento exterior, e cujo ritmo normal é lento e monótono porque seu interesse se detém, e ainda sem grande entusiasmo, somente a um pequeno número de objetos. É talvez um desinteresse crescente, um enfraquecimento progressivo das faculdades afetivas, que explica o fato de que à medida em que se fica mais velho o ritmo da vida interior se torna mais lento, e que, enquanto um dia de uma criança é repleto de impressões e observações múltiplas, e abrange, nesse sentido, um grande número de momentos, no declínio dos anos o conteúdo de um dia, se levarmos em conta apenas o conteúdo real, daquilo que despertou nossa atenção e nos deu o sentimento de nossa vida interior, reduz-se a muito menos estados diferentes um do outro e, nesse sentido, a um pequeno número de momentos singularmente dilatados. O velho que guardou a lembrança de sua vida de criança, acha que os dias são hoje ao mesmo tempo cada vez mais lentos e mais curtos, o que quer dizer que, tanto acredita que o tempo corre mais lentamente. porque os momentos, tais como tem o sentimento de vivê-los, são mais longos, como crê que corre mais rápido, porque os momentos tais como se enumeram em torno dele, tais como a medida do ponteiro do relógio sucedem-se com tal rapidez que eles o ultrapassam: não há tempo para preencher um dia com tudo aquilo que nele uma criança consegue encaixar facilmente; é porque sua duração interior é lenta que o espaço de um dia lhe parece muito curto. É por este motivo que um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo senão reportar-se aos seus sentimentos da duração e às divisões que comportam suas vidas interiores, não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão, nem sobre a grandeza dos intervalos escolhidos como unidade comum, que pareceria mínima para as crianças e muito grande para as pessoas mais idosas. É melhor, para fixar as divisões do tempo, guiarmo-nos pelas mudanças e movimentos que se produzem nos corpos materiais, e que se reproduzem de modo bastante regular para que nos seja sempre possível nos reportarmos a eles. Esta escolha, dela não teríamos a idéia sozinhos. Foi necessário que nos entendêssemos a este respeito com outros

homens. Na realidade, o que escolhemos como pontos de referência, é, neste retomo periódico a alguns fenômenos materiais, a ocasião que nos oferecem, a nós e aos outros, já que os percebemos ao mesmo tempo, de constatar precisamente que existe, entre algumas de nossas percepções, quer dizer entre alguns de nossos pensamentos, para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, sobretudo, que essa relação se reproduz a intervalos regulares, que convimos considerar como iguais. A partir desse momento, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora. Mas elas têm sua origem nos pensamentos individuais. Estas somente tomaram consciência de que em certos momentos entram em cantata, de que adotam às vezes uma atitude idêntica frente a um mesmo objeto exterior, e de que esta atitude se reproduz com a mesma regularidade periódica. Quando de tal operação, e quando das convenções que dela decorrem, foi possível fixar pontos de referência apenas descontínuos, exteriores em parte a cada consciência, uma vez que são comuns a todos. Mas não foi possível criar uma nova duração, impessoal, que preenchesse o intervalo entre os momentos escolhidos como pontos de referência, quer dizer, um tempo coletivo ou social que compreenderia e ligaria uma à outra todos os seus aspectos, em sua unidade mesma, todas as durações individuais. Na realidade, no intervalo que se estende entre os dois cortes que correspondem aos pontos de referência, não há senão pensamentos individuais separados em tantas correntes de pensamento distintas onde cada uma tem sua duração própria. E. possível, se se quiser, imaginar um tempo vazio no qual se escoariam todas as durações individuais e que estaria dividido pelos mesmos cortes, e, sem dúvida, uma noção assim se impõe, com efeito, a todos os pensamentos: porém isto é somente uma representação abstrata, à qual não corresponderia mais nenhuma realidade, se as durações individuais cessassem de existir.

Posicionemo-nos então deste ponto de vista bergsoniano. A noção de um tempo universal, que envolve todas as existências, todas as séries sucessivas de fenômenos, traduzir-se-ia por uma seqüência descontinua de momentos. Cada um deles corresponderia a uma relação estabelecida entre vários pensamentos individuais, que dela tomariam consciência simultaneamente. Isolados, geralmente um do outro, todas as vezes que seus caminhos se cruzam, esses pensamentos saem de si mesmos e vêm fundir-se um instante numa representação maior, que envolve ao mesmo tempo as consciências e as relações entre elas: é nisso que consiste a simultaneidade. O conjunto desses momentos constituiria um quadro, que teríamos permissão, aliás, de retocar, regularizar e simplificar. Porque o tempo que separa esses momentos é vazio, todas as suas partes se prestam igualmente às mais variadas divisões: é como um quadro sobre o qual podemos traçar um número indefinido de linhas paralelas. Nada nos impede então de imaginar simultaneidades intercalares, em um ponto qualquer da linha temporal e abstrata que encaixa dois momentos (e que podemos representar pela imagem de um movimento ou de uma mudança uniforme acontecida entre um e outro) à metade, à terça parte, a um quarto desse intervalo. Assim estabelecer-se-ão as divisões do tempo em anos, meses, dias, horas, minutos, segundos: além do mais, podemos supor que certo número de pensamentos individuais entrarão em contato com todos os momentos precisos que separam as horas umas das outras e até os minutos: as divisões do tempo simbolizam somente, todas essas possibilidades. Nada provaria mais claramente que o tempo, concebido como se estendendo ao conjunto dos seres, é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e

somente a elas.

Crítica do Subjetivismo Bergsoniano

Mas, se essas divisões do tempo não estão já e por antecipação contidas e indicadas nas consciências, será que basta reaproximar duas ou um maior número destas para delas fazê-las surgir. É preciso insistir sobre esta proposição ou este postulado, porque aqui se descobre nitidamente em qual concepção particular de duração nós nos apoiamos, uma vez que afirmamos que a memória é uma faculdade individual.

Para produzir o sentimento disto que é o pensamento interior e pessoal, aconselham-nos a descartar a princípio e a apagar tudo que lembre o espaço e os objetos exteriores. Estes estados que se sucedem constituem sem dúvida uma diversidade, e são distintos um do outro, mas de uma maneira completamente diferente do que as coisas materiais. Eles são presos por uma corrente contínua que se esvai, sem que haja entre um e outro uma linha de separação bem demarcada. Mas tal é .realmente a condição da memória, ou antes da forma de memória que é única e verdadeiramente ativa e psíquica, e que não se confunde com o mecanismo do hábito. A memória (entendida neste sentido) não tem alcance sobre os estados passados e não nô-los restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças. Ora, os estados distintos e nitidamente separados são, sem dúvida, diferentes por si mesmo. Entretanto, desligados da sequência dos outros, retirados da corrente onde estavam entranhados - e tal seria sua sorte se considerássemos cada um deles como uma realidade distinta e de contornos bem delimitados no tempo - como permaneceriam totalmente diferentes de qualquer outro estado igualmente considerado à parte e delimitado? Toda separação desse gênero significa que começa-se a projetar esses estados no espaço. Mas os objetos no espaço, por mais diferentes que sejam, comportam muitas analogias. Os lugares que ocupam são distintos, mas compreendidos em um meio homogêneo. As diferenças que levantamos entre eles se determinam em relação a tantos gêneros comuns dos quais participam tanto uns quanto outros. Ao contrário, a corrente na qual os pensamentos estão entranhados no interior de cada consciência não é um meio homogêneo, já que aqui a forma não se distingue da matéria e onde o continente exerce a função de conteúdo. Nos diversos estados de consciência (para empregar, aliás, uma expressão inadequada, já que não existe, na realidade, estados, porém movimentos ou um pensamento incessantemente em devir), só distinguimos qualidades por abstração, já que o essencial é aqui a unidade de cada um deles e que eles são como pontos de vista na totalidade da consciência: não existe entre eles gêneros comuns, pois que cada um é único em seu gênero. Toda a tentativa de comparação entre um e outro romperia a continuidade da série. Mas é esta continuidade mesma que explica que uns lembram os outros, os que os precederam ou seguiram, da mesma maneira que não podemos desfazer um nó, sem envolver a corrente inteira. Portanto, é porque são todos diferentes que os estados individuais formam uma série contínua, onde toda a semelhança, toda repetição, introduziria um elemento de descontinuidade. -e também porque as lembranças são diferentes que se evocam uma a outra: senão a série cessaria de se completar e se romperia a cada instante.

Mas já que é assim, não se compreende como duas consciências individuais jamais· poderiam entrar em contato, como duas séries de estados igualmente contínuas conseguiriam se cruzar realmente, o que é necessário para que eu tivesse o sentimento de que há simultaneidade entre duas modificações, das quais uma se produz em mim, a outra numa consciência diferente da minha. Sem dúvida, uma vez que eu percebo objetos exteriores, posso supor que toda a sua realidade se esgota na percepção que deles formo. O que está dentro da duração, não são os objetos, mas meu pensamento que os representa para mim, e então não saio de mim mesmo. É diferente de quando uma forma humana, uma voz, um gesto, revelam-me a presença de outro pensamento que não é o meu. Então, eu teria em meu espírito a representação de um objeto de dois pontos de vista, o meu, e o de um outro diferente de mim, que tem, como eu. uma consciência, e que dura. Mas como isto seria possível, se estou encerrado em minha consciência, se não posso sair de minha duração? Ora, não posso dela sair se, como afirmam, meus estados se sucedem um ao outro num movimento ininterrupto, se estão ligados um ao outro de maneira tão estreita que não há entre eles nenhuma linha de demarcação, nenhum empecilho na corrente que se escoa, se nenhum objeto de contornos definidos não se destaca na superfície de minha vida consciente como uma figura em relevo.

Poder-se-ia dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que exerce sobre mim, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação à qual ela está presa. É uma pessoa que cruza meu caminho, e me obriga a reparar em sua presença. Mas, em todo caso, os objetos materiais se impõem também de fora à minha percepção. Todavia, se supomos que estou encerrado em mim mesmo e que não conheço nada do mundo exterior, uma tal percepção sensível não deterá a corrente de meus estados mais do que uma impressão afetiva ou um pensamento qualquer: nela se incorporará, sem me fazer sair de mim mesmo. Seria a mesma coisa, dentro da mesma hipótese de uma consciência reduzida à contemplação de seus estados, que eu percebesse uma forma humana, que percebesse uma voz, um gesto. O curso do pensamento individual não será por isso modificado: não terei a idéia de uma outra duração se não a minha. Para que seja de outro modo, é preciso que o objeto aja sobre mim como um sinal. Mas isso implica que sou capaz, a qualquer momento, de me colocar, em presença de um objeto, ao mesmo tempo que de meu ponto de vista, daquele de outro, e que, representando para mim, pelo menos corno possíveis, várias consciências, e a possibilidade delas de entrar em relação, eu me represente também uma duração que lhes é comum.

Supusemos uma consciência fechada sobre si mesma, para a qual suas percepções seriam somente estados subjetivos que não lhe revelariam de modo algum a existência dos objetos. Mas de que modo um pensamento assim se elevaria ao conhecimento do mundo exterior? Ele não pode dentro dessas condições alcançar esse mundo nem de dentro, nem de fora. É preciso, entretanto, admitir que existe em toda a percepção sensível uma tendência a se exteriorizar, isto é, a expulsar o pensamento do círculo estreito da consciência individual no qual ele se escoa, e a considerar o objeto como representado ao mesmo tempo, ou como podendo ser n:presentado a qualquer momento, em uma ou várias consciências. Mas isso supõe que representássemos então uma "sociedade de consciências". Além do mais, se sonhamos com estados que, à diferença das percepções sensíveis, não nos parecem estar em relação com uma realidade exterior, tais como

estados. afetivos, o que os caracteriza, e o que lhes empresta um aspecto puramente interno, é pelo fato dessa representação de consciências estar ausente, ou é antes por ela estar provisoriamente encoberta, por que nenhuma ação exercida sobre nós de fora não lhe dá a oportunidade de se manifestar, mas por que ela existe todavia, sempre, em estado latente, atrás das impressões aparentemente mais individuais? Tal seria o caso, quando sentimos por algum tempo uma dor física e nos concentramos em nossas sensações, ainda que a dor atual pareça prolongar a dor precedente e emprestar-lhe toda a sua substância. Como agora descobrimos que essa dor é produzida por uma ação material, exterior ou orgânica, como apenas imaginamos, como pensamos, ainda que outros seres experimentam ou poderiam experimentar a mesma dor, então nossa impressão se transforma, ao menos parcialmente, naquilo que chamaremos uma representação objetiva da dor. Mas de que modo a representação pode provir da impressão se já não estivesse nela contida, e desde que essa representação é assim porque pode ser comum a várias consciências, que é coletiva na exata medida em que é objetiva, não é preciso pensar que,· a não ser a dor em si mesma, pelo menos a idéia que dela fazia para mim mesmo antes (e que é somente isso que a lembrança reterá) não passava de uma representação coletiva incompleta e truncada?

Assim sem dúvida poderia ser interpretado dentro de um novo sentido o antigo paradoxo metafísico de Leibniz, a saber que dores físicas, e as sensações em geral, são apenas idéias confusas ou inacabadas. Não é somente porque dela nos representamos distintamente a natureza e o mecanismo, as partes e sua relação, que a dor perde pouco a pouco, em alguns casos, sua acuidade: mas antes, imaginando que ela possa ser experimentada e compreendida por várias pessoas (o que não seria possível se ela permanecesse uma impressão puramente pessoal e portanto única), parece que descarregamos uma parte de seu peso sobre os outros, e que eles nos ajudam a suportá-la. O trágico da dor, que faz com que, levada até um certo ponto, crie em nós um sentimento desesperado de angústia e de impotência, é que sobre um mal cuja causa está naquelas regiões de nós mesmos onde os outros não podem chegar, ninguém pode fazer nada já que nos confundimos com a dor e que a dor não pode destruir a si mesma. É por este motivo que procuramos instintivamente e encontramos uma explicação para esse sofrimento que seja inteligível, quer dizer, com a qual os membros de um grupo possam concordar, da mesma maneira que o feiticeiro alivia o paciente fazendo parecer extrair de seu corpo uma pedra, uma velha ossada, um.preguinho, ou um líquido. Ou despojamos o sofrimento de seu mistério, nele descobrindo suas outras faces, aquelas que envolvem outras consciências, uma vez que imaginamos que ela foi ou pode ser experimentada por nossos semelhantes: nós a relegamos assim para o domínio comum a muitos seres e lhe restituímos uma fisionomia coletiva e familiar.

Assim, uma análise mais vigorosa da idéia da simultaneidade nos leva a afastar a hipótese de durações puramente individuais, impenetráveis entre.:si. A seqüência de nossos estados não é uma linha sem espessura cujas partes apenas se relacionam com aquelas que as precedem e que as seguem. Em nosso pensamento, na realidade, cruzam-se a cada momento ou em cada período de seu desenvolvimento, muitas correntes que vão de uma consciência a outra, e das quais ele é o lugar de encontro. Sem dúvida, a continuidade aparente daquilo que chamamos nossa vida interior resulta em parte de que ela segue, por algum tempo, o curso de uma dessas correntes, o

curso de um pensamento que se desenvolve em nós ao mesmo tempo que, em outros, a inclinação de um pensamento coletivo. Ela se explica também pela ligação que estabelece sem cessar, entre nossos estados, aqueles dentre eles que resultam sobretudo da continuidade de nossa vida orgânica. Não há, aliás, entre estes e aqueles, senão uma diferença de grau, já que as impressões afetivas elas mesmas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas. Em todo o caso, se se puder, com durações individuais, reconstruir uma duração mais ampla, e impessoal, na qual estão compreendidas, é porque elas mesmas se destacam sobre o fundo de um tempo coletivo ao qual emprestam toda a sua substância.

A data, quadro da lembrança

Falamos de um tempo coletivo, em oposição à duração individual. Mas a questão que se coloca agora é saber se ele é único, e nós não a prejulgamos, absolutamente. Por trás da teoria que discutimos, haveria com efeito, por um lado, tantas durações quantos indivíduos, por outro lado um tempo abstrato que compreenderia a todas. Esse tempo é vazio, e talvez seja apenas uma idéia. As divisões que ali traçamos nos pontos onde várias durações individuais se cruzam não se confundem com os estados que percebemos que são simultâneos. Não poderia haver nada de mais nessas divisões a não ser tempo que elas dividem, e que é concebido como um meio homogêneo, como uma forma particular de matéria. Mas que gênero de realidade podemos atribuir a essa forma e, sobretudo, como ela pode servir de quadro aos acontecimentos que situamos?

Um tempo assim definido se presta a todas as divisões. É por essa razão que podemos ali assinalar o lugar de todos os fatos? Antes de responder a esta questão, é preciso observar que o tempo nos importa aqui somente na medida em que deve nos permitir conservar e lembrar dos acontecimentos que ali se produziram. Este é o serviço que esperamos dele. Isso é verdade para os acontecimentos do passado. Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo não nos lembrando da data exata, há entretanto todo um quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está de qualquer maneira relacionada: foi antes ou depois da guerra, eu era criança, jovem, ou homem feito, na pujança da idade; eu estava com tal amigo que era mais ou menos velho; em que estação estávamos; eu preparava tal trabalho; aconteceu tal coisa. É graças a uma série de reflexões desse gênero que com muita freqüência uma lembrança toma corpo e se completa. Se subsiste, entretanto, uma incerteza sobre o período onde o acontecimento teve lugar, pelo menos não se trata daqueles outros períodos em que se situam as outras lembranças: é ainda uma maneira de localizá-lo. Além do mais, o exemplo de uma viagem pode não ser o mais favorável, porque pode constituir um fato isolado e sem grandes relações com o restante de minha vida. Então é menos o tempo do que o quadro espacial, como veremos, que intervém principalmente. Mas, se se trata de um acontecimento de minha vida familiar, de minha vida profissional, ou que aconteceu em um dos grupos aos quais meu pensamento se reporta com maior freqüência, será talvez o quadro temporal que me ajudará melhor a dele me lembrar. Acontece o mesmo com um certo número de fatos futuros, que são preparados no presente: o que me lembra um encontro, é geralmente a época em que o marquei; o que me lembra que encontrarei um parente, um amigo, que terei tal tarefa a cumprir, tal negócio a fazer, ou que me

proponho a tal distração, é a data onde todos esses acontecimentos devem se realizar. Aconte&e também que não reconstituímos o quadro temporal senão depois que a lembrança foi restabelecida e então somos obrigados, a fim de localizar a data do acontecimento, dele examinar em detalhes todas as partes. Mesmo assim, já que a lembrança conserva os traços do período ao qual se reporta, este só foi lembrado talvez, porque havíamos vislumbrado esses traços, e pensado no tempo em que o acontecimento se realizou. A localização. aproximativa e muito imprecisa de início, definiu-se em seguida quando a lembrança estava presente. Não é menos verdade que, em grande número de casos, é percorrendo em pensamento o quadro do tempo que ali encontramos a imagem do acontecimento passado: porém, para isso, é preciso que o tempo seja capaz de enquadrar as lembranças.

Tempo abstrato e tempo real

Consideraremos primeiro o tempo concebido sob a forma a mais abstrata: o tempo completamente homogêneo da mecânica e da física, de uma mecânica e de uma física dominadas pela geometria, e que podemos chamar o tempo matemático. Ele se opõe ao "tempo vivido" de Bergson. como um pólo ao outro. e é, de acordo com esse filósofo. inteiramente "vazio de consciência". O interesse de uma noção desse gênero viria de que ela representaria o limite para o qual os homens tendem a se aproximar à medida que, ao invés de permanecer fechados em seus próprios pensamentos, colocam-se do ponto de vista de grupos e conjuntos mais amplos. É preciso que o tempo se esvazie pouco a pouco da matéria o que permitiria distinguir suas partes umas das outras, para que possa servir a um número crescente de seres completamente diferentes. O que orientaria os pensamentos neste esforço, no objetivo de ampliar e universalizar o tempo, seria a representação latente de um meio inteiramente uniforme, muito próximo da representação do espaço, se até mesmo não se confundir com ela. Todo o homem, dizemos, é naturalmente geômetra, já que vive no espaço. Não é portanto de admirar que os homens, quando pensam no tempo fazendo abstração dos acontecimentos particulares, de modo que atingem as consciências individuais onde estes se desenvolvem, imaginem um meio homogêneo, semelhante ao espaço geométrico.

Mas sobre um tempo assim concebido nossa memória teria alguma compreensão? Sobre uma superfície tão perfeitamente lisa, onde as lembranças poderiam se agarrar? Talvez seja o caso de dizer, com Leibniz ainda, que não se encontraria nesse tempo, em si próprio, nem em suas partes, razão alguma para que um acontecimento nele se situasse mais aqui do que lá, já que todas essas partes são indicerníveis. De fato, o tempo matemático só atua quando se trata de objetos ou de fenômenos dos quais não se proponha fixar e manter a posição dentro do tempo real, de fatos que não têm data e não mudam de natureza, ainda que aconteçam em momentos diferentes. Quando representamos por t_0. t_1, t_2, ... t_n os aumentos sucessivos do tempo, a partir de zero, sem dúvida fixamos assim a duração e as diversas fases de um movimento, porém um desses movimentos que poderíamos reproduzir em qualquer outro tempo sem que obedeça a uma outra lei. Em outras palavras, o momento inicial, to. está inteiramente livre de qualquer relação com um momento qualquer do tempo real. As leis dos movimentos físicos são, com efeito e neste sentido, independentes do tempo. É por isso que o matemático concorda em recolocar tais movimentos

dentro de uma duração completamente vazia, e representa assim somente esse paradoxo, de um movimento que está bem dentro do tempo já que dura, e que não se situa entretanto, em nenhum momento definido. Mas, salvo a sociedade dos matemáticos ou dos sábios que estudam os movimentos dos corpos inertes, todos os grupos humanos se interessam pelos acontecimentos que mudam de natureza e de importância, conforme o momento em que se produzem. Um tempo indefinido, indiferente a tudo o que nele se posiciona de nada ajudaria na memória desses fatos.

Sem dúvida, parece que fazemos um apelo a uma representação deste gênero, quando dividimos o tempo em intervalos iguais. Os dias, as horas, os minutos, os segundos, não se confundem a propósito, todavia, com as divisões de um tempo homogêneo: têm, com efeito, uma significação coletiva definida. São outros tantos pontos . de referência dentro de uma duração onde todas as partes diferem. dentro do pensamento comum, e não podem ser substituídas umas pelas outras. O que o comprova, é que quando ficamos sabendo que um trem deve partir às quinze horas, somos obrigados a traduzir, e nos lembrarmos que ele parte, na realidade, às três horas depois do meio dia. Da mesma maneira, o dia 30 ou o 31 do mês se distingue para nós do primeiro dia do mês seguinte senão mais, pelo menos de uma outra maneira, que o primeiro do dia 2, ou do 15 e do 16. Mesmo quando nossa atenção se fixa apenas em números, sabemos que são divisões arbitrárias, e que não podemos modificá-las à vontade, como em mecânica deslocamos a origem, como passamos para um outro sistema de eixos. É diferente passar da hora de verão para a hora de inverno, e concordar que diremos, de hoje em diante, uma hora em vez de meio dia: o grupo não aceita perder a hora ou o seu tempo, e se este sofrer um deslocamento, a vida social não quer sair de seu quadro, e o acompanha em seu deslocamento. Tanto é verdade que o tempo social não é indiferente às divisões que nele introduzimos. Assim é que o tempo social não se confunde e nem a duração individual com o tempo matemático. Há uma oposição fundamental entre o tempo real, individual ou social, e o tempo abstrato, e sequer é possível dizer, que à medida em que se torna mais social, o tempo real se aproxima deste.

O "tempo universal" e os tempos históricos

Mais concreto, mais definido nos aparecerá agora aquilo que poderíamos chamar o tempo universal, que se estende a todos os acontecimentos que se realizaram em todos os lugares do mundo, todos os continentes, todos os países, dentro de cada país a todos os grupos e, através deles, a todos os indivíduos. Podemos representar, com efeito, o conjunto dos homens como um vasto corpo, que apresenta aliás, mesmo no presente, mas sobretudo no passado, apenas uma unidade orgânica muito imperfeita, porém tal, que todas as partes das quais é constituído formam um todo contínuo, porque são poucas as que, ao menos a intervalos, não tenham tido algum contato com outra, e que assim, aproximadamente, elas se relacionam com o todo, por laços mais ou menos frouxos. Sabemos que isso não é exato, a rigor. Há regiões, habitadas sem dúvida, desde há muito tempo, e que foram descobertas bem tarde. Há povos, também, dos quais conhecemos geralmente a existência, porém por tradições muito vagas, por relatos muito sucintos de viajantes, e que não têm propriamente história no sentido de que não podemos neles fixar a data dos acontecimentos passados, ainda que mesmo se conserve deles alguma lembrança. Entretanto, admite-se que esses acontecimentos foram contemporâneos dos que

conhecemos dentro de nossas civilizações, e que apenas nos faltam documentos escritos, inscrições sobre monumentos ou anais, para que possamos situá-los no tempo mesmo em que nossa história nos permita remontar. Encontramos aqui o tempo histórico do qual falávamos no· capítulo anterior, com essa diferença que supusemos estendida para além dos limites que nós lhe tínhamos reconhecido, de maneira que envolva a vida dos povos que não tiveram história, e mesmo passado histórico.

Por mais natural que possa parecer uma tal extensão, precisamos perguntar-nos se ela é verdadeiramente legítima, e que significação pode ter para nós um tempo do qual as pessoas, mesmo as mais velhas que conhecíamos dele não guardaram nenhuma lembrança. Sem dúvida, podemos sempre raciocinar por analogia. Podemos supor, por exemplo, que o planeta Marte foi sempre habitado. Diremos entretanto que seus habitantes viveram no mesmo tempo que as populações terrestres das quais conhecemos a história? Para que uma tal proposição tenha um sentido bem definido, seria necessário supor ainda que os habitantes desse planeta puderam se comunicar conosco por algum meio, pelo menos, a intervalos, de modo que eles e nós tivéssemos entrado em contato, que conhecêssemos alguma coisa de sua vida e de sua história, e eles da nossa. Se não houver nada disso, tudo se passará como no caso de duas consciências inteiramente fechadas uma para a outra, e cujas durações não se cruzam jamais. Como então falar de um tempo que lhes seria comum?

Porém é preciso ir mais longe e, atendo-nos aos acontecimentos do passado cujos historiadores puderam, pelo menos, de modo aproximativo, fixar a data e reconstituir a ordem de sucessão, perguntarnos se o quadro que eles elaboraram, nele indicando aqueles fatos que aconteceram simultaneamente em países e regiões distantes uma da outra, permite-nos concluir pela existência de um tempo universal dentro dos limites da história. Costuma-se dizer os tempos históricos, como se houvesse vários, e talvez designemos desse modo períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente. Mas podemos dar também um outro sentido para essa expressão, como se houvesse várias histórias, que começam aliás, umas mais cedo, outras mais tarde, mas que são distintas. Certamente é possível para um historiador colocar-se de fora e acima de todas essas evoluções paralelas, e considerá-las como aspectos de uma história universal. Mas sentimos que, em muitos casos, e talvez em sua maioria, a unidade que se obtém então é completamente artificial, porque aproximamos assim acontecimentos que não tiveram nenhuma influência um sobre o outro, e povos que não se uniram, ainda que temporariamente, num só pensamento.

Temos em mãos a Chronologie Universelle, de Dreyss, que foi publicada em Paris em 1858, onde, desde os tempos mais remotos, registra-se, ano por ano, os acontecimentos notáveis que se realizaram em certo número de regiões. Vejamos o primeiro período, da criação do mundo ao dilúvio. Apesar de tudo, a tradição do dilúvio, especificamente, encontra-se em grande número de povos. Talvez corresponda à lembrança confusa de uma origem comum, e mereça por isso, ser o início de um quadro sincrônico dos destinos das nações. Em seguida, até Jesus Cristo, e mesmo até o 5.0 século depois de Jesus Cristo, o autor se limitou em datar a história da Grécia e a história de Roma, a história dos Judeus, a história do Egito, e a justapor esses fragmentos. Isto é somente uma pequena parte do mundo. Pelo menos, tratava-se de regiões próximas umas das

outras para que todas sentissem, a miúde, o contra-golpe das comoções que se produziam numa delas. Entre essas cidades ou grupos de cidades que formavam conjuntos semifechados, as idéias circulavam, as notícias se propagavam. Em 1858, e mesmo antes, o horizonte histórico, no que concerne ao passado, havia certamente se ampliado e teria sido possível dar lugar, nesse quadro cronológico antigo, a muitas outras regiões. Entretanto, o quadro tal como se nos apresentam, com suas limitações, fornece talvez uma imagem mais adequada à realidade. Ele nos apresenta um conjunto de povos cujos destinos estariam assaz estreitamente ligados para que pudessem recolocar dentro de um mesmo tempo suas vicissitudes. É apenas o mundo conhecido dos antigos: pelo menos formava quase um todo.

Mais tarde, e na medida que nos aproximamos dos tempos modernos, o quadro se amplia, mas perde cada vez mais sua unidade. Disseram-nos que em 1453 a Guerra de Cem Anos terminou, e que, no mesmo ano, os Turcos tomaram Constantinopla. Em que memória coletiva comum esses dois fatos deixaram seus traços? Sem dúvida, tudo se entrelaça, e não podemos prever no momento quais serão as repercussões de um acontecimento, e mesmo em que regiões do espaço se propagarão. Mas são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham acontecido no mesmo ano, se essa simultaneidade não foi reconhecida pelos contemporâneos. Cada grupo definido localmente tem sua própria memória, e uma representação do tempo que é somente dele. Acontece que cidades, províncias, povos, fundem-se numa nova unidade, logo o tempo comum se amplia e, talvez, avance mais no passado, ao menos para uma parte do grupo, que se encontra então a participar de tradições mais antigas. O inverso pode acontecer também quando um povo se desmembra, quando colônias se formam, quando continentes novos são povoados. A história da América, até o início do século XIX e desde as primeiras colônias, está estreitamente ligada à história da Europa. Durante todo o século XIX e até o presente, parece que dela se desligou. Como um povo que tem atrás de si apenas uma curta história representaria para si o mesmo tempo que outros cuja memória pode remontar a um passado longínquo? É através de uma construção artificial que se faz esses dois tempos penetrar um no outro, ou que os colocamos um ao lado do outro, sobre um tempo vazio, que nada tem de histórico, já que definitivamente este nada mais é do que o tempo abstrato dos matemáticos.

Não esqueçamos, é verdade, que em uma época em que os meios de comunicação eram difíceis, onde não havia nem telégrafos, nem jornais, viajava-se todavia e as notícias circulavam mais rápido e mais longe do que o supomos. A Igreja abraçava a Europa inteira e possuía seus tentáculos nos outros continentes. Uma organização diplomática muito desenvolvida permitia aos príncipes e seus ministros saberem muito depressa o que se passava nos outros países. Os comerciantes tinham depósitos, feitorias, estabelecimentos, correspondentes, nas cidades estrangeiras. Sempre houve alguns meios e alguns grupos que serviam de órgãos de ligação entre os países mais distantes. Mas nem por isso o horizonte da massa da população era mais amplo. Durante muito tempo, a maioria dos homens não estava interessada naquilo que se passava além dos limites de sua província, e muito menos de seu país. É por isso que houve e ainda há tantas histórias distintas quanto nações. Aquele que quiser escrever a história universal e fugir a essas

limitações, colocar-se-á do ponto de vista de que conjunto de homens? É por essa razão que estiveram durante muito tempo em primeiro plano, nos relatos históricos, os acontecimentos que interessam à Igreja, como os concílios, os cismas, a sucessão dos papas, os conflitos entre clérigos e chefes temporais ou os fatos que preocupam os diplomatas, negociações, alianças, guerras, tratados, intrigas de corte? Não será também porque, mais recentemente, os círculos sociais que compreendem os comerciantes, os homens de negócios, os industriais, os banqueiros estenderam suas preocupações especiais sobre a maior parte da terra, que se cedeu espaço, na história universal, aos progressos da indústria, aos deslocamentos das correntes comerciais, às relações econômicas entre os povos? Mas a história universal assim entendida é somente ainda uma justaposição de histórias parciais que abrangem apenas a vida de alguns grupos. Se o tempo único assim reconstruído se estende sobre espaços mais amplos, abrange somente uma parte restrita da humanidade que povoa essa superfície: a massa da população que não penetra esses círculos limitados e que ocupa as mesmas regiões, teve todavia, ela também, sua história.

Cronologia histórica e tradição coleôva

Talvez tenhamos nos colocado do ponto de vista que não é e não pode ser o dos historiadores. Nós lhes censuramos por confundir num tempo único, histórias nacionais e locais que representam outras tantas linhas de evolução distintas. Todavia, se conseguimos nos apresentar um quadro sincrônico onde todos os acontecimentos, em qualquer lugar onde tenham se produzido, estejam próximos é, sem dúvida, porque os desligamos dos meios que os situavam em seu próprio tempo, quer dizer, que fazemos a abstração do tempo real onde estavam situados. É uma opinião corrente que a história, pelo contrário, se interessa talvez mais exclusivamente pela ordem da sucessão cronológica dos fatos no tempo. Mas lembremos o que dizíamos no capítulo anterior quando opúnhamos o que se pode chamar de memória histórica e a memória coletiva. A primeira retém sobretudo as diferenças: porém as diferenças ou as mudanças assinalam somente a passagem súbita e quase imediata de um estado que subsiste para um outro estado que subsiste. Quando fazemos abstração dos estados ou dos intervalos para não ir além de seus limites, na realidade deixamos de lado aquilo que existe de mais substancial no próprio tempo. Sem dúvida, uma mudança se estende também por uma duração, às vezes uma duração muito longa. Mas isso vem confirmar que ela se decompõe em uma série de mudanças parciais separadas por intervalos onde nada muda. Destes intervalos menores, a narração histórica faz ainda abstração. Seria, aliás, bem possível que nos fornecesse muito mais. Para nos fazer conhecer aquilo que não muda, aquilo que dura no sentido verdadeiro do termo, para que tenhamos dele uma representação adequada, seria necessário nos recolocarmos no meio social que tomava consciência dessa estabilidade relativa, fazer reviver para nós uma memória coletiva que desapareceu. Seria suficiente para que nos descrevam uma instituição, que nos digam que ela não mudou durante meio século? Primeiro, é inexato, porque houve de qualquer modo muitas modificações lentas e insensíveis, que o historiador não percebe, mas que o grupo tinha o pressentimento, ao mesmo tempo, aliás, que de uma estabilidade relativa (as duas representações estão geralmente estreitamente ligadas). É, além disso, e por conseguinte, um dado puramente negativo, enquanto não conhecemos o conteúdo da consciência do grupo, e as circunstâncias diversas dentro das quais pode reconhecer que, com efeito, a instituição não mudaria. A história é

necessariamente um resumo e é por isso que ela resume e concentra em poucos momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros: é neste sentido que ela extrai as mudanças da duração. Nada impede agora que se aproxime e que se reúna os acontecimentos assim destacados do tempo real, e que os disponhamos segundo uma série cronológica. Mas uma tal série sucessiva se desenvolve numa duração artificial que não tem realidade para nenhum dos grupos aos quais esses acontecimentos foram emprestados: para nenhum deles, não se trata do tempo no qual seu pensamento tinha o hábito de se movimentar, e de localizar aquilo de que se lembravam de seu passado.

Multiplicidade e heterogeneidade das durações coletivas

A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém, a atenção da história. Costuma-se dizer às vezes que a história se interessa pelo passado e não pelo presente. Mas o que é verdadeiramente o passado para ela. é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde. se estende ainda o pensamento dos grupos atuais. Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar. Sem dúvida, é preciso então apoiar-se em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos. Mas na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que não têm nada a ver com a opinião de então, porque esta opinião não existe mais; não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido. Tanto isso é verdade que ele não pode realizar sua obra senão com a condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram aos acontecimentos, que com eles tiveram contato mais ou menos direto, e que deles podem se lembrar.

Coloquemo-nos agora então do ponto de vista das consciências coletivas, já que é o único meio para permanecermos no interior de um tempo real, bastante contínuo para que um pensamento possa percorrer todas as suas partes, permanecendo ele mesmo e delas guardando o sentimento de unidade. Dissemos que é preciso distinguir um certo número de tempos coletivos tantos quantos forem os grupos separados. Não podemos desconsiderar, todavia, que a vida social, em seu conjunto e em todas suas partes se escoa no interior de um tempo que está dividido em anos, meses, dias, horas. É preciso que seja assim, sem o que se as durações, dentro dos diversos grupos nos quais se decompõem a sociedade comportassem divisões diferentes, não poderíamos estabelecer nenhuma correspondência entre seus movimentos. Ora, precisamente porque esses grupos estão separados uns dos outros, porque cada um deles tem seu próprio movimento, e porque os homens individualmente passam não obstante de um para outro, as divisões do tempo devem ser em toda a parte bastante uniformes. Deve ser sempre possível, quando estivermos num primeiro grupo, prever em que momento entraremos no segundo, esse momento referindo-se, bem entendido, ao tempo do segundo. Porém, quando estamos no primeiro, estamos no tempo

do primeiro, não no tempo do segundo. É o problema que se apresenta a um viajante que deve ir ao estrangeiro, e que dispõe apenas para medida do tempo, relógios de seu país. Ele estará seguro entretanto de não perder o trem, se a hora for a mesma em todos os países, ou se houver entre as horas dos diversos países, um quadro de correspondência.

Diremos então que existe a propósito um tempo único e universal ao qual se referem todas as sociedades, cujas divisões se impõem a todos os grupos e que essa oscilação comum, transmitida a todas as regiões do mundo social, restabelece entre elas as comunicações e relações que suas barreiras mútuas tenderiam impedir? Mas a princípio, a correspondência entre as divisões do tempo em várias sociedades vizinhas é muito· menos exata do que quando se trata de horários internacionais de. estradas de ferro. Isso se explica, aliás, pelo fato de que as exigências dos diversos grupos a este respeito não são as mesmas. Na família geralmente o tempo comporta uma certa flexibilidade bem maior do que no colégio ou no quartel. Ainda que um padre deva rezar sua missa na hora certa nada foi previsto quanto à duração exata de seu sermão. Excetuando as cerimônias, às quais entretanto chegam com freqüência atrasados e que não acompanham até o final, os fiéis podem ir à igreja quando lhes aprouver, e fazer em suas casas suas práticas de orações e devoções sem se regularem pela hora solar. Um comerciante deve chegar na hora para não faltar a um encontro de negócios: mas as compras se distribuem durante todo o dia, e para as encomendas, as entregas, se houver prazos fixados, estes são em geral bastante aproximados. Parece, aliás, que se descansa ou que se desforra, em alguns meios, da exatidão à qual se é obrigado em outros. Há uma sociedade cuja matéria se renova sem cessar, cujos elementos se deslocam, uns em relação aos outros, continuamente, é o conjunto dos homens que circulam pelas ruas. Ora, sem dúvida, alguns dentre eles estão apressados, aceleram o passo, voltam o olhar para seus relógios, próximo às estações, para chegar aos escritórios e na saída, mas em geral quando se passeia, quando nos distraímos, quando olhamos as vitrines das lojas, não medimos a duração das horas, não cuidamos em saber que hora é exatamente, e quando devemos fazer um longo trajeto, para chegar a tempo nos guiamos por um sentimento vago, como se estivéssemos andando numa cidade sem olhar o nome das ruas, por uma espécie de faro. Uma vez que, nos diversos ambientes, não experimentamos a necessidade de medir o tempo com a mesma exatidão, resulta que a correspondência entre o tempo do escritório, o tempo da casa, o tempo da rua, o tempo das visitas, está fixado apenas dentro de limites às vezes bastante amplos. É por isso que nos desculpamos de chegar atrasados a um encontro de negócios, ou voltar para casa em uma hora anormal dizendo que encontramos alguém na rua: isso significa reclamar o benefício da liberdade com a qual medimos o tempo, num meio onde não se cuida muito em levar em consideração a exatidão.

Falamos sobretudo de horas e de minutos, não obstante, dizemos algumas vezes a um amigo: virei ver você um dia desses, na próxima semana, dentro de um mês; quando revemos um parente distante, contamos aproximadamente o número de anos em que não nos víamos. É que este tipo de relação ou de sociedade não comporta uma localização no tempo mais definida. Assim, e deste ponto de vista, não se trata absolutamente do mesmo tempo, mas de tempos em correspondência mais ou menos exata que encontraríamos em nossas sociedades.

É verdade que todos se inspiram num mesmo tipo, e se referem a um mesmo quadro que poderia ser considerado como o tempo social por excelência. Não temos a pesquisar qual é a origem da divisão da duração em anos, meses, semanas, dias. Mas é um fato que sob a forma que a conhecemos ela é muito antiga e repousa sobre as tradições. Não podemos dizer com efeito que ela resulta de um acordo feito entre todos os grupos, o que implicaria que num dado momento, estes suprimiriam as barreiras que os separam e se reuniriam por algum tempo em uma só sociedade que teria por objeto fixar um sistema de divisão da duração. Mas é possível, e sem dúvida necessário que outrora esse acordo se tenha realizado dentro de uma única sociedade de onde todas essas que conhecemos teriam saído. Suponhamos que outrora as crenças religiosas tenham deixado fortemente suas impressões sobre as instituições. Talvez os homens que nelas reunissem atributos de chefes e padres, tenham dividido o tempo inspirando-se ao mesmo tempo em suas concepções religiosas e na observação do curso natural dos fenômenos celestes e terrestres. Quando a sociedade política se distinguiu do grupo religioso, quando as famílias se multiplicaram, elas continuaram a dividir o tempo da mesma maneira do que na comunidade primitiva de onde saíram. Ainda agora, quando novos grupos se formam, grupos permanentes ou efêmeros, entre pessoas de uma mesma profissão, de uma mesma cidade ou de uma aldeia, entre amigos em vista de uma obra social, de uma atividade literária ou artística, ou simplesmente por ocasião de um encontro, de uma viagem comum, é sempre pela separação de um ou de vários grupos maiores e mais antigos. e natural que, dentro dessas formações novas, encontremos muitos traços das comunidades-mãe, e que muitas noções elaboradas nestas passem para aquelas: a divisão do tempo seria uma dessas tradições, as quais não podemos deixar de lado, pois não há grupo que não tenha a necessidade de distinguir e reconhecer as diversas partes de sua . duração. e assim que encontramos nos nomes dos dias da semana e dos meses muitos traços de crendices e tradições desaparecidas, que datamos sempre os anos a partir do nascimento de Cristo e que antigas idéias religiosas a respeito da virtude do número 12 estão na origem da divisão atual do dia em horas, minutos e segundos.

Entretanto, apesar de que essas divisões subsistam, nada implica que haja um tempo social único, porque a despeito de sua origem comum, elas tomaram uma significação muito diferente dentro dos diversos grupos. Não é somente porque, como o demonstramos, a necessidade da exatidão neste ponto varie de uma sociedade à outra; mais primeiro, como se trata de aplicar essas divisões a séries de acontecimentos ou de tentativas que não são as mesmas dentro dos vários grupos, e que terminam e recomeçam em intervalos que não se correspondem de uma sociedade para outra que, podemos dizer que contamos o tempo a partir de datas diferentes nesta ou naquela. O ano escolar não começa no mesmo dia que o ano religioso. No ano religioso o aniversário do nascimento de Cristo e o aniversário de sua morte e de sua ressurreição determinam as divisões essenciais do ano cristão. O ano laico começa a primeiro de janeiro, porém, segundo as profissões e os gêneros de atividades, ele comporta divisões muito diferentes. As do ano agrícola se regulam pelo curso dos trabalhos agrícolas, determinado ele próprio pela alternância das estações. O ano industrial ou comercial se decompõe em períodos, quando se trabalha com toda a produção, quando as encomendas afluem, e em outros, quando os negócios se arrefecem ou estacionam: embora não sejam os mesmos para todos os comércios e todas as indústrias. O ano militar se conta tanto partindo da data da incorporação no sentido estrito e tanto

logo depois do que se chama arregimentação, depois do intervalo que os separa, isto é, em sentido inverso, talvez porque a monotonia das jornadas faça com que essa duração se aproxime mais do tempo homogêneo, onde por medida podemos escolher por convenção, o sentido que se quiser. Assim há tantos grupos quantas são as origens dos diferentes tempos. Não há nenhum deles que se imponha a todos os grupos.

Mas acontece o mesmo com os dias. Poderíamos crer que alternância dos dias e das noites assinala uma divisão fundamental, um ritmo elementar do tempo que é o mesmo para todas as sociedades. A noite consagrada ao sono interrompe, com efeito, a vida social. É o período onde o homem escapa quase inteiramente do aprisionamento das leis, dos costumes, das representações coletivas, onde está realmente só. Entretanto será a noite um período excepcional deste ponto de vista, e será que existe apenas para deter temporariamente a marcha. dessas correntes que são as sociedades? Se lhe atribuímos essa virtude, é porque esquecemos que não há somente uma sociedade, mas grupos e que a vida de numerosos dentre eles se interrompe, muito antes da noite e em outros momentos ainda. Dizemos, se quisermos, que um grupo dorme, quando não há mais homens associados para sustentar e desenvolver seu pensamento, mas que ele somente dormita, que continua a existir, tanto é que seus membros estão prontos a se aproximar e reconstituí-lo tal como estava quando eles o deixaram. Ora, não há senão um grupo do qual se possa dizer que sua vida consciente está periodicamente suspensa pelo sono físico dos homens, é a família, pois que em geral são aos seus a quem pedimos permissão quando nos deitamos e que vemos antes de todos os outros, ao despertar. Mas a consciência do grupo familiar se apaga e se esvanece ainda em outros momentos: quando seus membros se distanciam, o pai e algumas vezes a mãe, em seu trabalho, a criança, na escola, e os períodos de ausência que, contados em horas de relógio, são mais curtos do que a noite, e não parecem talvez, menos longos para a própria família, porque durante a noite ela não tem consciência do tempo; que um homem tenha dormido uma hora ou dez horas, ao despertar não sabe quanto tempo decorreu: um minuto, uma eternidade? Quanto aos outros grupos, é em geral bem antes do anoitecer que suas vidas se interrompem e muito tempo depois que recomeçam. Se aliás essa interrupção é mais demorada, ela não é de outra natureza senão da de outras paradas que se produzem na vida dos mesmos grupos e em outros momentos do dia. Em todo o caso, o dia de trabalho não se estende de modo ininterrupto por toda a seqüência das horas que separam o despertar do sono: ele não atinge esses dois limites, e é interrompido, por intervalos que pertencem a outros grupos. -e da mesma maneira, com maior razão do dia religioso ou do dia mundano. Se a noite nos parece, não obstante, assinalar a divisão essencial do tempo, é porque ela o é com efeito para a família e porque não existe comunidade à qual nos apeguemos mais estreitamente. Mas examinemos apenas os outros grupos cuja vida tanto se detém como recomeça: suponhamos que os intervalos de parada sejam tão vazios quanto a noite e que a representação do tempo ali desapareça então completamente também. Será muito difícil dizer dentro desses grupos quando o dia começa e quando acaba, e nesse caso não começaria no mesmo momento, em todos os grupos.

De fato todavia, como vimos, há uma correspondência bastante exata entre todos esses tempos, ainda que não possamos dizer que estejam adaptados um ao outro por uma convenção estabelecida entre os grupos. Todos dividem o tempo de modo geral da mesma maneira, porque

todos eles herdaram, a respeito disso, uma mesma tradição. Essa divisão tradicional da duração se adapta, aliás, ao curso da natureza, e não há como dela se separar, já que foi estabelecida por homens que observavam o curso dos astros e o curso do sol. Como a vida de todos os grupos se desenrola nas mesmas condições astronômicas, todos eles podem constatar que o ritmo do tempo social e a alternância dos fenômenos da natureza, estão bem adaptados um ao outro. Não é menos verdade que, de um grupo a outro, as divisões do tempo que se harmonizam não são as mesmas e não têm nesse caso o mesmo sentido. Tudo se passa como se um mesmo pêndulo comunicasse seu movimento a todas as partes do corpo social. Porém, na realidade, não existe um único calendário, exterior aos grupos e ao qual eles se refeririam. Há tantos calendários quantas sociedades diferentes, já que as divisões do tempo se expressam tanto em termos religiosos (cada dia sendo consagrado a um santo), tanto em termos de negócios (dias de pagamento etc.). Pouco importa que aqui e ali se fale de dias, de meses, de anos. Um grupo não poderia se servir do calendário de um outro. Não é no campo religioso que vive o comerciante e que pode encontrar os pontos de referência. Se outrora foi diferente, se as feiras e os mercados se situavam em dias consagrados pela religião, se o prazo de vencimento de uma dívida de comércio era fixada no dia de São João, na Candelária, é porque o grupo econômico ainda não estava desligado da sociedade religiosa.

Sua impermeabilidade

Mas a questão é então saber se os grupos, em si mesmos estão verdadeiramente separados. Poder-se-ia conceber, com efeito, não somente que eles sejam formados por 'numerosos empréstimos, mas que suas vidas se aproximam e se fundam geralmente, como se essas linhas de. evolução se cruzassem incessantemente. Se várias correntes de pensamento coletivo podem assim, pelo menos a intervalos, misturar-se, trocar sua substância e procriar num mesmo leito, como falar de tempos múltiplos? Não será num mesmo tempo que eles fixam o lugar de uma parte ao menos de suas lembranças? Se acompanhamos a vida de um grupo tal como a Igreja, durante um período de sua evolução, veremos que seu pensamento refletiu a vida de outras sociedades contemporâneas com as quais ela esteve em contato. Quando Saint-Beuve escreve Port-Royal, ele penetra tanto mais profundamente nesse movimento religioso único em seu gênero, atinge tanto melhor as forças e a originalidade interna de modo que faz entrar em seu quadro um maior número de fatos e de personagens emprestados de outros meios, mas que determinam inúmeros pontos de contato entre o século e as preocupações desses solitários. São poucos os acontecimentos religiosos que não tenham uma face voltada para a vida mundana, que não tenham sua ressonância nos grupos leigos. É como tomar nota das conversas trocadas numa reunião de família ou num salão, onde se tratará daquilo que se passa em outras famílias, em outros meios, como se os grupos dos artistas, o grupo dos políticos penetrassem no interior dessas assembléias tão diferentes, ou as arrastassem em seu movimento. Quando dizemos de uma sociedade, de uma família, de um meio mundano que são antiquados ou que estão por dentro não será em penetrações e contaminações desse gênero que pensamos? Uma vez que todo o fato notável, em qualquer região do corpo social em que tenha nascido pode ser tomado como ponto de referência por qualquer grupo para determinar as épocas de sua duração, não será isto uma prova de que os limites traçados entre as diversas correntes coletivas são arbitrários, e que se

encontram em muitos pontos de seu percurso para que haja motivo de separá-los?

Dissemos que um mesmo acontecimento pode afetar, ao mesmo tempo várias consciências coletivas distintas; disso concluímos que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem numa representação comum. Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa para si mesmo à sua maneira e o traduz em sua linguagem? Trata-se de grupos que estão, tanto um quanto o outro, no espaço. O acontecimento também se produz no espaço, e pode ser que um e outro ·grupo o percebam. Mas o que importa, é a maneira pela qual o interpretam, o sentido que lhe dão. Para que eles lhe emprestem a mesma significação, é preciso que antes de tudo as duas consciências estejam confundidas. Ora, por hipótese, elas são distintas. De fato, é pouco concebível que dois pensamentos penetrem assim um no outro. Sem dúvida acontece que dois grupos se fundem, mas nasce então uma nova consciência, cuja duração e cujo conteúdo não são os mesmos que antes. Ou então essa fusão é apenas aparente, se em seguida os dois grupos se separam e se reencontram para o essencial como faziam antes. Um povo que conquista um outro pode assimilá-lo: mas então ele mesmo se torna um outro povo, ou pelo menos entra em outra fase de sua existência. Se não o assimila, cada um dos dois povos mantém sua consciência nacional própria e reage de modo diferente em presença dos mesmos acontecimentos. O mesmo acontece em determinado país, com a sociedade religiosa e com a sociedade política. Quando o Estado domína, a Igreja, quando a preencha com seu espírito, a Igreja se torna um órgão do Estado e perde sua natureza de sociedade religiosa, a corrente de pensamento religioso se reduz a um fino cordão da parte da Igreja que não se resigna em desaparecer. Quando Igreja e Estado estão separados, um mesmo acontecimento, a reforma, por exemplo, será causa nas almas religiosas e no espírito dos chefes políticos, de interpretações diferentes que se relacionarão naturalmente aos pensamentos e tradições dos dois grupos, mas que não se confundirão.

Do mesmo modo se a publicação das Lettres provinciales assinala uma data na história da literatura e na vida de Port-Royal, não pensemos que naquele ano, a corrente do pensamento literário e a corrente religiosa jansenista se confundiram. Sabemos que Pascal não reconciliou M. de Sacy com Montaigne, que os jansenistas não cessaram de condenar a concupiscência do espírito, que para eles Pascal era apenas um instrumento de Deus e que eles atribuíam talvez mais importância ao milagre do Santo Espinheiro o qual fora favorecido por sua família do que à sua atividade de escritor. Quando Sainte Beuve nos traça o retrato dos que entraram em Port-Royal entendemos claramente o desdobramento de suas pessoas: são realmente os mesmos homens; mas são as mesmas personagens, aquelas das quais o mundo guardou a lembrança, e aquelas que se impuseram à memória dos jansenistas. todo o brilho do espírito. do talento tendo se apagado, a conversão assinalando um fim para uma sociedade e para outra um começo, como se houvesse lá duas datas que não têm lugar ao mesmo tempo? Quando se trata, como aqui, de um acontecimento de uma conduta moral, á questão, é verdade, se complica um pouco. É concebível que, por exemplo, o grupo religioso e determinada família sejam afetados da mesma maneira, porque a própria família é muito religiosa.

Quando Mme. Périer conta a vida de seu irmão, fala dele como de um santo, com um acento

muito jansenista. Mas do mesmo modo como numa família que se apaixona pela política, as discussões que aí se dão, colocam a família em contato com os meios onde esses debates são o objeto exclusivo. Observemos esta situação, todavia, um pouco mais de perto. Há sempre pelo menos uma nuança ou a ausência de uma sutileza que nos mostra se a religião ou a política fizeram passar para segundo plano todas as considerações de parentesco, no caso, bem entendido, de que não pertençamos à família.

Houve momentos em que o quarto de Pascal se transformou em uma célula ou uma capela e em que o salão de Mme. Roland não se distinguia mais de um clube ou de um conselho de ministros girondinos. Ao contrário em outros casos, o pensamento familiar se apodera das imagens e dos acontecimentos da religião e da política para alimentar sua própria vida, acontece então que nos orgulhamos do brilho que recai sobre a família porque um de seus membro.s se tornou ilustre num ou noutro domínio, onde seus membros se sentem parentes mais próximos, ou, ao contrário, distantes porque suas crenças e convicções políticas os unem ou os separam. Mas isso só será possível se esses elementos de pensamento que se relacionam aparentemente, para a família, aos objetos e pessoas que lhes são exteriores, transpuserem-se em representações familiares, isto é, conservem perfeitamente a forma aparente, política ou religiosa, mas tenham como substância as reações do parentesco, os interesses e as preferências da casa, dos irmãos, dos ascendentes. Que tais transposições sejam possíveis, é o que resulta de que geralmente praticamos tal religião e seguimos tal opinião política, porque essas são. desde há muito tempo, as da família. "Meu Deus e meu Rei", diz o camponês, porém é preciso entender: meu lar, meus pais. Quantas contradições de crenças e convicções não passam de antagonismos mascarados de irmão para irmão, da criança para com os pais! O que não impede que em certas ocasiões, todas as preocupações da família desapareçam, e os familiares sejam esquecidos. É então que somos apanhados realmente pelos grupos religiosos e políticos,' como o seríamos também pelos grupos que se ocupam das ciências, da arte e de negócios: mas então não é preciso que, conversando dessas coisas com os nossos, esqueçamos esses grupos para pensar nos nossos.

Lentidão e rapidez da transformação social

Se as diversas correntes de pensamento coletivo não penetram realmente jamais uma na outra e não podem ser colocadas e mantidas em contato, é bem difícil dizer se o tempo se escoa mais rápido para uma do que para outra. Como se conhece a rapidez do tempo já que não existe uma medida comum, e não concebemos nenhum meio de medir a rapidez uma em relação à outra? Pode-se dizer que em certos meios a vida passa, os pensamentos e os sentimentos se sucedem conforme um ritmo mais rápido do que em outro lugar. Definiremos a rapidez do tempo de acordo com o número de acontecimentos que ele encerra? Mas, já o dissemos; o tempo não é outra coisa senão uma série sucessiva de fatos, ou uma soma de diferenças. Somos vítimas de uma ilusão quando imaginamos que uma maior quantidade de acontecimentos ou de diferenças significa a mesma coisa que um tempo mais longo. É esquecer que os acontecimentos dividem o tempo mas não o preenchem. Aqueles que multiplicam suas ocupações e suas distrações acabam por perder a noção do tempo real, e talvez apagar a substância mesma do tempo, que, dividido em tantas partes, não pode mais se estender e se ampliar, e não oferece mais nenhuma

consistência. Como a faculdade de mudar, para um grupo humano, é limitada, é necessário que, à medida que as mudanças se multiplicam, dentro de uma mesma duração de vinte e quatro horas, cada um deles se torne menos importante. De fato, a atividade de grupos como as bolsas de valores, as sociedades industriais e comerciais, onde se trata em pouco tempo de uma quantidade grande de negócios, é quase sempre de tipo mecânico. São os mesmos cálculos, as mesmas espécies de combinação, que se apresentam ao pensamento de seus membros. Será preciso esperar vários anos, às vezes várias décadas, pata que, da acumulação de todas essas palavras e de todos esses gestos, resulte uma mudança importante, que modifique de modo durável a memória desses meios, quer dizer, a imagem que guardam de seu passado. Através dessa agitação, mais do que semi-automática, o grupo reencontra um tempo bastante uniforme, e que não se escoa em resumo mais rapidamente do que aquele do pescador com a linha.

Tornamos a dizer também que há povos retardatários, cuja evolução se efetuou muito lentamente, e num mesmo país, é lugar comum insistir sobre o ritmo rápido da existência nas grandes cidades em comparação com as pequenas povoações, ou em regiões industriais, em comparação com o campo. Não esqueçamos, entretanto, que os grupos que comparamos não têm nem a mesma natureza, nem a mesma espécie de ocupação. Mas pelo fato de que no intervalo de um dia, os habitantes de um vilarejo têm menos ocasiões de mudar a direção de sua atividade ou de seu pensamento, será que, para eles, o tempo se escoa mais lentamente do que nas cidades? e o habitante da cidade que tem essa idéia, mas por quê? Porque ele representa para si a cidadezinha como uma cidade na qual a atividade diminui e que é pouco a pouco paralisada, adormecida. Mas, uma cidadezinha é uma cidadezinha, e é preciso, compará-la a si mesma e não a um grupo de outra natureza. Ora, no campo, o tempo se divide conforme uma ordem de ocupações que se regulam segundo o curso da natureza .animal e vegetal. e preciso aguardar que o trigo brote, que os animais tenham posto seus ovos ou nascido os seus filhotes, que as tetas das vacas estejam cheias. Não há mecanismo que possa apressar essas operações. O tempo é aquilo que deve ser dentro de um grupo desses, e para esses homens cujo pensamento assumiu uma conduta conforme as necessidades e as tradições. Sem dúvida, há períodos de pressa, dias em que se descansa, mas são irregularidades que sustentam o conteúdo do tempo e não alteram seu curso. Quer estejamos absorvidos por uma tarefa, por uma conversa em família, um sonho, uma reflexão, uma lembrança, quer olhemos as pessoas passarem, quer joguemos cartas, no momento em que estas são maneiras de ser e atividades habituais, reguladas pelo hábito, e que cada uma. tem o lugar e a duração que lhe convém, o tempo é realmente aquilo que sempre foi, nem muito rápido, nem muito lento. Ao contrário, camponeses levados para a cidade se espantarão pelo fato de que o. ritmo da vida se precipita e pensarão que o dia sendo mais cheio deve condensar também mais tempo. Eles imaginam a cidade como um vilarejo, tomado por uma febre de atividades, onde os homens estão superexcitados, onde os pensamentos e os gestos são arrastados num movimento vertiginoso. Mas a cidade é a cidade, quer dizer, um meio onde o mecanismo se introduziu não somente nos trabalhos produtivos, mas regula também os deslocamentos, as distrações e o jogo do espírito. O tempo está dividido como deve ser, ele é o que deve ser, nem muito rápido, nem muito lento, já que está em conformidade com as necessidades da vida urbana. Os pensamentos que o preenchem são mais numerosos, mas também mais breves: não podem criar raízes profundas nos espíritos. É porque um pensamento

não toma consistência a não ser quando se estende por uma duração satisfatória. Mas como comparar o número dos estados de consciência que se sucedem para medir a rapidez do tempo dentro dos dois grupos, já que não se trata de pensamentos e representações da mesma espécie? Na realidade, não podemos dizer que o tempo se escoa mais rápido ou mais lentamente numa sociedade do que na outra; a noção de rapidez, aplicada ao curso do tempo, não oferece uma significação definida. Ao contrário, é um fato marcante que o pensamento, quando se recorda, pode percorrer em alguns instantes intervalos de tempo mais ou menos grandes e percorrer o curso da duração com uma rapidez que varia não somente de um grupo para outro, mas ainda no interior de um mesmo grupo, de um indivíduo para outro, e até mesmo, para um indivíduo que permaneça dentro do mesmo grupo, de um momento para outro. Admiramo-nos, às vezes, quando buscamos uma lembrança muito longínqua, da rapidez com a qual o espírito salta por cima de vastos períodos e, como se houvesse calçado botas de sete léguas, divisa apenas de passagem as representações do passado que aparentemente deveriam ocupar o intervalo.

A substância impessoal dos grupos duráveis

Mas porque imaginar que todas as antigas lembranças estão lá, arrumadas, segundo a ordem mesma em que se sucederam como se nos aguardassem! Se, para voltar no passado, fosse necessário nos guiarmos por essas imagens totalmente diferentes uma da outra, cada uma correspondendo a um acontecimento que teve lugar somente uma vez, então o espírito não passaria por cima delas com grandes passadas, e não se limitaria mesmo em rogá-las mas repassaria uma por uma sob seu olhar. Na realidade, o espírito não passa em revista todas essas imagens, das quais aliás nada indica que elas subsistem. É no tempo, tempo este que é aquele de um determinado grupo, que ele procura encontrar ou ainda reconstituir a lembrança e é no tempo que ele se apóia. O tempo e só ele pode desempenhar esse papel à medida em que o representamos como um meio contínuo que não mudou e que permaneceu o mesmo hoje como ontem, de maneira que podemos encontrar ontem dentro de hoje. Que o tempo possa permanecer de algum modo imóvel por um período bastante longo, isso advém de que ele serve de quadro comum para o pensamento de um grupo, que em si mesmo, durante esse período, não muda de natureza, conserva quase a mesma estrutura, e volta sua atenção aos mesmos objetos. Enquanto meu pensamento pode voltar a um tempo desse gênero, aprofundar-se nele, nele explorar as diversas partes de um movimento contínuo, sem esbarrar em obstáculo nenhum ou barreira que o impeça de ver além, ele se move num meio onde todos os acontecimentos se concatenam. Basta que ele se desloque dentro desse meio para que nele encontre todos os elementos. Bem entendido, esse tempo não se confunde com os acontecimentos que ali se sucederam. Mas também não mais se reduz, como o demonstramos, a um quadro homogêneo e inteiramente vazio. Ali encontramos inscrita ou indicada a marca dos acontecimentos ou das imagens de outrora à medida que respondiam ou respondem ainda a um interesse ou a uma preocupação do grupo. Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio

tempo, e de me sentir no coração do grupo. Isto exige, é verdade, alguma explicação. Vejo-me em pensamento ao lado de um colega de escola a quem era muito ligado, envolvidos os dois dentro numa discussão psicológica; analisamos e descrevemos os caracteres de nossos mestres, de nossos amigos. Ele e eu fazíamos parte do grupo de nossos colegas, mas dentro desse grupo, nossas relações pessoais, além do mais anteriores a nossa entrada na Escola, haviam criado entre nós uma comunidade mais estreita. Há muitos anos que não o vejo, porém nosso grupo subsiste pelo menos em pensamento, porque se nos encontrarmos . amanhã, teríamos um frente ao outro, a mesma atitude, tal como quando nos separamos. Ele morreu há apenas alguns meses. Então, nosso grupo se dissolveu. Não o encontrarei mais. Não posso mais evocá-lo como uma pessoa viva hoje. Quando nos revejo agora engajados outrora numa conversa como pretender que, para evocar essas lembranças., eu me apóie na memória de nosso grupo, já que nosso grupo não existe mais? Mas o grupo não é somente, nem mesmo principalmente um conjunto de indivíduos definidos e sua realidade não se esgota em algumas imagens que podemos enumerar e a partir das quais o reconstruiríamos. Pelo contrário, o que o constitui essencialmente, é um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações, que sem dúvida se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros, mas que são não todavia bastante gerais e mesmo impessoais para conservar seu sentido e sua importância para mim, ainda que mesmo essas personalidades se transformassem e que outras, semelhantes é verdade, porém diferentes, lhes fossem substituídas. E. isto que representa o elemento estável e permanente do grupo, e longe de encontrá-lo a partir de seus membros, é partir -deste elemento que reconstruo as imagens destes. Se portanto penso em meu amigo, é que me recoloco numa corrente de idéias que nos foram comuns, e que subsiste para mim mesmo que meu amigo não esteja mais lá, ou não possa mais no futuro, encontrar-me, contanto que se conservem em torno de mim as condições que me permitam nela me recolocar. Ora, elas se conservam porque tais preocupações não seriam estranhas aos nossos amigos comuns, e encontrei, e ainda encontro, pessoas que se parecem com meu amigo, pelo menos sob esse aspecto, nos quais distingo o mesmo caráter e os mesmos pensamentos, como se fossem membros virtuais do mesmo grupo.

Suponhamos que as relações entre duas ou várias pessoas sejam tais que esse elemento de pensamento comum impessoal faça falta. Dois seres se amam com uma paixão profundamente egoísta, o pensamento de cada um é preenchido inteiramente pelo outro. Eles podem dizer: eu o amo porque é ele ou porque é ela. . . Neste caso, nenhuma substituição é possível. Mas a paixão desaparecendo, não subsistirá nada do laço, que os unia, e então, esquecerão ou não guardarão um do outro senão uma lembrança pálida e descolorida. Em que se apoiariam eles, com efeito, para que cada um se lembrasse do outro tal como via? As vezes, entretanto, se a lembrança subsiste apesar da separação, apesar da morte, é que além da ligação pessoal, havia um pensamento comum, o sentimento da fuga do tempo, a visão dos objetos circundantes, a natureza, algum tema de meditação: é o elemento estável que transformava a união dos dois seres de base simplesmente afetiva numa sociedade, e é o pensamento subsistente do grupo que evoca a aproximação passada, e que salva do esquecimento a imagem da pessoa. Auguste Comte poderia ter evocado Clotilde de Vaux e tê-la visto quase com os olhos do corpo, se seu amor não houvesse tomado o sentido de uma união espiritual, e se não a houvessem legado à religião da humanidade? É assim que nos lembramos de nossos pais, sem dúvida, porque os

amamos, mas sobretudo porque são nossos pais. Dois amigos não se esquecem, porque a amizade supõe uma concordância de pensamentos e algumas preocupações comuns.

Na realidade nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, dos quais não representamos mais, sob forma concreta, os outros membros. Esses conjuntos tendem a ultrapassar as imagens que nós conhecemos, é quase a se despersonalizar. Ora, o que é impessoal é também o mais estável. O tempo onde viveu o grupo é um meio semidespersonalizado, em que podemos assinalar o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem uma significação em relação ao conjunto .. E essa significação que encontramos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as imagens particulares e passageiras que o atravessam.

Permanência e transformação dos grupos as épocas da família

Esta permanência do tempo social é além do mais muito relativa. De fato, se nossa retomada do passado, nas diversas direções onde se engaja o pensamento destes grupos, vai bastante longe, ela não é ilimitada, e não ultrapassa jamais uma linha que se desloca à medida que as sociedades, das quais somos membros, entram num novo período de existência. Tudo se passa aparentemente como se a memória tivesse necessidade de se descarregar, quando aumenta a quantidade dos acontecimentos de que deve se lembrar. Assinalemos, aliás, que não é o número de lembranças que importa aqui. Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda a sua extensão. E quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. Se a memória atinge então regiões do passado inegavelmente distantes, conforme as partés do corpo social que se considera, não é porque uns têm mais lembranças do que os outros: mas as duas partes do grupo organizam seu pensamento em torno de centros de interesses que não são mais completamente os mesmos.

Sem sair da família, a memória do pai e da mãe os transportam ao tempo que se seguiu ao seu casamento: ela explora uma região do passado que as crianças não conhecem a não ser por ouvir falar: estas não se lembram de um tempo em que não tinham despertado ainda para a consciência do meio de seus pais. A memória do grupo familiar se reduz então a um feixe de séries de lembranças individuais, semelhantes para todas as partes do tempo a que elas correspondem nas mesmas circunstâncias, mas que, quando remontamos ao curso da duração, interrompem-se mais ou menos cedo? Assim, numa família, tantas memórias, tantas opiniões sobre um mesmo grupo quantos sejam os membros da família, já que elas se estendem por tempos desiguais? Não, mas reconheçamos antes na vida desse grupo transformações características.

Até o momento em que as crianças nasceram e se tomaram capazes de se lembrar, e o período

após o casamento, decorreu pouco tempo. Porém esse ano ou alguns anos estão repletos de acontecimentos, ainda que aparentemente nada acontecesse. É então que se descobrem não somente os caracteres pessoais dos dois esposos, mas tudo o que herdaram ·de seus pais, dos ambientes onde viveram até então; para que um novo grupo se edifique sobre esses elementos, é necessário toda uma série de esforços em comum através de muitas surpresas, resistências, conflitos, sacrifícios, mas também de muitos acordos espontâneos e encontros, consentimentos, encorajamentos, descobertas feitas juntos no mundo da natureza e da sociedade. E o tempo consagrado ao estabelecimento dos alicerces do edifício, tempo mais pitoresco e. movimentado do que os longos intervalos dedicados a acabar a casa: há no canteiro de obras uma efervescência, um entusiasmo unânime, primeiro porque é um começo. Mais tarde, seremos obrigados a regular nosso trabalho conforme o que .iá foi realizado, pelo qual temos a responsabilidade ao mesmo tempo que sentimos orgulho, colocarmo-nos em alinhamento com os edifícios vizinhos, levarmos em conta exigências e preferências daqueles que habitarão a casa que · nem sempre prevemos: de onde muitos contratempos, tempo perdido, trabalho por desfazer e refazer. Mas também estaremos expostos a parar no meio do trabalho por uma razão ou outra. Há casas inacabadas, trabalhos que aguardam muito para que os retomemos. Pendent opera interrupto. Há também o tédio por voltar a trabalhar no mesmo lugar, dia após dia. Na atividade mesma daqueles que executam uma construção, há sempre mais inquietude do que alegria. Um trabalho de demolição evoca sempre um pouco da natureza, e os operários que escavam as fundações se assemelham a pioneiros. Como o período onde estabelecemos as bases de um novo grupo não seria repleto de pensamentos intensos e destinados a perdurar? Em mais de uma sociedade sobrevive assim o espírito dos fundadores, por mais curto que tenha sido o tempo consagrado à fundação.

Em muitos casos, a chegada dos filhos não amplia somente a família, ela modifica seu pensamento e a direção de seu interesse. A criança é sempre um intruso, nesse sentido que sabemos bem que não se adaptará à família já constituída, mas que os pais, e mesmo os irmãos deverão sujeitar-se senão às exigências do recém-chegado, pelo menos às mudanças que resultam de sua introdução no grupo. Até aqui, o casal sem filhos pode pensar que bastava a si mesmo: talvez apenas se bastasse aparentemente, quando, na realidade se abria para muitas influências externas: leituras, teatro, relações, viagens, ocupações profissionais do homem e talvez da mulher, tudo feito em comum, e, nessa passagem através de muitos ambientes o casal reagindo à sua maneira e tomando cada vez melhor consciência de sua unidade. Ele se situa entre dois perigos: retrair-se demais e se fechar sobre si mesmo, não conservar mais com os grupos exteriores o mesmo contato que permite a leitura, o que o condena a involuir, porque não pede viver senão da substância social, e é por isso que aspira sempre a sair do círculo de seus membros e a se expandir. Mas outro risco é se expandir demais, ao se deixar absorver por um grupo exterior ao casal ou por alguma preocupação que lhe seja por demais excêntrica. Disso decorre às vezes, ao menos no início, uma alternância de períodos nos quais o casal, procurando de algum modo seu lugar na sociedade exterior, tanto se deixa dominar por ela como procura se afastar dela: contrastes que se sobressaem de modo bastante vivo para que essa fase de sua vida se diferencie por si mesma das seguintes e permaneça gravada em sua memória.

Mais tarde, o casal encontrou seu lugar: tem suas relações, seus interesses, seu grupo; suas ligações com os outros grupos estão quase estabilizadas; suas preocupações essenciais tomaram uma forma mais definida. Com maior razão, quando um casal tem filhos, suas relações com o meio social que o cerca se multiplicam e se definem. Quando um grupo compreende mais membros, sobretudo quando estes são de idades diferentes, entra em contato com a sociedade através de um maior número de partes de si mesmo. Incorpora-se mais estreitamente ao meio que compreende as outras famílias, penetra em seu espírito, sujeita-se às suas regras. Poderíamos pensar que uma família maior se baste mais a si mesma e constitua um meio mais fechado. Isso não é absolutamente verdadeiro. Por certo, os pais têm agora uma preocupação comum nova e singularmente forte. Mas o grupo familiar mais amplo, tem mais dificuldade em se isolar materialmente: oferece uma superfície maior aos olhares dos outros, uma abertura maior à opinião. A família é constituída de um conjunto de relações internas mais numerosas e mais complexas, mais impessoais também, já que realiza a seu modo um tipo de organização doméstica que existe fora dela e que tende a ultrapassá-la. A essa transformação do grupo corresponde um remanejamento profundo de seu pensamento. E como um novo ponto de partida. Para as crianças, é toda a vida da família, pelo menos daquela da qual guardam alguma lembrança. A memória dos pais recua bastante, sem dúvida, porque o grupo que formavam outrora não foi inteiramente reabsorvido na família ampliada. Continuou a existir, mas como uma vida descontínua e apagada. Disso nos &percebemos quando os filhos se afastam. Experimentamos então uma impressão de irrealidade como quando dois amigos se encontram depois de muito tempo, podem evocar o passado comum mas não têm nada mais a se dizer. Está-se como que na extremidade de um caminho que se perde, ou como dois parceiros que esqueceram as regras do jogo.

Sobrevivência dos grupos desaparecidos

Assim, quando uma sociedade foi submetida a uma modificação profunda, parece que a memória atinge por dois caminhos diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos e não volta, de um para o outro, de modo contínuo. Há na realidade dois tempos nos quais conservam dois quadros de pensamento, e é tanto num como no outro que é preciso nos colocarmos para encontrar as lembranças em cada um dos quadros onde estão localizadas. Para encontrar uma cidade antiga no labirinto das novas ruas que pouco a pouco circundaram e transformaram casas e monumentos, que ora descobriram os antigos quarteirões e encontraram lugar no prolongamento e no intervalo das construções de outrora, não se recua do presente ao passado seguindo em sentido inverso e de modo contínuo a série dos trabalhos, demolições, traçados das ruas etc., que modificaram progressivamente o aspecto dessa cidade. Mas para reencontrar caminhos e monumentos antigos, conservados, aliás, ou desaparecidos, guiamo-nos pela planta geral da cidade antiga, transportamo-nos em pensamento até lá, o que é' sempre possível àqueles que ali viveram, antes que se tivesse ampliado e reconstruído os velhos quarteirões, e para quem esses muros ainda de pé, essas fachadas de outro século, esses trechos de ruas guardam sua significação de outrora. Na cidade moderna em si mesma encontramos particularidades da cidade antiga, porque temos olhos e pensamentos somente para esta. Assim, quando numa sociedade que se transformou subsistem vestígios de que existia antes, aqueles que

a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a um outro tempo e a um outro passado. Poucas são as sociedades nas quais tenhamos vivido, seja em que tempo for que não subsistam, ou que pelo menos não tenham deixado algum traço de si mesmas nos grupos mais recentes onde estamos mergulhados: a subsistência desses traços basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo nesta sociedade antiga, e que nos seja possível, a qualquer momento, nela penetrar através do pensamento.

Todos esses tempos que subsistindo ainda, mesmo quando correspondam aos estados e também às formas sucessivas de uma sociedade que evoluiu profundamente, são impenetráveis um ao outro. Subsistem, aliás, um ao lado do outro. Com efeito, os grupos cujos pensamentos são distintos, são ampliados materialmente no espaço e os membros dos quais se compõem entram por sua vez ou sucessivamente em vários dentre eles. Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupo, nos quais cada um tem sua duração própria. O que distingue esses tempos coletivos, não é o fato de que uns se escoem mais depressa do que os outros. Não podemos mesmo dizer que esses tempo; se escoam, já que cada consciência coletiva pode lembrar-se, e que a substância do tempo parece realmente ser uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si mesmo é um quadro imóvel. Somente os tempos são mais ou menos amplos, eles permitem à memória retroceder mais ou menos longe, dentro daquilo que convém chamar de passado.

As durações coletivas: Bases únicas das memórias ditas individuais

Coloquemo-nos agora do ponto de vista dos indivíduos. Cada um é membro de vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários tempos coletivos. É desde já um elemento de diferenciação individual de modo que num mesmo período, numa região do espaço, não é entre as mesmas correntes coletivas que se dividem as consciências dos vários homens. Mas, além disso, seus pensamentos recuam para mais ou menos longe, deslocam-se mais ou menos rápido no passado ou no tempo de cada grupo. É nesse sentido que as consciências concentram num mesmo intervalo durações mais ou menos extensas: digamos que num mesmo intervalo de duração social vivida, elas concentram uma extensão mais ou menos grande de tempo representado. Há naturalmente neste sentido grandes diferenças entre elas.

Qualquer outra coisa é interpretação dos psicólogos que acreditam que existem tantas durações diferentes, irredutíveis uma a outra, quantas forem as consciências individuais, porque cada uma delas é como uma onda de pensamento que se escoa com seu movimento próprio. Mas em primeiro lugar o tempo não se escoa: ele dura, subsiste, é necessário, do contrário, como a memória poderia percorrer o curso do tempo? Além do mais, cada uma dessas correntes não se representa como uma série única e contínua de estados sucessivos, desenvolvendo-se mais ou menos depressa, senão como de sua comparação poderíamos extrair a representação de um tempo comum a várias consciências? Na realidade se, aproximando várias consciências individuais, podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários

tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos. A consciência individual é apenas o lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

É curioso que essa concepção pouco tenha sido considerada até hoje pelos filósofos que estudaram o tempo. Isto acontece porque representamos sempre as consciências como isoladas uma da outra, e cada uma como encerrada em si mesma. A expressão stream of thought, ou ainda, fluxo ou corrente psicológica, que encontramos nos escritos de William James e de Henri Bergson, traduz com a ajuda de uma imagem exata o sentimento no qual cada um de nós pode fazer a experiência quando assiste como espectador ao desenrolar de sua vida psíquica. Tudo parece, com efeito, passar-se como se, no interior de cada um de nós, nossos estados de consciências se sucedessem como as partes de uma corrente contínua, como ondas que se empurram umas às outras. Pensando bem, entretanto, apercebemo-nos que se trata de um pensamento que avança sem cessar, que muda sem parar, de uma percepção para outra, de um estado afetivo para outro, mas que o que caracteriza a memória é, pelo contrário, o fato de que ela nos obriga a nos determos, a nos afastarmos momentaneamente desses fluxos e, senão a percorrer a corrente, pelo menos a nos engajarmos numa direção oblíqua, como se ao longo dessa série contínua houvesse uma quantidade de pontos que originam bifurcações. Certamente, o pensamento está ainda ativo na memória: ele se desloca, está em movimento. Mas o que é notável assinalar é que então, e somente então, pode-se dizer que ele se desloca e se move no tempo. Como, sem a memória e fora dos momentos em que nos lembramos, teríamos consciência de estarmos no tempo e nos transportamos através da duração? Ao nos absorvemos nessas impressões, quando as seguimos à medida em que aparecem e depois desaparecem, nós nos confundimos sem dúvida com um momento da duração, depois com outro: mas, como representaríamos o tempo em si mesmo, quer dizer, o quadro temporal que abrange ao mesmo tempo esses momentos e muitos outros? Podemos estar no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e todavia não sermos capazes de pensar no tempo, de nos transportarmos em pensamento para o passado próximo ou longínquo. Em outras palavras, na corrente das impressões, é necessário distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: as primeiras estão estreitamente ligadas ao nosso corpo, não nos fazem sair de nós mesmos, mas também não nos abrem qualquer perspectiva sobre o passado; as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos diversos grupos aos quais nos ligamos.

Se colocarmos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebermos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreenderemos que eles possam recuar no passado e ir mais ou cada um desses pontos de vista cobre o passado tal como é representado nas consciências coletivas das quais participa. A condição necessária para que seja assim, é que em cada uma dessas consciências, o tempo passado, uma certa imagem do tempo subsista e se imobilize, que o tempo dure pelo menos dentro de certos limites variáveis conforme os grupos. Está aí o grande paradoxo. Mas, pensando bem, como poderia ser de outro modo? Como uma sociedade qualquer que seja poderia existir, subsistir, tomar· consciência dela mesma se não abraçasse, num olhar, um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de percorrer o curso

do tempo e repassar incessantemente traços que deixou de si mesma? Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas imobilizam o tempo à sua maneira, ou impõem a seus membros a ilusão de que por uma certa duração, ao menos, num mundo que se transforma incessantemente, algumas zonas adquiriram uma estabilidade e um equilíbrio relativos, e que nada de essencial ali se transformou por um período mais ou menos longo.

Certamente, os limites até os quais recuamos no passado são variáveis conforme os grupos, e isto é o que explica que os pensamentos individuais de acordo com os momentos, isto é, segundo o grau de sua participação neste ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos distantes. Para . além dessa franja movente do tempo, ou mais exatamente dos tempos coletivos, não há mais nada, porque o tempo dos filósofos não é senão uma forma vazia. O tempo é real somente à medida em que tem um conteúdo, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás, para oferecer às consciências individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam nele dispor e encontrar suas lembranças.

Capítulo IV

A MEMÓRIA COLETIVA E O ESPAÇO

O grupo em seu quadro espacial poder do meio material

Auguste Comte observou que o equilíbrio mental decorre em boa parte e, primeiro, pelo fato que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário mudam pouco, e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. É como se fosse uma sociedade silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor que nos dá uma sensação de ordem e de quietude. É certo que mais de uma perturbação psíquica seja acompanhada por uma espécie de ruptura do contato entre nosso pensamento e as coisas, de uma incapacidade de reconhecer os objetos familiares, de tal modo que nos encontramos perdidos em um meio estranho e movente e que nos falte algum ponto de apoio. Até mesmo fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento nos obriga também a nos transportarmos para um novo entorno material, antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para trás toda a nossa personalidade, tanto é verdade que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis, do nosso eu.

Não se trata somente da dificuldade que temos para mudar nossos hábitos motores. Por que nos apegamos aos objetos? Por que desejamos que não mudem, e continuem a nos fazer companhia? Afastamos toda consideração de comodidade ou de estética. Nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro. Se vivemos só, a região do espaço que nos cerca de modo permanente e suas diversas partes não refletem somente aquilo que nos distingue de todas as outras. Nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos se explicam em larga medida pelos elos que nos prendem sempre a um grande número de sociedades, sensíveis ou invisíveis. Não podemos dizer que as coisas façam parte da sociedade. Entretanto móveis, ornamentos, quadros, utensílios e bibelois circulam no interior do grupo, nele são objetos de apreciações, de comparações, descortinam a cada instante horizontes sobre as novas direções da moda e do gosto, nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas. Em uma loja de antiguidades, todas as épocas e todas as classes se defrontam assim, nas peças espalhadas e fora de uso das mobílias dispersas; e certamente, perguntamo-nos: a quem pode ter pertencido essa poltrona, essas tapeçarias, este conjunto, aquela taça? Mas ao mesmo tempo sonhamos (e é no fundo a mesma coisa) com um mundo em que se reconheceria tudo aquilo, como se o estilo do mobiliário, o gosto pela disposição fossem para ele o equivalente de uma linguagem que ele compreenderia. Quando Balzac descreve uma pensão familiar, a casa de um avarento, e Dickens, o escritório de um tabelião, esses quadros já nos permitem pressentir a que espécie ou categoria social pertencem os homens que vivem dentro de um tal quadro. Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser

comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos.

De fato, as formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estávamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente. Imóveis, apenas o são aparentemente, já que as preferências e os hábitos sociais se 'transformam, e se nos cansamos de um móvel, ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem. E verdade que, durante períodos muito longos, é a impressão de imobilidade que predomina, e que se explica ao mesmo tempo pela natureza inerte das coisas físicas e pela estabilidade relativa dos grupos sociais. Seria exagerado pretender que os deslocamentos ou mudanças de lugar, e as modificações importantes introduzidas em certas datas na instalação e mobília de um apartamento, assinalam tantas épocas na história da família. A estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõem ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade. Anos de vida comum decorridos num quadro até este ponto uniforme, se distinguem mal um do outro e chegamos a duvidar que tenha passado muito tempo e que tenhamos mudado muito nó intervalo. Não está totalmente errado. Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita, e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Mesmo que pudéssemos pensar que é diferente, quando os membros de um grupo estão dispersos e não encontram nada, em seu novo ambiente material, que lhes lembra a casa e os quartos que deixaram, se permanecerem unidos através do espaço, é porque pensam nesta casa e nestes quartos. Quando se expulsava os senhores e os religiosos de Port-Royal, nada era feito enquanto não se tivesse demolido os edifícios da abadia, e enquanto não tivessem desaparecido os que deles conservavam a lembrança.

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. Certamente, os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo

e até este momento, e porque os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper. Porém, um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, por exemplo, uma morte, ou um casamento, seja porque modifique o lugar, quer a família enriqueça ou empobreça, quer o chefe da família seja convocado para um outro posto ou passe a ter outra ocupação. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo.

As pedras da cidade

Os diversos quarteirões, no interior de uma cidade, e as casas, no interior de um quarteirão, têm um lugar fino e estão também ligadas ao solo, como as árvores e os rochedos, uma colina ou planalto. Disso decorre que o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico, e que há poucas formações sociais ao mesmo tempo estáveis e ainda seguras de permanecer. Paris e Roma, por exemplo, apesar das guerras, das revoluções e das crises, parecem ter atravessado séculos sem que a continuidade de suas vidas tenha sido interrompida só por um momento. O corpo nacional pode ser presa das mais violentas convulsões. O cidadão sai à rua, lê as notícias, mistura-se aos grupos que as discutem, é preciso que os jovens corram para a fronteira; é preciso pagar as pesadas taxas; uma parte dos habitantes se volta contra a outra e se trata de um episódio de uma luta política que se propaga pelo país inteiro. Mas toda essa agitação se desenvolve num cenário familiar, e que parece não ter sido afetado. Será o contraste entre a impassividade das pedras e o tumulto no qual se encontram que os persuade que apesar de tudo nada está perdido, já que as paredes e as casas permanecem em pé? É preciso antes de tudo considerar que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual àquilo que chamamos o aspécto material da cidade, ainda que a maioria, sem dúvida, seria bem mais sensível ao desaparecimento de tal rua, de tal edifício, de tal casa do que aos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais graves. É por isso que o efeito da agitação, que abala a sociedade sem alterar a fisionomia da cidade, atenua-se quando passamos àquelas categorias do povo que se apegam mais às pedras do que aos homens: por exemplo, o sapateiro em sua oficina, o artesão em seu ateliê, o comerciante em sua loja, no local do mercado onde o encontramos costumeiramente, o transeunte nas ruas que percorre, nas estações de trem onde passeia, nos terraços dos jardins, as crianças num canto da praça onde brincam, o velho no muro exposto

ao sol, no bánco de pedra, o mendigo na borda da calçada, junto

à qual está acocorado. Assim, não somente casas e muralhas persistem

através dos séculos,' mas toda a parte do grupo que está, sem cessar, em contato com elas, e que confunde· sua vida e a dessas coisas, permanece .impassível, porque não se interessa a não ser por aquilo que se passa, na realidade, fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte mais imediato. O grupo se apercebe, então, que uma parte de si mesmo permanece indiferente

às suas paixões, às suas esperanças, aos seus pânicos: e é essa passividade dos homens que reforça a impressão que resultava das coisas. Porém, é a mesma coisa com as agitações que abalam determinado grupo mais limitado, baseado nos vínculos de sangue, da amizade, de amor, falecimentos, separações, jogo de paixões e de interesses etc. Então, quando estamos sob a ação de um abalo desse gênero, quando saímos, quando percorremos as ruas, espantamo-nos pelo fato que a vida, em tomo de nós, continua como se nada fosse, que rostos alegres aparecem nas janelas, que são trocados palpites entre transeuntes parados nas esquinas, compradores e negociantes na porta das lojas, enquanto que nós, nossa família, nossos amigos, sentimos passar um vento de catástrofe. É porque nós e aqueles que nos são mais chegados representamos somente algumas unidades dentro desta multiplicidade. Certamente, cada um dos que eu encontro, considerado à parte, recolocado na família e no pequeno grupo de seus amigos, seria capaz de simpatizar comigo, se eu lhe expusesse meus pesares ou minhas preocupações. Porém os homens, presos às correntes que seguem as ruas, quer se apresentem como multidão, quer se dispersem e pareçam querer mutuamente fugir umas das outras e se evitar, assemelham-se a partes de matéria comprimidas umas contra as outras, ou em movimento, e que obedecem, em parte, às leis da natureza inerte. Assim se explica sua insensibilidade aparente, de que as acusamos injustamente, como à natureza sua indiferença, porque, se ela nos fere, contribui, não obstante, para nos acal• mar, põe-nos em equilíbrio, colocando-nos, por um instante, sob a influência do mundo e das forças físicas.

Para bem compreender esse gênero de influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, seria necessário, numa grande cidade modema, observar sobretudo os quarteirões antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que formam como pequenos mundos fechados, ou ainda, mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e as avenidas povoadas sobretudo de operários e onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam. Porém, é nas cidades menores, um pouco afastadas das grandes correntes, ou naqueles países orientais, onde a vida é ainda regulada e ritmada como o era entre nós há um ou dois séculos que as tradições locais são mais estáveis, e que o grupo urbano aparece melhor, tal como é, e em outros lugares, em menor grau, quer dizer, como um corpo social que, em suas divisões e em sua estrutura, reproduz a configuração material da cidade na qual está encerrado. Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história. Geralmente, em conseqüência de uma ocupação militar, da invasão por bandos de saqueadores, quarteirões inteiros são destruídos e não mais existem, a não ser em estado de ruínas. O incêndio vem como um golpe decisivo. Velhas casas desabam lentamente. Ruas outrora habitadas por ricos são invadidas por uma população miserável e mudam de aspecto. As obras públicas, os traçados de novas ruas ocasionam muitas demolições e construções: os planos se sobrepõem uns aos outros. Arrabaldes que se desenvolveram ao redor dos muros da cidade se unem a estes. O centro se

desloca. Os antigos quarteirões, fechados por altas e novas construções, parecem perpetuar o espetáculo da vida de outrora. Mas esta é somente uma imagem da velhice, e não é certo que seus antigos habitantes, se reaparecessem, os reconhecessem.

Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e de efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. Eliminai agora, eliminai parcialmente ou modificai em sua direção, sua orientação, sua· forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens, ou mudai somente o lugar que ocupam um em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis. Sem dúvida, essa disposição anterior foi outrora obra de um grupo. O que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem. Tanto é verdade que, para toda uma parte deles mesmos, os grupos imitam a passividade da matéria inerte.

Situações e deslocamentos - Aderência do grupo ao seu lugar

Para que essa resistência se manifeste, é preciso que emane de um grupo. Com efeito, não nos enganamos sobre isto. Certamente, é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem alguns indivíduos em seus hábitos, perturbem-nos e os desconcertem. O mendigo, o cego, buscam tateando o canto onde aguardam os transeuntes. O homem a passeio lamenta a perda da alameda onde costumava tomar ar fresco e se aflige ao ver desaparecer mais um detalhe pitoresco que .o ligava a esse quarteirão. Um outro habitante, para quem esses velhos muros, essas casas decrépitas, essas passagens escuras e essas ruas sem saída, faziam parte de seu pequeno universo, e cujas lembranças se ligam a essas imagens, agora apagadas para sempre, sente que toda uma parte de si mesmo está morta com essas coisas e lamenta que elas não tenham durado, pelo menos tanto tempo. quanto lhe resta para viver. Esses pesares ou mal-estares individuais, não têm efeito, porque não dizem respeito à coletividade. Um grupo, ao contrário, não se contesta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permanece sem efeito. Procura e tenta, em parte, encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições. Tenta se manter ou se adaptar a um quarteirão ou rua que não são mais para ele, mas sobre o terreno que já foi seu. Durante muito tempo, velhas famílias aristocráticas, um antigo patriarcado urbano, não abandonam voluntariamente o quarteirão onde até o presente e desde um tempo imemorável haviam fixado sua residência, apesar da solidão se fazer sentir em tomo deles, e que quarteirões novos e ricos sejam abertos em outros locais, com ruas mais amplas, parques mais próximos, com mais ar, mais animação e um aspecto mais moderno. Mas a população pobre também não

se deixa deslocar sem resistência, sem ressentimentos, e mesmo quando cede, deixa para trás muitos traços de si mesma. Por detrás das novas fachadas, ao lado das avenidas ocupadas por casas ricas recentemente construídas, nos pátios, nas alamedas, em ruazinhas dos arredores, a vida popular de outrora se abriga e recua somente pouco a pouco. É assim que, em meio aos quarteirões novos, surpreendemo-nos ao encontrar arcaicas ilhotas. É um fato muito curioso vermos reaparecer, mesmo após um intervalo, onde nada parece subsistir, em quarteirões inteiramente transformados, e onde pensávamos que não tivessem mais lugar, casas de diversões, pequenos teatros, bolsas mais ou menos ocultas, lojas de varejo etc. Isso ocorre sobretudo, com as atividades, profissões, e todas as formas de negócio um pouco antiquadas, que não têm mais lugar nas cidades modernas. Sobrevivem em virtude da força do hábito, e desapareceriam, sem dúvida, se não se agarrassem obstinadamente aos locais que lhes eram, outrora, reservados. Encontramos pequenos negócios que somente conseguem se estabelecer porque, há muito tempo, confundem-se com um lugar que chama a atenção do público para eles. Há velhos hotéis que datam do tempo das diligências, onde nos hospedamos, ainda simplesmente porque estão num lugar que sempre se destaca na memória dos habitantes. Todas essas sobrevivências e essas rotinas podem explicar-se somente por uma espécie de automatismo coletivo, uma rigidez persistente do pensamento em alguns meios de comerciantes e de clientes. Se esses grupos não se adaptam mais depressa, se em muitas circunstâncias, dão prova de extraordinária faculdade de inadaptação, é porque outrora traçaram e determinaram seus limites e suas reações em relação a uma certa configuração do meio exterior, até se tomar parte integrante das muralhas às quais se encostavam suas casas, as colunas que as sustentavam, as abóbadas que os abrigavam. Para eles, perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser. Assim se explica que de edifícios demolidos, de caminhos desfeitos, deles sobrevivem por muito tempo alguns vestígios materiais, nem que seja apenas o nome tradicional de uma rua, de um lugar, ou a tabuleta de uma loja: "pela antiga porta", "pela antiga porta de França" etc.

Agrupamentos aparentemente sem bases· espaciais: Agrupamentos jurídicos, econômicos, religiosos

Os grupos dos quais falamos até aqui estão naturalmente ligados a um lugar porque é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais: uma família, um casal pode ser definido, olhando de fora, como o conjunto das pessoas que vivem na mesma casa, no mesmo apartamento, e, como se diz nos recenseamentos, sob o mesmo teto. Se os habitantes de uma cidade ou de um quarteirão formam uma pequena sociedade, é porque estão reunidos numa mesma região do espaço. Deve-se dizer que isto é apenas uma condição da existência desses grupos, mas uma condição essencial e muito clara. Não é o que acontece exatamente com outras formações sociais. Pode-se mesmo dizer que a maioria delas tende a separar os homens do espaço, já que fazem abstração do lugar que eles ocupam e neles consideram apenas qualidades de outra ordem. Os próprios laços de parentesco se reduzem à coabitação e o grupo urbano não é outra coisa do que uma soma de indivíduos justapostos. As relações jurídicas estão fundamentadas sobre o fato de que os homens têm direitos e podem

contrair obrigações que, pelo menos, em nossas sociedades, não parecem subordinados à posição deles no meio exterior. Os grupos econômicos decorrem da posição dos homens não no espaço, mas em relação à produção, isto é, numa diversidade de funções, e também diversos modos de remuneração, de distribuição de bens: no plano econômico, os homens são diferenciados, agrupados conforme qualidades ligadas à pessoa e não ao lugar. Com maior razão se dá o mesmo nas sociedades religiosas: elas repousam numa comunidade de crenças que tem como objeto seres imateriais; essas associações estabelecem entre seus membros laços invisíveis, e se interessam sobretudo pelo homem interior. Todos esses grupos se sobrepõem às sociedades locais. Longe de se confundirem com elas, eles as decompõem, seguindo regras sem relação com a configuração do espaço. É. por isso que não é suficiente considerar que os homens estejam reunidos num mesmo lugar, e guardar na memória a imagem desse lugar para descobrir e se lembrar a que sociedades eles se ligam .

*

Entretanto, quando passamos em revista rapidamente, como acabamos de fazer, as formações coletivas mais importantes que se distinguem dos grupos locais estudados antes, percebe-se que é difícil descrevê-los afastando toda imagem espacial. Essa dificuldade é tanto maior quanto mais nos voltamos para o passado. Dizíamos que os grupos jurídicos podem ser definidos pelos direitos e deveres de seus membros. Mas sabemos que o servo estava outrora ligado à gleba, e que, para um camponês, a única maneira de escapar à condição de servo, era fazer-se admitir numa comunidade urbana. A condição jurídica de um homem decorria então do lugar onde morava, no campo ou na cidade. O regime ao qual estavam sujeitas as diversas partes da terra não era contudo o mesmo, e por outro lado, as leis das diferentes comunas não lhes permitiam os mesmos privilégios. Diz-se que a Idade Média, foi a idade das particularidades, e, com efeito, houve ali então uma quantidade de regimes que diferiam segundo o lugar, se bem que, sabendo onde se encontrava a moradia de um homem, os outros e ele mesmo eram informados ao mesmo tempo de seu estatuto. Não é possível descrever o funcionamento da justiça e de todo o sistema de impostos, antes do que chamamos tempos modernos, sem descer ao detalhe das subdivisões territoriais: é porque cada província, na Inglaterra, cada condado, cada burgo teve durante muito tempo seu regime jurídico e seus próprios costumes. Desde essa época, os tribunais do rei, por exemplo, tendem a suplantar os tribunais feudais na Inglaterra e, em França, desde a Revolução, todos os cidadãos eram iguais diante dos tribunais e diante do imposto. De onde mais uniformidade no presente: as diversas partes de um país não representam mais tantos regimes jurídicos distintos. Mas o pensamento coletivo não considera as leis, abstração feita das condições locais onde elas se aplicam. Ele se prende antes a essas condições. Ora, elas são muito diversas, porque uniformizando-se suas regras, não foi possível uniformizar a condição das terras e a situação das pessoas. É por isso que primeiro no campo, uma diferença de situação no espaço conserva alguma significação jurídica. Segundo o espírito de um certo tabelião de zona rural ou de um prefeito de aldeia, os campos, as lavouras, as matas, as fazendas, as casas, evocam os direitos de propriedade, os contratos de venda, as sujeições, as hipotecas, as divisas, os loteamentos, quer dizer, toda uma série de atos e de situações jurídicas que a imagem pura e simples desta terra, tal como aparece a um estranho, não contém, mas que ali se sobrepõem na

memória jurídica do grupo camponês. Essas lembranças estão ligadas às diversas partes do solo. Se elas se apóiam umas sobre as outras é porque as parcelas às quais se relacionam estão justapostas. Se as lembranças se conservam, no pensamento do grupo, é o que se conserva sobre o solo, é porque a imagem do solo permanece, materialmente fora dele; e porque pode a cada instante retomá-la.

É verdade que no campo todas as negociações e todos os acordos se relacionam à terra. Porém, numa cidade, o pensamento jurídico do grupo se distribui através de outros quadros materiais, expandindo-se a outros objetos visíveis. Aqui, também, um tabelião, ou um leiloeiro, são levados, por ocasião de lidar com as pessoas das quais cuidam dos interesses, ou então, em nome das quais realizam transmissões de posse, a pensar nas coisas às quais se relacionam esses interesses ou esses direitos. Pode· ser que esses objetos se afastem e não estejam mais sob seus olhos, quando os interessados saírem do escritório, ou quando a venda em leilão terminar: mas o tabelião se lembrará do lugar do imóvel que foi vendido, constituído em dote, legado. O leiloeiro relacionará a lembrança aos lances feitos, às adjudicações a determinado bem ou a tal obra de arte que não reverá, mas que pertence a uma categoria de objetos da mesma ordem: ora, estes lhe são sempre presentes, já que vários deles passam sob seus olhos.

Sem dúvida, muda o método das transações relativas a serviços, e também a todas as operações de bolsas e de bancos. Os trabalhos de um operário, as ocupações de um empregado, os cuidados de um médico, a assistência de um advogado etc., não são objetos que ocupam um lugar definido e estável no espaço. Quanto aos valores que representam os títulos ou depósitos, quanto aos créditos ou débitos, não os situamos num lugar: penetramos, neste ponto o mundo do dinheiro e dos negócios monetários, em que se faz abstração dos objetos particulares, e o que se adquire ou o que se despende, é sempre simplesmente a faculdade de adquirir ou vender alguma coisa. Entretanto, é num lugar definido que os serviços são prestados e os trabalhos executados: o trabalho ou o serviço somente têm valor, para o patrão que o compra, com a condição de ser utilizado em tal lugar, em tal escritório, em tal fábrica. Quando um conselheiro ou um secretário de sindicato passa diante de uma fábrica ou representa o lugar que ela ocupa, esta imagem é apenas parte de um quadro local mais amplo, que compreende todas as fábricas das quais os operários ou patrões estão sujeitos a se dirigirem a ele e que lhes permite retomar a lembrança dos contratos de salários, de suas modalidades, dos conflitos aos quais deram lugar, e também de todas as leis, regras e costumes locais ou profissionais que definem a situação e os direitos recíprocos de empregados e empregadores. Quanto às operações financeiras ou bancárias, elas se localizam no quadro local dos estabelecimentos de crédito onde tivemos que ir para assinarmos as ordens, para receber ou retirar os fundos: sem dúvida, a imagem do banco nos lembra apenàs um número restrito de operações precisas e, antes, uma ordem regular de passos que não se diferenciam muito e dos quais não guardamos senão uma noção geral. Mas é, este, geralmente, todo o conteúdo de tal gênero de memória, que abrange somente um passado recente. Tabelião, prefeito, leiloeiro, conselheiro, secretário de sindicato: escolhemos tais pessoas, a título de exemplos, porque é nelas que a memória das relações de direito e dos atos jurídicos que se liga à sua função, deve adquirir mais extensão e relevo; mas elas representam o principal centro desta memória que é ela própria coletiva, e que se estende a todo grupo jurídico,

comunidade camponesa, comunidade de compra e venda, comunidade de prestação de serviços etc. Bastaria estabelecer que essa memória se apoiasse sobre a imagem de. alguns lugares, aos quais ela se incorpora melhor, para que possamos supor que é a mesma coisa para todos os membros do grupo. Os diversos assuntos e as diferentes situações no espaço têm, aos olhos deles, um significado diante dos direitos e obrigações que a eles se relacionam, e é porque, não saindo de tal círculo material permanecem encerrados também num mundo definido de relações jurídicas, formadas no passado, mas que permanecem sempre presentes para eles.

Poderíamos raciocinar da mesma maneira a propósito de muitas outras espécies de sociedades. Por exemplo, não é necessário ir ao campo para saber que a fazenda é, ao mesmo tempo a habitação e a construção na qual, ou em torno ou em vista da qual trabalhamos, do mesmo modo que, passear pelas cidades antigas e ali ler o nome das ruas: rua dos Tanoeiros, rua dos Ourives, para evocar um tempo no qual as profissões se agrupavam localmente. Em nossas sociedades modernas, os locais de trabalho se diferenciam claramente das casas onde moramos; como a oficina, o escritório e a loja abrigam no dia-a-dia as equipes ou grupos de homens que ali cumprem sua tarefa. É realmente sobre um fundo espacial que se delineiam esses pequenos grupos econômicos. Da mesma maneira, nas grandes cidades, os quarteirões se diferenciam segundo a predominância, mais ou menos acentuada, de tal tipo de profissão ou indústria, tal nível de pobreza ou de riqueza. Assim se desenrolam, diante dos olhos do transeunte, todas as nuances das condições, e não raro na paisagem urbana, sobre a qual esta ou aquela classe social tenha deixado sua marca.

Quanto às religiões, elas estão solidamente afixadas sobre o solo, não somente porque. se trata de uma condição que se impõe a todos os homens e a todos os grupos; mas uma sociedade de fiéis é conduzida a distribuir entre os diversos pontos do espaço o maior número de idéias e imagens que são por ela defendidas. Há lugares sagrados, há outros que evocam lembranças religiosas, há lugares profanos, alguns que estão povoados de inimigos de Deus, onde é preciso fechar os olhos e os ouvidos, outros sobre os quais pesa uma maldição. Hoje, dentro de uma velha igreja, ou no claustro de um convento, caminhamos distraidamente sobre as lajes que assinalam o lugar dos túmulos e não tentamos decifrar os caracteres gravados na pedra, sobre o solo ou nas paredes dos santuários. Tais inscrições se ofereciam sem cessar aos olhos dos que se encerravam neste claustro, que faziam longas meditações nessa igreja, e por entre esses túmulos, assim como pelos altares, estátuas, quadros consagrados a santos, espaços que rodeavam os fiéis, e no seio dos quais permaneciam, impregnavam-se de um significado religioso. Faríamos uma idéia incorreta do modo pelo qual se desporiam em sua memória as lembranças das cerimônias, das orações e de todos os atos, e de todos os pensamentos que ocupam uma vida devota, se não soubéssemos que cada um deles encontraria lugar em alguma parte desse espaço.

A inserção no espaço da memória coletiva

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se

conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço -aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Diremos que não há, com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, com uma parte do espaço, porém isto está longe de ser suficiente para explicar que, representando-nos a imagem do lugar, sejamos conduzidos a pensar em tal atuação do grupo que a ela esteve associada. Todo quadro tem, com efeito, uma moldura, mas não há qualquer relação necessária e estreita entre uma coisa e outra, e a moldura não pode evocar o quadro. Essa objeção seria legítima se, por espaço, entendêssemos somente o espaço físico, isto é, o conjunto das formas e das cores tal como as percebemos em torno de nós. Mas, será aquele para nós o espaço primitivo? Será assim que percebemos o meio exterior na maior parte das vezes? É difícil saber o que seria o espaço para um homem realmente isolado, que não fizesse ou não tivesse feito parte de nenhuma sociedade. Perguntemo-nos apenas em que condições deveríamos nos colocar se quiséssemos perceber apenas as qualidades físicas e sensíveis das coisas. Deveríamos livrar os objetos de uma quantidade de relações que se impõem ao nosso pensamento, e que correspondem a vários pontos de vista diferentes, isto é, livrar-nos nós mesmos de todos os grupos dos quais fazemos parte, que estabelecem entre eles tais relações, e as consideram de tais pontos de vista. Só conseguiríamos isto, todavia, adotando a atitude de um outro grupo definido, aquela dos físicos, ou dos artistas, uma vez que pretendemos fixar nossa atenção sobre algumas propriedades abstratas da matéria, ou sobre as linhas e nuances das imagens e das paisagens. Quando saímos de uma galeria de pintura e quando nos deparamos com o cais de um rio, a entrada de um parque, ou a animação da rua, experimentamos ainda a influência da sociedade dos pintores e vemos as coisas não como são, porém, tais como aparecem aos que se dedicam somente a delas reproduzir a imagem. Não há, na realidade, nada de menos natural. Certamente, no espaço dos sábios e dos pintores, as lembranças que interessam aos outros grupos não podem ter lugar e se conservar. Não poderia ser de outra maneira, já que o espaço dos cientistas e dos pintores é construído por eliminação dos outros espaços. Mas isso não prova que estes não tenham tanta noção da realidade quanto os outros ...

O espaço jurídico e a memória dos direitos [1]

... O espaço jurídico não é um espaço vazio que simbolizaria somente uma possibilidade indefinida de relações de direito entre os homens: como uma de suas partes poderia evocar então uma relação mais do que outra? Consideremos o direito de propriedade que está sem dúvida na base de todo o pensamento jurídico, sobre o modelo e a partir do qual é possível conceber como todas as outras obrigações são definidas. Disto decorre que a sociedade adota uma atitude, e uma atitude durável, frente a tal parte do solo ou tal objeto material. Enquanto que o solo é imóvel, como os objetos materiais e se não permanecem sempre no mesmo lugar, guardam as mesmas propriedades e a mesma característica, tanto que podemos segui-los e assegurarmo-nos de sua identidade, através do tempo, ocorre que os homens mudam de lugar, assim co.no suas

disposições e suas faculdades, forças e poderes se transformam. Ora, um homem ou vários homens somente adquirem direito de propriedade sobre uma terra ou uma coisa, a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou que essa relação é tão imutável como a coisa em si mesma. Esta é uma convenção, que violenta a realidade, já que os indivíduos mudam incessantemente. Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade, ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhe a aplicação. Como se poderia saber, por exemplo, que fui o primeiro a ocupar certa parcela do solo, ou que arei a terra, ou que determinado bem é produto de meu trabalho, se não nos reportássemos a um esta· do de coisas antigo, e se não estivesse convencionado que a situação não mudaria e quem poderia opor o fato sobre o qual fundamento meus direitos às pretensões de outros, se o grupo não conservasse a lembrança dele? Porém, a memória que garante a permanência dessa situação apóia-se ela própria, sobre a permanência do espaço ou, pelo menos, sobre a permanência da atitude adotada pelo grupo frente a essa porção do espaço. É reciso considerar aqui, como um conjunto, as coisas, e os signos ou símbolos que a sociedade a ela relacionou, e que, desde que direcione sua atenção para o mundo exterior, estão sempre presentes em seu pensamento. Não que esses indícios sejam exteriores às coisas, e não que tenham com elas apenas uma relação arbitrária e artificial. Quando foi redigida a magna Carta, no dia seguinte à conquista da Inglaterra, não se subdividiu o solo no papel, mas foram registrados os poderes que exerciam sobre suas diferentes partes os nobres entre os quais ele havia sido repartido. Acontece o mesmo todas as vezes em que se faz um cadastramento ou que se relembra, numa ata, a existência de algum direito de propriedade. A sociedade não estabelece somente uma relação entre a imagem de um lugar e um escrito. Ela considera o local enquanto se relaciona então a uma pessoa, seja porque esta o tenha demarcado com balizas e cercas, seja porque ali reside habitualmente, porque o explora ou mande explorar. Tudo isto é o que podemos chamar de espaço jurídico, espaço permanente, pelo menos dentro de certos limites de tempo, que permite a cada instante à memória coletiva, desde que perceba o espaço, de nele localizar a lembrança dos direitos.

Não é somente a relação entre o homem e a coisa, é o próprio homem o qual se supõe que seja imóvel e que não mude, quando pensamos nos direitos dos homens sobre as coisas. Certamente, numa comunidade camponesa, no escritório de um tabelião, diante de um tribunal, os direitos que evocamos se referem realmente a pessoas particulares. Porém, à medida em que o pensamento se volta para o aspecto jurídico dos fatos, retém da pessoa apenas a qualidade na qual intervém: é o titular de um direito reconhecido ou contestado, é o proprietário, o usufruidor, o donatário, o herdeiro etc. Ora, enquanto que uma pessoa oscila de um momento para outro, reduzida a uma qualidade jurídica, ela não muda. Fala-se muito da vontade, da vontade das partes, por exemplo, em direito, mas entende-se por isto a intenção tal como decorre da qualidade jurídica da pessoa, considerada a mesma por todas as pessoas que têm a mesma qualidade, e considerada a mesma durante todo o tempo em que a situação jurídica não mude.. Essa tendência de fazer abstração de todas as particularidades individuais, quando consideramos os sujeitos em função dos direitos, explica duas ficções muito próprias do espírito jurídico. Quando uma pessoa morre, e deixa um herdeiro natural, dizemos que "o morto agarra-se ao vivo", quer dizer, tudo se passa como se não tivesse havido interrupção no exercício dos direitos, como se houvesse continuidade entre a

pessoa do herdeiro e a do de cujus. Por outro lado, quando várias pessoas se reúnem para adquirir e explorar bens, supomos que a sociedade que eles formam tem uma personalidade jurídica, que não muda, tanto que o contrato de associação subsiste, ainda que todos os membros dessa comunidade dela tivessem saído e sido substituídos por outros. Assim, as pessoas duram porque as coisas duram, e é assim que um processo deflagrado a propósito de um testamento pode prosseguir durante muitos anos e somente pode ser julgado definitivamente depois de decorrida mais de uma geração se é verdade que os bens permanecem, a memória da sociedade jurídica não se engana.

Mas o direito de propriedade não se exerce somente sobre a terra ou sobre objetos materiais e definidos. Em nossas sociedades a riqueza mobiliária cresceu consideravelmente, e longe de permanecer estática ou de conservar a mesma forma, circula sem cessar e escapa às análises. Tudo se· resume aos compromissos assumidos entre emprestadores e credores, ou emprestadores e devedores: mas o objeto do contrato não ocupa um lugar invariável, já que é dinheiro ou dívidas, isto é, signos abstratos. Por outro lado há muitas outras obrigações que não se referem de modo algum a coisas, e que conferem a uma parte certos direitos a serviços, escrituras, e também a abstenções, por parte da outra parte: lá onde as pessoas estão somente em relação, e onde não há mais bens, parece também que se sai do espaço. Não é menos verdade que todo contrato, mesmo que não se refira a coisas, coloca ambas as partes numa situação que se supõe não mudar, enquanto o contrato permanece válido. Eis também uma ficção introduzida pela sociedade de que, desde que as cláusulas de um contrato estão fixadas, considera-se, que as partes estejam ligadas. Mas é impossível que a imobilidade das pessoas e a permanência de suas atitudes recíprocas não se expressem sob forma material e não se delineiem no espaço. E necessário que a todo instante cada parte saiba onde encontrar a outra e que ambas as partes saibam também onde se encontra a linha que delimita os poderes que elas têm, uma sobre a outra.

A forma extrema sob a qual se apresenta o poder de uma pessoa sobre a outra, é o direito em virtude do qual outrora se possuía escravos. O escravo, é verdade, não passava de pessoa reduzida ao estado de coisa: não havia contrato entre o senhor e o escravo, e o direito de propriedade se exercia sobre este como sobre os demais bens. Os escravos entretanto eram homens que, até certo ponto, podiam ferir os direitos de seus senhores, fosse reclamando sua liberdade com base em falsos títulos, ou ainda fugindo, ou se suicidando. E por isso que o escravo possuía um estado jurídico que comportava apenas, é verdade, obrigações e nenhum direito. Ora, nas antigas casas, os locais reservados aos escravos eram separados dos outros, nos quais só podiam penetrar quando recebiam ordens, e a separação dessas duas partes do espaço bastava para perpetuar, no espírito dos senhores e dos escravos a imagem dos direitos ilimitados de uns sobre os outros. Longe dos olhos do senhor, o escravo podia esquecer sua condição servil. Entrasse ele numa das alas onde seu senhor morava, tomava novamente consciência de ser escravo. Era como se, passando pelo umbral da propriedade do senhor, se encontrasse transportado a uma parte do espaço onde a lembrança da relação de dependência frente ao senhor se conservasse.

Não conhecemos mais a escravatura, nem a servidão, nem a diferença de ordem ou de estados, nobres, plebeus etc., quer dizer que, no presente, não aceitamos outras obrigações, a não' ser aquelas nas quais estamos engajados. Entretanto, pensemos nos sentimentos de um operário ou de um empregado que é chamado ao escritório de seu patrão, de um devedor que vem à casa de comércio ou ao banco de onde emprestou e que o faz não para quitar a dívida, mas para pedir mais um prazo ou para endividar-se ainda mais. Eles também se esqueceram talvez dos serviços e prestações às quais estão obrigados; se delas se lembram, se se encontram subitamente numa situação de dependência, é porque a moradia ou o lugar habitual de residência do patrão ou do credor, representa aos olhos deles, uma zona ativa, um centro de onde irradiam os direitos e os poderes daquele que possui a liberdade de dispor de sua pessoa dentro de certos limites, e que à medida que penetrem nesta zona ou se aproximem desse centro, parece-lhes que se reconstituem ou novamente surgem em suas memórias as circunstâncias e a significação do contrato que assinaram. Bem entendido, estes são casos extremos. Acontece que estamos frente a frente com uma mesma pessoa numa situação de superioridade e de inferioridade jurídicas: por exemplo o Sr. Dimanche que tem como devedor um cavalheiro e que, por humildade, não ousa reclamar seu direito. O essencial é que em todo contrato especifiquemos ou em que lugar deve ser executado, ou o lugar de residência e domicílio das duas partes, aquele onde o credor sabe que pode encontrar seu devedor, aquele de onde o devedor sabe que lhe virá a ordem de execução. No mais, essas zonas das quais nos sentimos donos, e de que os outros dependem, podem se resumir numa espécie de ponto local, onde cada uma das partes elegeu um domicílio, ou estender-se aos limites de uma empresa, ainda que desde a entrada, da fábrica ou da loja, sintamos a pressão dos direitos que outorgamos a nós mesmos, e às vezes estendendo-se mais longe ainda: no tempo das vias de fato, o devedor insolvente não ousava sair à rua.

Mas aqui chegamos ao ponto em que não se trata somente de um contrato entre duas partes, porém das leis e do desrespeito às leis. Geralmente, só pensamos nessas obrigações de ordem pública quando deixamos de cumpri-las ou quando somos tentados a descumpri-las. Então, há poucas partes deste espaço ocupado pela sociedade que fez essas leis, de onde nos sentimos constrangidos como se temêssemos esbarrar em alguma repressão, ou em alguma reprovação. Porém, mesmo que estejamos dentro das normas, nem por isso o pensamento jurídico deixa de estar presente, estendido sobre o solo. Para os antigos, a imagem da cidade não se separava da lembrança das leis. Ainda hoje, quando deixamos nosso país e vamos ao exterior, sentimos claramente que passamos de uma zona jurídica a outra e que a linha que as separa é materialmente delimitada sobre o solo.

O espaço econômico

A vida económica nos coloca em relação com os bens materiais, porém de uma outra maneira que o exercício do direito de propriedade e o estabelecimento de contratos a propósito das coisas. Saímos do mundo dos direitos para penetrar aquele do valor: um e outro são bem diferentes do mundo físico, mas talvez, quando avaliamos os objetos, dele nos distanciamos ainda mais do que quando determinamos, de acordo com os outros homens, a extensão e os limites de nossos direitos sobre as diversas partes do mundo material.

Não falemos de valores, mas de preços, já que no final das contas, é o que nos é dado. Os preços estão ligados às coisas como rótulos: mas entre o aspecto físico de um objeto e seu preço, não há qualquer relação. Seria diferente se o preço que um homem dá ou está prestes a .dar a uma coisa, correspondesse ao desejo e à .necessidade que dela experimenta, ou ainda, se o preço pedido por ela medisse o seu trabalho e o seu sacrifício, quer renuncie a este bem, quer trabalhe para trocá-lo. Sob esta hipótese, não haveria lugar para falar de uma memória económica. Cada homem avaliaria os objetos conforme suas necessidades do momento e o sentimento atual do esforço que tivesse despendido para produzi-los ou para deles se privar. Mas, não é assim. Sabemos que os homens avaliam bem os objetos, e também as satisfações que sentem pelo esforço e o trabalho que eles representam, de acordo com seus preços, e que esses preços são estabelecidos fora de nós, em nosso grupo económico. Ora, se os homens decidem atribuir assim tais preços aos diversos objetos, não é, sem dúvida, sem se referir, de alguma maneira, à opinião que reina em seu grupo, no que diz respeito à utilidade desse objeto e à quantidade de trabalho que ele implica. Porém, essa opinião, em seu estado atual, explica-se, sobretudo por aquilo que era antes, e os preços atuais pelos preços anteriores. A vida económica se baseia portanto sobre a tabela dos preços anteriores e, pelo menos, sobre o último preço, ao qual se referem compradores e vendedores, isto é, todos os membros do grupo. Mas essas lembranças então se sobrepõem aos fins atuais através uma série de decretos sociais: de que modo, então, o aspecto dos objetos e sua posição no espaço bastariam para evocar essas lembranças? Os preços são números, que representam medidas. Mas, enquanto os números correspondentes às qualidades físicas da matéria, estão de algum modo, contidas nela, já que podemos encontrá-los observando-a, por sua vez, no mundo econômico, os objetos materiais só adquirem valor a partir do momento que lhes atribuímos um preço. Esse preço não tem então nenhuma relação com o aspecto e as propriedades físicas do objeto. De que modo a imagem do objeto evocaria a lembrança de seu preço, isto é, de uma quantia em dinheiro, se o objeto nos é apresentado tal como nos aparece no espaço físico, isto é, desligado de toda relação com a vida do grupo?

Mas, precisamente, porque os preços decorrem de opiniões sociais em suspensão no pensamento do grupo, e não das qualidades físicas dos objetos não é o espaço ocupado pelos objetos, são os lugares onde se formam essas opiniões sobre o valor das coisas, e onde se transmitem as lembranças dos preços, que podem servir de suporte à memória econômica. Em outras palavras, no pensamento coletivo, algumas partes do espaço se diferenciam de todas as outras, porque elas são o lugar comum de reunião dos grupos que têm por função se lembrar e lembrar aos outros grupos quais são os preços das diferentes mercadorias. É dentro do quadro espacial constituído por esses lugares que evocamos, para lembrar as ações de troca e o valor dos objetos, quer dizer, todo o conteúdo da memória do grupo econômico.

Simiand dizia que um pastor, nas montanhas, depois de oferecer ao viajante uma tigela de leite, não sabia que preço cobrar, e pediu "o que você pagaria na cidade". Do mesmo modo, esses camponeses que vendem ovos, manteiga, queijo, fixam o preço conforme o que foi pago na última feira. Observamos imediatamente e em primeiro lugar, que essas lembranças se referem a uma época muito recente e é assim, aliás, para quase todas as que têm por origem diligências e pensamentos econômicos. Se, com efeito, descartamos tudo aquilo que, no âmbito da produção,

depende da técnica e que não precisamos levar em conta atualmente, decorre que as condições das compras e das vendas, os preços e os salários, são submetidos a constantes flutuações, e que aliás, são poucos os domínios nos quais as lembranças recentes apagam mais depressa e por completo as mais antigas. Não resta dúvida que o ritmo da vida econômica pode ser mais ou menos rápido. Sob o regime das corporações e da pequena indústria, enquanto os processos de produção mudavam muito lentamente, nas cidades onde o número de compradores e vendedores era submetido também a fracas variações, durante longos períodos, os preços permaneciam quase iguais. O mesmo não ocorre quando a técnica se transforma ao mesmo tempo do que as necessidades e que, numa sociedade económica estendida aos limites de nação e mesmo além, sob um regime de concorrência, o sistema de preços, apesar de mais complexo que outrora, é sujeito a flutuações de conjunto e parciais, que se propagam de uma região a outra, de uma indústria a outra. Então, é preciso que compradores e vendedores se readaptem sem cessar às condições de um novo equilíbrio e que esqueçam, a cada momento, seus hábitos, pretensões e experiências anteriores. Pensemos nestes períodos de inflação, de queda brusca da moeda, de alta ininterrupta dos preços, durante os quais, é de um dia para outro, e, por vezes da manhã para a noite, que é necessário fixar no espírito uma nova escala de valores. Mas, podemos observar diferenças análogas, quando, num mesmo momento, ou num mesmo período, passamos de um domínio da vida económica a outro. No campo, quando os camponeses vão ao mercado ou à cidade a intervalos bastante longos, podem verificar que os preços não mudaram desde o momento em que eram compradores ou vendedores: vivem em função da lembrança dos preços antigos. Não é mais assim nos meios onde as relações entre comerciantes e clientes são mais freqüentes, em particular, naqueles grupos de comerciantes a varejo e comerciantes atacadistas que não compram somente para satisfazer suas necessidades de consumo e que não vendem somente para escoar seus produtos, mas que compram e vendem por conta e de algum modo por delegação de todos os consumidores e de todos os produtores. É dentro de tais círculos que a memória económica deve permanentemente renovar e fixar, a cada momento, o estado das relações e dos preços mais recentes. Uma maior razão haveria nas bolsas, onde se negociam títulos, cujos valores mudam não somente de um dia para outro mas, até numa mesma seção, de uma hora para outra, porque todas as forças que modificam a opinião dos vendedores e dos compradores ali fazem sentir imediatamente sua ação e não existe outro meio de conjecturar ou prever como vão estar os preços, a não ser orientar-se a partir do que foram no último momento. À medida em que nos distanciamos desses círculos onde a atividade das trocas é mais intensa, a memória econômica diminui o ritmo, apóia-se sobre um passado mais longínquo e atrasa o presente. São os comerciantes que lhe dão um novo alento e a obrigam a se renovar:

São os comerciantes que ensinam a seus clientes e que lhes lembram o preço de cada artigo. Os compradores, que são apenas compradores, participam somente portanto da vida e da memória do grupo económico quando penetram nos círculos comerciais, ou quando se ,lembram de neles ter penetrado. De que modo conheceriam eles o valor dos bens e como, permanecendo fechados na família e isolados das correntes de troca, conseguiriam eles apreciar em dinheiro aqueles bens de que dispõem? Consideremos agora esses grupos de comerciantes que, como dissemos, constituem a parte mais ativa da sociedade económica, já que é em seu seio que os valores se elaboram e se conservam. Quer estejam reunidos nos mercados, atrás dos balcões, ou nas ruas

comerciais das cidades, pode parecer primeiro que estejam mais separados do que reunidos e ligados uns aos outros por uma espécie de consciência comum. Voltados aos clientes, é com eles que · se colocam em relação e não com os comerciantes vizinhos, que são seus concorrentes, aos quais parecem ignorar; ou que não vendem os mesmos artigos que eles; de tal modo que, como vendedores, deles se desinteressam; Entretanto, ainda que não haja ponto de comunicação direta entre um e outro, nem por isso deixam de ser agentes de uma mesma função coletiva. Neles circula um mesmo espírito, são portadores de aptidões da mesma ordem, obedecem a uma mesma ética profissional. Ainda que concorram entre si, sentem-se solidários, quando se trata de manter os preços e de imputá-los aos compradores. Sobretudo, estão todos em relação aos outros meios, aqueles dos comerciantes por atacado, e através deles, com as bolsas de comércio, e por outro lado, com os banqueiros e homens de negócios, isto é, com a parcela da sociedade económica na qual se concentram todas as informações, que sofre imediatamente o contragolpe de todas as operações do comércio e que contribui o mais eficazmente para o estabelecimento dos preços. E o órgão regulador: através dele, todos os comerciantes estão ligados uns aos outros, já que as vendas de cada um deles contribuem, por seu turno, a modificar suas reações e para que todos obedeçam a seus impulsos. Assim o comércio a varejo representa os contornos e os limites da sociedade económica dos comerciantes, que têm seu centro e seu ponto nevrálgico nos meios da bolsa e do banco: entre eles e este centro, os viajantes, os corretores, os agentes de informação e de publicidade mantêm e restabelecem a cada instante o contato.

Em todo este gênero de atividade, os consumidores não foram iniciados. O balcão do comerciante é como um escudo que impede que os olhos deles penetrem as regiões onde se elaboram os preços. Isto é mais do que uma imagem e veremos que se o grupo de comerciantes se imobiliza assim no espaço, fixa-se em alguns lugares onde o comerciante aguarda o cliente, é porque somente sob esta condição pode preencher a função que lhes pertence na sociedade econômica. Coloquemo-nos, então, do ponto de vista dos clientes. Dissemos que eles podem aprender a avaliar os bens de consumo, a menos que os comerciantes não lhes dêem a conhecer os preços. É preciso então que os clientes se aproximem dos círculos comerciais. Aliás, é uma condição necessária da troca que o cliente saiba onde encontrar o comerciante (ao menos na maioria das vezes e sem que nos esqueçamos que existem vendedores ambulantes que vão vender a domicílio; mas isto é uma exceção que, como veremos, confirma a regra). Os comerciantes aguardam então os clientes em suas lojas.

Ao mesmo tempo, as mercadorias, nessas mesmas lojas, aguardam os compradores. Não há aí duas expressões diferentes de um mesmo fato, mas antes dois fatos distintos que é preciso considerar ao mesmo tempo, porque um e outro e a relação entre eles fazem parte, por sua vez_, da representação econômica do espaço. É com efeito, porque a mercadoria aguarda, quer dizer, permanece no mesmo lugar, que o comerciante é obrigado a aguardar também, quer dizer, a manter um preço fixo pelo menos durante todo o tempo que decorre até a venda. E sob essa condição, com efeito, que o cliente é encorajado a comprar, e que tem a impressão de pagar o objeto não conforme um jogo complicado de avaliações que mudam sempre, mas por seu preço, como se este resultasse da natureza mesma da coisa. Bem entendido, é uma ilusão, já que o preço permanece ligado à coisa como um rótulo a um artigo, e que na realidade, transforma-se

incessantemente, enquanto que o objeto não muda. Mas, enquanto negociamos, como se nos déssemos conta de todo artifício na determinação do preço, na realidade ficamos convencidos que há um preço verdadeiro, que corresponde ao valor da coisa, que o comerciante esconde do cliente e que se procura fazer com que ele confesse, ou então, que é como ele diz mas que tentamos fazer que esqueça. Quanto a idéia de que o preço vem de fora, que não está no objeto, é aquela que o comerciante se esforça por afastar, persuadindo o comprador de que o objeto se vende por seu preço. Somente consegue fixar pouco a pouco o preço do objeto a nele incorporá-lo, a não ser oferecendo-o, durante um tempo mais ou menos longo, pelo mesmo preço.

Quem quer que tenha comprado um imóvel, uma roupa, ou mesmo um artigo de consumo corrente e que o traga para casa pode crer que ele mantém seu valor, medido através do preço pago ao comerciante, durante todo o tempo que o utiliza e até que esteja fora de uso ou que tenha desaparecido. Trata-se geralmente de um erro porque se revendêssemos logo em seguida ou após algum tempo o mesmo objeto, ou se o tivéssemos substituído perceberíamos que mudaria de preço. O comprador vive de antigas lembranças. As lembranças do comerciante, em relação ao preço, são mais recentes; porque, vendendo a muitas pessoas, escoa suas mercadorias e deve renová-las o mais depressa possível, do que um cliente renova sua compra junto do mesmo comerciante. Entretanto, está na mesma situação, em relação ao comerciante atacadista, como o cliente está em relação a ele. E por isso que os preços no varejo mudam mais lentamente que os preços de atacado, com um atraso. O papel dos comerciantes a varejo portanto é este: devem estabilizar os preços de modo que os clientes possam comprar. Trata-se somente de uma aplicação particular de uma função que toda a sociedade deve preencher: então, como tudo muda sem cessar, persuadir seus membros para que ela não mude, pelo menos durante um certo tempo, e em alguns pontos. A sociedade dos comerciantes deve, do mesmo modo, persuadir os clientes de que os preços não mudam, ao menos pelo tempo necessário para que estes se decidam. Ela somente consegue estabilizar a si mesma, e se fixar, em alguns lugares onde comerciantes e mercadorias se imobilizam à espera dos compradores. Em outras palavras, os preços não poderiam se fixar na memória dos compradores e dos vendedores se uns e outros não pensassem ao mesmo tempo, não somente nos objetos, mas nos lugares onde estão expostos e oferecidos. Já que o grupo econômico não pode estender sua memória sobre um período bastante longo e projetar suas lembranças de preços, por um passado longínquo, sem que ele próprio dure, quer dizer, sem permanecer tal como é, nos mesmos lugares, nos mesmos locais, é natural que ele e os seus membros substituindo-se realmente ou pelo pensamento nesses lugares, reconstituam o mundo dos valores do qual continuam a ser o quadro.

O espaço religioso

Que as lembranças de um grupo religioso lhes sejam lembradas pela visão de certos lugares, localização e disposições dos objetos, não há do que se espantar. A separação fundamental, para estas sociedades, entre o mundo sagrado e o mundo profano, realiza-se materialmente no espaço. Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar sagrado, o cristão sabe que vai encontrar lá um estado de espírito do qual já teve experiência, e com outros fiéis, vai reconstruir, ao mesmo tempo, além de uma comunidade visível, um pensamento e lembranças comuns, aquelas

mesmas que foram formadas e mantidas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar. Certamente, já no mundo profano, no curso de ocupações sem qualquer relação com a religião, no contato com meios cujos fins são completamente diferentes, muitos fiéis se comportam como devotos que não esquecem de se dirigir a Deus o quanto puderem, em pensamento e em seus atos. Nas antigas cidades, a religião se disseminava por toda a parte, e em muitas outras sociedades mais antigas ainda, na China, por exemplo, não há região em que se escape da influência destas ou d&quelas forças sobrenaturais. À medida que as principais atividades da vida social se desprenderam da dominação religiosa, o número e a extensão dos espaços consagrados à religião, ou ocupados habitualmente por comunidades religiosas, reduziram-se e se fecharam. Certamente, "para os santos, tudo é santo", e não existe lugar aparentemente tão profano onde os cristãos não possam evocar a Deus. Nem por isso os fiéis experimentam menos necessidade de se reunir periodicamente e de se comprimir uns contra os outros, em edifícios e locais consagrados à devoção. Não basta franquear a entrada de uma igreja para que nos lembremos em detalhes e de modo preciso, de nossas relações com o grupo dos que têm as mesmas crenças que nós. Em todo caso, encontramo-nos com a mesma disposição de espírito dos fiéis, quando estão num local de culto e, apesar de não se tratar de acontecimentos propriamente ditos, mas de uma certa inclinação e direção uniforme da sensibilidade e do pensamento, está bem aí o fundamento e o conteúdo da memória coletiva religiosa. Ora, não hà dúvida de que ela se conserva nas religiões consagradas pois, desde que nelas nos ocultamos, nelas nos recordamos.

Podemos até mesmo nos afigurar de que a memória de nosso grupo é também contínua como os locais nos quais parece que ela se conserva e que, sem interrupção, uma mesma corrente de pensamento religioso teria passado sob estas abóbadas. Sem dúvida, há momentos em que a Igreja está vazia de fato, ou quase vazia, períodos durante os quais suas portas estão fechadas, em que há somente paredes e objetos sem vida. Durante estes períodos, o grupo está disperso. Ele dura, entretanto, e permanece o que era; até que se transforme, nada

o deixará supor que tenha mudado ou deixado de existir em algum momento, com a condição de que, durante o intervalo, os fiéis tenham passado diante da Igreja, que a tenham visto de longe, que tenham ouvido os sinos, que a imagem de sua reunião neste lugar e das cerimônias às quais tenham assistido lhes tenha permanecido presente, ou que lhes tenha sido sempre o meio de evocá-la de imediato. Mas, por outro lado, como estariam seguros de que seus sentimentos religiosos não mudaram, que são hoje o que eram ontem, e que não se pode distinguir neles o que é do passado e o que é do presente, se a permanência dos lugares não lhes assegura a garantia? Um grupo religioso, mais que qualquer outro, tem a necessidade de se apoiar sobre um objeto, sobre alguma realidade que dure, porque ele próprio pretende não mudar, ainda que em tomo dele as instituições e os costumes se transformem e que idéias e experiências se renovem. Ainda que os outros grupos se entretenham em persuadir seus membros de que suas regras e disposições permanecem as mesmas por todo um período, mas por um período limitado, a sociedade religiosa não pode admitir que não seja hoje igual ao que eta na origem, nem que deva se transformar. Mas, como todo elemento de estabilidade faz falta no mundo dos pensamentos e sentimentos, é na matéria e sobre uma das várias partes do espaço que ela deve assegurar seu equilíbrio.

A Igreja não é somente o lugar onde se reúnem os fiéis e o recinto no interior do qual não penetram mais as influências dos· meios profanos. Primeiro, por seu aspecto interior, ela se distingue de todos os outros lugares de reunião, de todos os outros recintos da vida coletiva. A distribuição e o arranjo de suas partes respondem às necessidades do culto e se inspiram em tradições e pensamentos do grupo religioso. Seja porque diferentes lugares estejam preparados para diversas categorias de fiéis, seja porque os sacramentos essenciais e as. principais formas de devoção ali encontrem o lugar que lhes convém, a Igreja mesma impõe aos membros do grupo uma distribuição e atitudes e grava em seu espírito um conjunto de imagens tão determinadas e imutáveis como as dos ritos, preces, elementos do dogma. É sem dúvida uma necessidade de exercício da religião que faz com que, no santuário, algumas regiões se sobressaiam às outras porque

o pensamento do grupo tem a necessidade de concentrar sobre certos pontos sua atenção, de ali projetar de alguma forma uma parte maior de sua substância e que, enquanto que para os padres, melhor informados das tradições, todos os detalhes desse arranjo interior têm sentido, quer dizer, correspondem a uma direção do pensamento religioso, no espírito da massa dos fiéis predomina, em presença dessas imagens materiais, uma impressão de mistério. Porém, do mesmo modo, nos templos da antigüidade, naquele de Jerusalém, nem todos os fiéis eram admitidos nos lugares mais sagrados, no altar-mar e no "saint des saints". Uma Igreja é como um livro do qual somente um pequeno número, pope soletrar e decifrar todos os caracteres. De qualquer modo, como praticamos o culto e como recebemos ensino religioso no interior desses edifícios, todos os pensamentos do grupo tomam a forma dos objetos sobre os quais eles concentram. Já que encontram por toda parte imagens de Deus, dos apóstolos, dos santos, e dentro num cenário de luzes, paramentos e vestimentas eclesiásticas, eles se imaginam assim e dentro desse quadro os seres sagrados e o paraíso, e transpõem para tais quadros as verdades transcendentais do dogma. A religião se expressa portanto sob formas simbólicas que se desenrolam e se aproximam no espaço: é sob essa condição somente que asseguramos que ela sobreviva. Por isso é preciso derrubar os altares dos antigos deuses e destruir seu templo se quisermos apagar da memória dos homens a lembrança dos cultos ultrapassados; os fiéis dispersos se lamentam de terem sido afastados de seus santuários, como se seu Deus os houvesse abandonado e, a cada vez que se ergue uma nova Igreja, o grupo religioso sente que cresce e que se consolida.

Mas toda a religião tem também sua história, ou antes, há uma memória religiosa feita de tradições que remontam a acontecimentos geralmente muito distantes no passado, e que aconteceram em lugares determinados. Ora, seria muito difícil evocar o acontecimento se não imaginássemos o lugar que conhecemos geralmente não porque

o vimos, mas porque sabemos que existe, que poderíamos vê-lo, e que em todo o caso, sua existência está garantida através de testemunhas. É por isso que há uma geografia ou uma topografia religiosa. Quando as cruzadas chegaram a Jerusalém e se reapossaram dos lugares santos, não se contentaram em procurar os locais onde a tradição situava os principais acontecimentos narrados nos evangelhos. Localizaram amiúde mais ou menos arbitrariamente

alguns detalhes da vida de Cristo ou da primitiva Igreja Cristã, guiando-se por vestígios incertos e mesmo, na ausência de todos vestígios, obedecendo à inspiração do momento. Depois, muitos peregrinos vieram rezar nesses lugares, formaram-se tradições novas, e temos hoje muita dificuldade para distinguir as lembranças dos lugares que remontam aos primeiros séculos da era cristã e tudo o que a imaginação religiosa lhes acrescentou. Ora, sem dúvida, nenhuma dessas localizàções é de fé, já que nenhuma foi comprovada por uma tradição contínua e suficientemente antiga. Sabemos, aliás, que houve ao mesmo tempo, num mesmo lugar, várias tradições diferentes, que mais de uma dessas lembranças errou consideravelmente a respeito das inclinações do monte das Oliveiras ou da colina de Sião, deslocou-se de um quadrante a outro, que algumas, dentre elas atrairiam as outras ou, ao contrário, dividir-se-iam, o arrependimento de São Pedro se desviando, por exemplo, da renegação e se fixando em outro lugar. Se, todavia, a Igreja e os fiéis se acomodam a essas variações e contradições, não seria porque a memória religiosa tem necessidade de imaginar os lugares, para evocar os acontecimentos aos quais ela se liga? Sem dúvida, nem todos os fiéis podem ir em peregrinação a Jerusalém, e contemplar com seus próprios olhos os lugares santos. Mas, basta que os imaginem e que saibam que sobrevivem: ora, jamais duvidaram deles.

No mais e qualquer que seja o papel que tenha desempenhado o culto dos lugares santos na história do cristianismo, como de outras religiões, há este particular no espaço religioso de que, sendo Deus onipresente, não existe região que não possa participar do mesmo caráter sagrado que esses locais privilegiados onde ele tenha se manifestado, e basta que os fiéis queiram coletivamente neles comemorar este ou aquele aspecto de sua pessoa ou de seus atos, para que essas lembranças aí se prendam, com efeito, e que se possa recordá-las aí. Qualquer Igreja, já o vimos, pode se prestar a um tal ofício: podemos dizer que Jesus Cristo foi crucificado não somente sobre o Gólgota, mas por toda a parte onde se adora a cruz, e que não foi somente no Cenáculo que ele comungou com seus discípulos, mas em todo lugar onde é celebrado o sacrifício da missa, e onde os fiéis se aproximam do altar da comunhão. A isto devemos acrescentar as capelas consagradas à Virgem, aos apóstolos, aos santos e tantos outros lugares que atraem os crentes, porque ali se conserva alguma relíquia, uma fonte que cura, um túmulo em tomo do qual houve milagres etc. Certamente que, em Jerusalém, na Palestina e na Galiléia, os lugares de comemoração são mais numerosos: toda a história evangélica está escrita sobre o solo; são, aliás, duplamente consagrados, não somente pela vontade e a fé daqueles que alí se reúnem ou se sucedem, mas porque é lá (pelo menos acreditamos) que no tempo de Cristo, pode-se assistir ao que está relatado nos livros santos. Mas, apesar de tudo, o que importa é a significação invisível e eterna desses fatos, não há lugar onde não possamos evocá-la, com a condição que adotemos a mesma atitude, quer dizer, que reproduzamos materialmente a cruz e os santuários que os erguem sobre o teatro histórico dos evangelhos. É assim que se constitui a devoção da via sacra, como se, ao reconstituir-se bem longe de Jerusalém a via dolorosa e suas estações, estivéssemos aptos do mesmo modo que os peregrinos, para reviver interiormente as sucessivas cenas da Paixão. De qualquer modo, é sempre o mesmo objetivo que se persegue. A sociedade religiosa quer se persuadir de que não mudou, ainda que tudo se transforme em torno dela. Consegue isto somente com a condição de recordar os lugares, ou reconstituir em torno dela uma imagem ao menos simbólica dos lugares nos quais ela se organizou de início. Porque os

lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é baseando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição, que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se eternizar e de durar: esta é realmente a condição da memória.

*

Resumindo tudo o que o foi dito a maioria dos grupos, não somente aqueles que resultam da justaposição permanente de seus membros, dentro dos limites de uma cidade, de uma casa ou de um apartamento, porém muitos outros também, imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido. Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam ps grupos. Podemos fixar nossa atenção nos limites das propriedades, nos direitos que estão ligados às diversas partes do solo, distinguir os lugares ocupados pelo senhores e escravos, suseranos e vassalos, nobres e plebeus, credores e devedores, como zonas ativas e passivas, de onde emanam ou sobre as quais se exercem os direitos relacionados ou supressos à pessoas. Podemos também pensar nos ·lugares ocupados pelos bens econômicos, que só adquirem valor à medida em que são oferecidos e postos à venda nos mercados, nas lojas, quer dizer, no limite em que divide o grupo econômico entre vendedores e clientes: aqui ainda há uma parte do espaço que se diferencia das outras: é aquela na qual a parte mais ativa da sociedade, que se interessa pelos bens, reside geralmente, e sobre a qual deixa sua marca. Podemos, enfim, ser sensíveis à separação, que passa ao primeiro plano da consciência religiosa, entre lugares sagrados e lugares profanos, porque há partes do solo e regiões do espaço que o grupo dos fiéis considerou "proibidos" a todos os outros, onde encontram ao mesmo . tempo, um abrigo e um apoio sobre o qual apoiar suas tradições. Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a · constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças ...

Concentremo-nos agora, fechemos os olhos, remontemos o curso do tempo tão longe quanto nos seja possível, tanto quanto nosso pensamento possa se fixar em cenas ou pessoas das quais conservamos, a lembrança. Jamais saímos do espaço. Não nos encontramos, aliás, num espaço indeterminado, porém em regiões que conhecemos, ou as quais sabemos muito bem que poderíamos localizar, já que sempre fazem parte do meio material onde estamos hoje. Não adianta fazer esforço para apagar essa sociedade local, para ater-me aos sentimentos que experimentei ou reflexões que formulei outrora. Sentimentos, reflexões, como quaisquer acontecimentos, devem realmente se recolocar num lugar onde residi ou pelo qual passei neste momento, e que existe sempre. Tentemos retroceder mais. Quando atingimos a época na qual nós ainda não nos representamos, mesmo confusamente, os lugares, chegamos também às regiões do passado onde nossa memória não alcança. Não é certo então, que para lembrar-se, seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de

suas partes.

NOTAS

[1] Antes desse estudo do espaço jurídico, o manuscrito esboça uma análise do espaço geométrico mas esse esboço permaneceu por demais informe para ser publicado. Conf. orig. p. 147.

Anexo

A MEMÓRIA COLETIVA NOS MÚSICOS [1]

A lembrança de uma palavra se distingue da lembrança de um som qualquer, natural ou musical, nisto que ao primeiro corresponde sempre um modelo ou um esquema exterior, determinado seja pelos hábitos fonéticos do grupo (isto é, sobre um suporte orgânico), seja sob a forma impressa (quer dizer, sobre uma superfície material), enquanto a maioria dos homens, quando ouvem sons que não são palavras, podem dificilmente compará-los a modelos puramente auditivos, porque estes lhes faltam.

Certamente, quando em meu· gabinete de trabalho, levanto a cabeça para escutar por um momento os ruídos de fora e de dentro, posso dizer: isto . é um ruído de um motor a carvão no corredor, aquilo, é o trote do cavalo na rua, é o grito de uma criança etc. Mas, como natural, não é em torno de uma representação tipicamente auditiva que se agrupam geralmente os sons ou os ruídos de uma mesma categoria: quando quero reconhecer esses ruídos, penso nos objetos ou nos seres que, em meu entendimento produzem sons análogos, isto é, reporto-me a noções que não são essencialmente de ordem sonora. É o som que faz pensar no objeto, porque reconhecemos o objeto através do som; mas o objeto em si mesmo (quer dizer, o modelo ao qual nos reportamos) raramente evocaria sozinho o som. Quando ouvimos um ruído de corrente, ou ainda uma freada, cavalos a 'galope, um estalar de chicote, pensamos nos prisioneiros, numa corrida de carros. Como estes espetáculos nos aparecessem na tela de um cinema, sem que nenhuma orquestra invisível os acompanhe, imitando os sons, nós próprios nos evocaremos os sons, e as imagens que se agitam no silêncio provocarão em nós muito menos ilusão.

Mas é a mesma coisa quando se trata da voz humana, e quando nossa atenção se concentra não mais sobre as palavras em si mesmas, mas sobre o timbre, a entonação e o acento. Suponhamos que na escuridão ou no telefone, ouçamos pessoas que conhecemos e que não conhecemos, uma de cada vez. Ouvimos uma pessoa sem vê-la, de tal modo que só podemos pensar em sua voz. Mas em que nos faz pensar sua voz? Raramente nos reportaremos a modelos auditivos, porque o que nos interessa sobretudo é distinguir essas vozes conforme a qualidade e a ação que podem exercer sobre os ouvidos do público: ponto de vista que passa talvez para o primeiro plano nos concursos de Conservatório, ponto de vista do diretor de teatro. Pensaremos antes, quando ouvirmos vozes conhecidas, nas pessoas que reconhecemos por trás dessas vozes e, quando ouvirmos vozes desconhecidas, no caráter e no sentimento que nelas se revelam, ou que parecem expressar. Assim nos reportaremos a um certo número de idéias que nos são familiares, idéias e reflexões acompanhadas de imagens: rostos de nossos pais, de nossos amigos, mas também de figuras que representam para nós a doçura, a ternura, a secura, a maldade, o amargor, a dissimulação. É com essas noções estáveis, tão estáveis quanto as noções dos objetos, que confrontamos as vozes ouvidas, para reconhecê-las, ou para nos capacitarmos em reconhecê-las. Daí nossa surpresa, algumas ·vezes, quando encontramos uma pessoa que nos é estranha, que tem a mesma voz de um de nossos parentes, de um dos nossos amigos; surpresa e também

sentimento de que aí existe alguma coisa de cômico, como se nosso parente houvesse colocado uma máscara, ou como se o estranho houvesse se enganado, assumindo uma voz que não era a sua. O mesmo acontece quando a intensidade da emissão vocal está em desacordo com a aparência física, que é forte diante de um ser frágil etc.

Chegamos aos sons musicais. Se, para fixá-los em nossa memória e lembrá-los, apenas pudéssemos ouvi-los, o maior número de notas ou de conjuntos de sons musicais que ferem nossos ouvidos, rapidamente nos escaparia. Berlioz contou em suas memórias que uma noite compôs mentalmente uma sinfonia que lhe parecia admirável. Ia anotá-la, quando pensou que para executá-la, seria necessário perder tempo demais e dinheiro em diligências, quando decidiu renunciar a isto e nada anotou. Na manhã do dia seguinte, não lhe restou nenhuma lembrança daquilo que se lhe apresentara e do que ouvira interiormente, algumas horas antes, com tal nitidez. Isto acontece e com mais razão entre aqueles que não aprenderam nem a decifrar, nem a executar. Quando saem de um concerto em que ouviram uma obra pela primeira vez, não resta em sua memória quase nada. Os motivos melódicos se separam e suas notas se espalham como as pérolas de um colar cujo fio se rompeu. Certamente, podemos mesmo quando somos ignorantes da transcrição musical, reconhecer e lembrar desta ou daquela seqüência de notas (uma suite), árias, temas, melodias, e mesmo acordes, e partes de uma sinfonia. Mas, então, ou se trata daquilo que ouvimos várias vezes, ou que aprendemos a reproduzir vocalmente. Os sons musicais não se fixaram na memória sob a forma de lembranças auditivas, mas aprendemos a reproduzir uma seqüência de movimentos vocais. Quando encontramos uma ária, nós nos reportamos para um desses esquemas ativos e motores dos quais fala Bergson que, ainda que estejam fixados em nosso cérebro, permanecem fora de nossa consciência. Ou então, trata-se de seqüências de sons que seríamos incapazes de reproduzir nós mesmos, mas que reconhecemos quando os outros as executam e somente nesse momento.

Suponhamos então que a mesma ária que havíamos ouvido antes tocada ao piano, seja agora executada no violão. Onde está o modelo ao qual nos reportamos, quando a reconhecemos? Deve se encontrar ao mesmo tempo em nosso cérebro, e no espaço sonoro. Em nosso cérebro, sob a forma de disposição adquirida anteriormente a reproduzir o que ouvimos, mas disposição insuficiente e incompleta, porque ·não poderíamos reproduzi-la. Mas os sons ouvidos no · presente vêm ao encontro desses movimentos de reprodução esboçados, ainda que aquilo que reconhecemos seja aquilo que, nesses sons, se ajuste aos movimentos, isto é, não o seu timbre, 'mas essencialmente a diferença de altura dos sons; os intervalos, o ritmo, ou, em outras palavras, aquilo que da música pode realmente transcrever e representar através dos símbolos visuais. Certamente, ouvimos outra coisa. Ouvimos os sons em si mesmos, os sons do "violino, tão diferentes dos sons do· piano, a ária executada no violino tão diferente da executada no piano. Se reconhecemos então essa ária, é porque sem ler as notas, sem vê-las tais como são ou estão inscritas na partitura, imaginamos, à nossa maneira, esses símbolos que ditam os movimentos dos músicos e que são os mesmos que se toca no piano ou no violino. Assim, não haveria reconhecimento, e a memória não· reteria nada, se não houvessem movimentos no cérebro, e notas sobre a pauta dos músicos.

Distinguimos no que foi dito dois modos; para as pessoas que não sabem nem ler a música, nem tocar ·um instrumento, de lembrar-se de um tema musical. Uns se lembram porque podem reproduzi-lo cantando. Outros se lembram porque já o ouviram e nele reconhecem algumas passagens. Consideremos agora duas maneiras ainda, porém desta vez para músicos ou para as pessoas que sabem ler a música, de se lembrar igualmente de um tema musical. Uns se lembram porque podem executá-lo, e os outros, porque tendo lido antes ou lendo agora a partitura, o reconhecerão quando o executarem. Entre essas duas categorias de músicos, dos quais uns executam, e os outros escutam, ao mesmo tempo que se representam os símbolos musicais e sua seqüência, há a mesma relação entre aqueles que cantam uma ária, e os que a reconhecem, pela audição, ainda que nem uns e nem outros saibam ler a música. A memória musical, nos grupos de músicos, é naturalmente bem mais ampla e bem mais segura do que a dos outros. Estudamos um pouco mais de perto qual parece ser o mecanismo para quem examina esses grupos de fora.

Eis, numa sala de concerto, um conjunto de instrumentistas que forma uma orquestra. Quando cada um deles executa sua parte, mantém os olhos fixos sobre uma folha de papel onde são reproduzidos os sinais. Esses sinais representam notas, seu tom, sua duração, os intervalos que as separam. Tudo se passa como se fossem vários sinais, colocados com a finalidade de advertir o músico e de lhe indicar o que deve fazer. Esses sinais não são imagens de sons, que os reproduziriam os próprios sons. Entre esses traços e esses pontos que atraem a vista, e sons que sensibilizam os ouvidos, não existe nenhuma relação natural. Esses pontos não representam os sons, já que não existe entre uns e outros nenhuma analogia, porém traduzem numa linguagem convencional uma série de comandos aos quais o músico deve obedecer, se quiser reproduzir as notas e sua seqüência com as nuances e no ritmo que convém.

Porém, o que vê o músico, na realidade, quando olha para essas páginas? Aqui, como no caso de qualquer leitura, conforme o leitor esteja mais ou menos exercitado, o número dos sinais que impressionam sua retina diminui ou aumenta. Distingamos os sinais em si mesmos e as combinações onde entram. Esses sinais são em número limitado, e cada um deles é relativamente simples. Podemos admitir que, de tanto lê-los e executar as ordens que transmitem, o músico deles assimilou plenamente o sentido, quer dizer, estão inscritos de uma maneira ou de outra em seu cérebro: não há necessidade de vêlos para lembrar deles. As combinações que podemos formar com esses sinais, pelo contrário, são ilimitadas, e algumas dentre elas são complicadas, de forma que é inconcebível que todas essas combinações se conservem tais e quais, na superfície cerebral, sob a forma de mecanismos que preparariam os movimentos necessários para reproduzi-las.

Também isso não é necessário. De fato, essas combinações de sinais estão inscritas fora do cérebro, sobre folhas de papel, quer dizer, elas se conservam materialmente no exterior. Certamente, (salvo em casos totalmente excepcionais), o cérebro de um músico não contém, não conserva a notação, sob uma forma qualquer mas satisfatória para que possa reproduzi-los, a todos os trechos de música que já tenha tocado. No momento mesmo em que executa um trecho que ensaiou, o músico não sabe executá-lo totalmente de cor, em geral, já que tem a

necessidade. de olhar pelo menos de vez em quando a pauta. Observemos que, se não tivesse assimilado primeiro os sinais simples e elementares, e mesmo as combinações mais freqüentes que comportam esses sinais, estaria, ao executar, lendo a partitura na mesma situação de uma pessoa que lê alto e que deve parar a cada instante, porque há letras que não reconhece. Então só poderia tocar numa orquestra ou em público, na condição de ter aprendido de cor: não haveria mais necessidade de partitura; mas daria muito mais trabalho antes de cada execução, e isso limitaria o número de trechos que seria capaz de executar. E porque os sinais e combinações musicais simples subsistem no cérebro, que é inútil que ali se conservem tantas combinações complexas, e basta que as últimas estejam assinaladas em folhas de papel. A partitura desempenha então aqui, o papel de substituto material do cérebro.

Observe-se a atitude e os movimentos dos músicos, numa orquestra. Cada um deles é somente uma parte de um conjunto que compreende os outros músicos e o maestro. Com efeito, eles tocam em conjunto e no ritmo, quase sempre cada um conhece não somente sua parte mas também a dos outros, e o lugar da sua entre as demais. Esse conjunto compreende também as partituras escritas. Ora, aqui, como em todo organismo, o trabalho se divide, as funções são executadas por diferentes órgãos, e pode-se dizer que se os centros motores que condicionam os movimentos dos músicos estão no interior de seu cérebro ou no interior de seus corpos, seus centros visuais, encontram-se na parte de fora, já que seus movimentos estão ligados aos sinais que lêem sobre as partituras.

Essa descrição, reconheçamos, corresponde, apenas aproximadamente à realidade. Alguns músicos, com efeito, poderiam executar de cor toda a sua parte. Outros, mesmo acompanhando com os olhos as notas sobre a pauta, sabem de cor fragmentos inteiros da parte que tocam. Conforme as aptidões pessoais do músico, conforme tenha praticado e repetido com maior ou menor freqüência, poderá dispensar mais ou menos o apoio exterior que os sinais escritos ou impressos oferecem à memória. Porém, por maior que seja a sua virtuosidade, não reterá· tudo, nem mesmo todas as obras que tenha executado, de modo a ser capaz de reproduzir, à vontade e a qualquer momento, qualquer uma delas. Em todo o caso, isole o músico, prive-o de todos esses meios de tradução e memorização dos sons que representa a escrita musical; ser-lhe-á bem difícil e quase impossível fixar na memória um número tão grande de lembranças.

Os sinais musicais e as modificações cerebrais que lhes correspondem diferem dos sons e dos vestígios que os sons deixam em nosso cérebro, já que são artificiais. Resultam de convenções, e não têm sentido a não ser em relação ao grupo que os inventou ou adotou. Um fisiologista que ignorasse tudo sobre música, que não soubesse que há concertos, orquestras e músicos, se pudesse penetrar nos cérebros deles, perceber os movimentos que ali se produzem e ligá-los às suas causas exteriores, saberia que alguns dentre eles resultam desses fenômenos físicos naturais a que chamamos sons. Mas, observando o cérebro de um músico no momento em que ele executa uma partitura, ao lado dos vestígios cerebrais dos sons, o fisiologista distinguiria nele outros sons que se relacionariam aos caracteres figurativos, a sinais impressos, dos quais o mais que se pode dizer é que não os encontramos na natureza.

Ele experimentaria, talvez, o mesmo espanto de Robinson quando explorando sua ilha, sobre a areia, não longe do mar, percebeu marcas de passos. Suponhamos que essas marcas tenham sido deixadas por homens no dia anterior, sem que ele os tivesse visto, e que tivessem ido embora. Há ainda muitos outros vestígios: marcas de animais, penas de pássaros, conchas na praia. Mas as marcas de passos humanos diferem de todas as outras pois estas surgiram na ilha pelo jogo exclusivo das forças naturais. A ilha, podemos dizer, produziu-as sozinha. Porém, uma ilha deserta não produz, sozinha, marcas de passos. Quando se inclina· sobre essas marcas, Robinson vê então, na realidade, alguma coisa que não é mais a sua ilha. Ainda que estejam marcados sobre a areia, estes passos o transportam alhures. Através deles, retoma contato com o mundo dos homens, porque somente têm sentido se recolocados no conjunto das marcas deixa das nas diferentes partes do solo, nas idas e vindas dos membros do grupo. O mesmo se passa com as marcas deixadas pelos sinais na substância cerebral. Elas revelam a ação que exerce no cérebro do homem aquilo que um fisiologista poderia chamar de um sistema ou uma colônia de outros cérebros humanos.

Esse gênero de ação oferece o particular de que ele se exerce através de sinais, isto é, que supõe um acordo preliminar e um acordo contínuo entre os homens, a respeito da significação desses sinais. Essas modificações, ainda que se produzem em diversos cérebros, nem por isso deixam de constituir um todo, já que uma responde exatamente à outra; Ainda mais, o símbolo e ao mesmo tempo o instrumento dessa unidade, da unidade desse todo, existem materialmente: são os sinais musicais e as folhas impressas da partitura. Tudo aquilo que se produz no cérebro em razão desse acordo ou dessa unidade não pode ser considerado isoladamente.

Para qualquer um que ignorasse a existência do grupo de que faz parte o músico, a ação exercida sobre seu cérebro pelos sinais, teria sido apenas insignificante, porque só o apreciaria à luz das propriedades puramente sensíveis do signo em si mesmo. Ora, essas propriedades não distinguem quase nada o signo de muitos outros objetos da visão, que não exercem sobre nós nenhuma ação. Para devolver à percepção deste signo todo seu valor, é preciso deslocá-la dentro do conjunto do qual ela faz parte: isto é, significa que a lembrança de uma página coberta de notas é apenas uma parte de uma lembrança mais ampla, ou de um conjunto de lembranças: ao mesmo tempo em que vemos em pensamento a partitura, entrevemos também todo um meio social, os músicos, suas convenções, e a obrigação que se impõe a nós, para entrar em relação com eles, de a ela nos curvarmos.

Consideremos agora, uma vez ainda, os músicos que tocam numa orquestra. Todos têm seus olhos fixos na partitura, e seus pensamentos assim como seus gestos se harmonizam porque são outras tantas cópias de um mesmo modelo. Suponhamos que todos tenham suficiente memória para que lhes seja possível tocar sem olhar essas páginas cobertas de signos, para ali lançar de vez em quando um rápido olhar. As partituras estão lá. Mas, poderiam não estar também. Se ali não estivessem, nada teria mudado, já que seus pensamentos se harmonizam, e porque as partituras têm somente o papel de simbolizar o acordo entre os pensamentos. Não poderíamos dizer então que não há motivo para explicar a conservação das lembranças musicais através das partituras, como se a memória tivesse a necessidade de se apoiar sobre um objeto material que

dura, já que, precisamente as partituras deixam de desempenhar seu papel a partir do momento em que a lembrança é adquirida? Quando dizíamos que os músicos e suas partituras formam um conjunto, e que é preciso considerar o todo desse conjunto para explicar a conservação das lembranças, não nos colocávamos no instante em que a lembrança ainda não existe, mas no que ela se forma, e o objeto material exterior, a partitura, não vai desaparecer a partir do momento em que a lembrança existe, de onde depende de nós, e somente de nós evocá-la? Daí então seria necessário retornar à teoria puramente fisiológica da memória, isto é, admitir que o cérebro é suficiente para dar conta da lembrança e do reconhecimento destas lembranças.

Acreditamos, entretanto, que entre um músico que toca de cor e um músico que acompanha as notas sobre uma pauta há apenas uma diferença de grau. Observemos que antes de tocar de cor, foi necessário antes que lesse e relesse sua parte. Como a última leitura acontece no momento da execução, ou algumas horas antes, ou alguns dias, ou mesmo por um longo intervalo, o tempo que decorre entre este e aquela não muda a natureza da ação que o sistema de sinais exerce sobre quem o traduz. Não há sensação que não demande um certo tempo para que dela tomemos consciência, porque jamais existe contato imediato entre a consciência e o objeto. O mais freqüente é que a sensação não foi formada e existe somente no momento em que seu objeto não está mais lá: pode-se dizer entretanto, que o objeto não é causa da sensação? Dissemos antes que não há razão para distinguir a memória ativa, que consiste em nos lembrarmos ou em reconhecermos um objeto do qual não cessamos de sofrer a ação, da ressonância, ou a ação retardada e contínua que um objeto exerce ainda sobre nosso espírito, ainda que um intervalo mais ou menos longo nos separe do momento quando o percebemos. Assim, o objeto pode não estar mais lá. Mas se a ação que ele exerce ainda dura, o sistema constituído pela representação e o objeto, deixa de ser um circuito contínuo, fechado pelo objeto, tão distante no tempo quanto possa. Aqui, o objeto é um conjunto de sinais. A ação que exerce são os comandos que transmite ao sujeito. O músico não mais lê a partitura. Ele se comporta, entretanto, como se a lesse. Não é porque os sinais tenham passado da partitura para seu espírito como imagens visuais. Porque não as vê mais. Pode-se dizer que os movimentos que executa estão ligados entre si, que um mecanismo foi montado em seu cérebro. de tal modo que cada um deles determina automaticamente o seguinte? Sem dúvida. Mas o que é preciso explicar, é como esse mecanismo foi montado. e necessário relacioná-lo à sua causa, que lhe é exterior, quer dizer, ao sistema de sinais fixado pelo grupo sobre o papel.

Consideremos um quadro de cera sobre o qual gravamos uma seqüência de letras e de palavras. Ele reproduz em côncavo o que os caracteres representam em relevo. Deixemos de lado agora os caracteres. A impressão permanece, e poderíamos pensar que as marcas deixadas pelos caracteres estão ligadas uma à outra, e que cada palavra se explica por aquela que a precede. Porém, sabemos que não é assim, que a marca em côncavo se explica pela composição em relevo, e que a ação desta subsiste, e não muda de natureza, ainda que os caracteres em relevo não sejam mais aplicados sobre sua marca. Da mesma maneira que, quando um homem esteve no seio de um grupo, ali aprendeu a pronunciar certas palavras, numa certa ordem, pode sair do grupo e dele se distanciar. Enquanto ainda usar essa linguagem, podemos dizer que a ação do grupo se exerce sobre ele. O cantata não é mais interrompido entre ele e essa sociedade do que

entre um quadro e as mãos ou o pensamento do pintor que o compôs outrora. Não o é também entre um músico e uma página de música que leu ou releu várias vezes, ainda que até mesmo pareça prescindir dela agora. Na realidade, longe de não precisar dela, pode tocar porque a página está lá, invisível, mas tanto mais ativa, da mesma maneira que nunca nos obedecem tão bem do que quando não temos necessidade de repetir sempre as mesmas ordens.

Podemos dizer agora onde se encontra o modelo que nos permite reconhecer as peças musicais das quais não nos lembramos. Insistimos nesse exemplo porque as lembranças musicais são infinitamente diversas, acreditamos estar aqui, como dizem os psicólogos, no domínio da qualidade pura. Cada tema, cada frase, cada parte de uma sonata ou de uma sinfonia é única em seu gênero. Na ausência de todo um sistema de notação, uma memória que quisesse reter tudo o que um músico deve tocar em uma série de concertos deveria, parece, alinhar as impressões de cada instante uma após a outra. Que complicação infinita seria necessário atribuir ao cérebro para que possa registrar e conservar separadamente tantas representações e tantas imagens?

Porém, nos diz Bergson, isso não é necessário. Basta que nos reportemos a um modelo esquemático, em que cada parte ouvida seja substituída por uma série de sinais. Não somos mais obrigados a reter separadamente todos os sons sucessivos onde cada um, já o dissemos, é único em seu gênero, mas um pequeno número de notas para inúmeros sinais musicais. Evidentemente, é preciso ainda reter os diversos modos de combinação desses sons, e há muitos deles, todos diferentes, tantos forem os diferentes trechos. Mas essas combinações complexas se decompõem em combinações mais simples, as combinações mais simples são mais numerosas, sem dúvida, do que as notas, todavia, elas se reproduzem sempre num mesmo trecho, ou de um trecho a outro. Um músico experimentado, e que tenha executado um grande número de peças diferentes, será como alguém que leu muito. As palavras também são mais numerosas do que as letras, e as combinações de palavras são mais numerosas do que as próprias palavras. O que há de novo em cada página, não são as palavras, nem mesmo os membros da frase: tudo isto reteríamos bem depressa. O que é preciso reter agora ou compreender, aquilo sobre o que a atenção deve se concentrar, é a combinação dos temas elementares, das combinações de notas ou de palavras já conhecidas. Assim se encontra reduzida e simplificada a tarefa da memória. Compreendemos dessa maneira que podemos aprender de cor trechos inteiros, um grande número de trechos, e reconhecer, ouvindo-o, toda a seqüência de notas que se desenvolve: basta que se tenha presente no espírito, de uma maneira ou de outra, um modelo que represente esquematicamente como palavras conhecidas passam a integrar um novo modo de combinação. Basta· se representar uma combinação de sinais.

Mas, esses sinais, de onde vêm? Esse modelo esquemático, como nasce? Coloquemo-nos do ponto de vista de Bergson, que considera um indivíduo isolado. Esse homem ouve várias vezes um mesmo trecho de música. A cada audição corresponde uma seqüência de impressões originais que não se confunde com nenhuma outra. Mas, a cada audição produz-se em seu sistema cérebro-espinhal uma seqüência de reações motoras, sempre de mesmo sentido, que se reforça de uma audição a outra. Essas reações acabam por delinear um esquema motor. E esse esquema que constitui o modelo fixo ao qual comparamos a seguir o trecho ouvido, e que nos

permite reconhecê-lo, e mesmo reproduzi-lo. Neste ponto, Bergson aceita a teoria fisiológica da memória, que explica através do cérebro individual e somente por ele, essa espécie de lembrança e de reconhecimento.

Certamente, homens que têm bom ouvido não reagirão, todavia, da mesma maneira à audição, repetida tantas vezes quantas quisermos, de um mesmo trecho, conforme o que saibam ou não saibam decifrar os caracteres musicais. Mas, entre uns e outros há somente uma diferença de grau. Um músico que decifrou um trecho, antes de ouvi-lo, o decompôs. ·Sua atenção se deteve de início sobre os elementos, representados pelas notas, e, em primeiro lugar, ele isolou uma da outra as reações motoras que correspondem a cada uma delas. A repetição freqüente dos mesmos movimentos lhe deu mais maestria. Exercitou-se em seguida em combinar esses movimentos, de acordo com as combinações de notas que ouvia e lia. É porque tem delas uma idéia clara: sabe tudo o que elas contêm. O que há de extraordinário em que ele possa representar essa combinação de movimentos com a ajuda de sinais? Um homem que não prestou atenção às reações elementares que determinam nele os sons isolados, ou as combinações simples de sons, terá muito mais dificuldade em distinguir os movimentos que executa quando ouve um trecho de música. Esses movimentos serão mais confusos e menos precisos. Permanecerão geralmente mais no estado de esboços motores. Mas não diferirão essencialmente daquilo que seriam num músico. O que prova, é que pessoas que não aprenderam a música conseguem todavia se lembrar de alguns temas, seja porque os tenham ouvido muitas vezes, seja porque, por uma razão ou outra, elas os tenham memorizado mais do que os outros temas.

Os sinais musicais, segundo M. Bergson, não desempenhariam então um papel indispensável. Muito pelo contrário, os sinais musicais só poderiam existir ·no dia em que distinguíssemos as notas elementares. Mas o que seria dado, seriam os conjuntos de sons fundidos um ao outro, isto é, um todo contínuo. Será necessário então que o decomponhamos primeiro, isto é, que a cada som ou conjunto elementar de sons nosso sistema nervoso responda com uma reação distinta. Então poderemos representar esses movimentos separados através de vários sinais. São então os movimentos do cérebro que se transformariam em sinais e não os sinais que dariam origem aos movimentos do cérebro.. É aliás natural que possamos passar das notas aos movimentos, já que as notas são apenas a tradução desses movimentos: mas os movimentos viriam antes, como o texto antes da tradução.

Há, entretanto, um fato que essa explicação não leva em conta, sem dúvida, porque não está claro, quando supomos que o homem esteja isolado. Este fato, é que estes sinais resultam de uma convenção entre vários homens. A linguagem musical é uma linguagem como as outras, isto é, supõe um acordo preliminar entre aqueles que a falam. Ora, para aprender uma linguagem qualquer, é preciso submeter-se a um adestramento difícil, que substitua nossas reações naturais e instintivas por uma série de mecanismos dos quais encontramos o modelo totalmente fora de nós, na sociedade.

No caso da linguagem musical, poder-se-ia crer que é diferente. Há, com efeito, uma ciência

dos sons que repousa sobre dados naturais, físicos e fisiológicos. Admitamos que o sistema cerebral e nervoso do homem seja um aparelho de ressonância, capaz naturalmente de registrar e reproduzir os sons. A linguagem musical se limitaria a fixar sob a forma de sinais os movimentos desses aparelhos colocados no meio sonoro. A convenção que indicamos estaria então fundamentada na natureza, e existiria virtualmente por inteiro, desde que um único desses aparelhos existisse. Mas, quando raciocinamos assim, esquecemos que os homens, e mesmo as crianças, antes de aprenderem a música, já ouviram tantas árias, cantos. melodias, que seus ouvidos e suas vozes já adquiriram muitos hábitos. Em outras palavras, esses aparelhos funcionariam desde há muito tempo, e, entre seus movimentos, há somente uma diferença de grau, como se uns fossem mais sonoros do que os outros, ou como se as mesmas notas fossem ali mais distintas. Porém as notas são diferentes, ou antes, elas estão combinadas diferentemente. A dificuldade consiste precisamente em fazer com que se tomem ou voltem a ser aparelhos idênticos dos quais as peças se movimentem, da mesma maneira, e é preciso então partir de um modelo que não se confunda com nenhum deles .

*

Não existe somente a música dos músicos. A criança é embalada docemente pelas canções de sua ama de leite. Ela repete mais tarde os refrões que seus pais cantarolam junto dela. Há canções de roda, como há cantigas de trabalho. Nas ruas das grandes cidades, as cantigas populares correm de boca em boca, reproduzidas outrora pelos realejos, hoje pelos megafones. As melopéias dos comerciantes ambulantes, as canções que acompanham as danças enchem o ar de sons e de acordes. Não é necessário que os homens tenham aprendido música para que guardem a lembrança de certas canções e de certas melodias. São músicos por isso? Entretanto, se houvesse somente uma diferença de grau entre o homem que reconhece uma canção porque a ouviu muitas vezes e o músico que a reconhece porque a leu outrora ou a lê atualmente numa pauta, poderíamos pensar que basta ter a memória repleta de cantigas e de melodias para aprender música facilmente, e, ao preço de um parco esforço suplementar, para ver espalhar-se em notas escritas os sons repetidos ou ouvidos. Mas, não é nada disso. Alguém que tenha ouvido muitas canções deverá concluir sua educação musical para estar capacitado para decifrá-las. Não consagrará menos tempo e não despenderá menos esforço do que outra pessoa qualquer que apenas tivesse ouvido e repetido um pequeno número de cantigas. e possível que aquele tenha mais dificuldade do que o outro em assimilar a linguagem musical, porque seus antigos hábitos vocais não desapareceram ainda. Em outras palavras, há duas maneiras de aprender a reter os sons, uma popular, a outra acadêmica, e não existe entre uma e outra nenhuma relação. De que modo nos lembramos de uma canção quando não somos músicos? Consideremos o caso mais simples e sem dúvida, mais freqüente. Quando ouvimos uma canção que acompanha palavras, nela distinguimos tantas partes quantas forem as palavras ou elementos da frase. e porque os sons parecem ligados às palavras, que são objetos descontínuos. As palavras desempenham aqui um papel ativo. Com efeito, acontece freqüentemente que podemos reproduzir uma canção sem pensar nas palavras que a acompanham. A canção não evoca as palavras. Em compensação, é difícil repetir as palavras de uma canção que conhecemos bem sem cantarolar interiormente. É provável aliás que, no primeiro caso, quando reproduzimos uma canção que antes cantávamos

com a letra, as palavras estejam lá, e sua ação se exerça, ainda que não as pronunciemos: cada grupo de sons correspondendo a uma palavra forma um todo distinto, e a canção é em seu conjunto como uma frase. Mas as palavras em si mesmas e as frases resultam de convenções sociais que delas fixam o sentido e o papel. O modelo segundo o qual analisamos, está sempre fora de nós.

Lembramo-nos, por outro lado, das canções ou melodias das quais jamais escutamos a letra. Desta vez, a canção e a melodia foram analisadas segundo as divisões assinaladas pelo ritmo. Se alguém bate com o dedo sobre a mesa de modo a reproduzir o ritmo de uma canção que conhecemos, podemos achar estranho que isto seja suficiente, às vezes, para nos lembrarmos dela. Isto não passa, no fundo, da lembrança de uma melodia por meio das palavras que a acompanham. As batidas separadas por intervalos mais ou menos longos, aproximados e precipitados, isolados ou redobrados, produzem sons idênticos. Entretanto, eles evocam uma seqüência de sons de tom e intensidade diferentes. Mas, acontece a mesma coisa com as palavras, elas também não mantêm qualquer analogia com as canções que acompanham. Deixaremos de nos surpreender, se observarmos que o ritmo, do mesmo modo que as palavras, lembra-nos não só os sons mas a maneira pela qual determinamos sua sucessão. Para as próprias palavras, é talvez o ritmo que desempenha o principal papel. Quando cantamos de memória, geralmente não deixamos de encontrar as palavras por que não nos lembramos o ritmo? Escandíamos os versos, agrupamos as sílabas duas a duas e quando queremos acelerar o canto ou tomá-lo mais lento, mudamos o ritmo.

Se é o ritmo que definitivamente desempenha aqui o papel principal, toda a questão é então saber o que é o ritmo. Ele não existe na natureza? Não imaginamos que um homem isolado possa sozinho descobrir no espaço sonoro essas divisões rítmicas? Se algum fenômeno natural lhe sugerisse o ritmo, ele não teria necessidade de recebê-lo dos outros homens. Mas os ruídos que nos vêm da natureza, e dela somente, não se sucedem segundo uma medida ou uma cadência qualquer. O ritmo é um produto da vida em sociedade. O indivíduo sozinho não saberia inventá-lo. As cantigas de trabalho, por exemplo, resultam da repetição dos mesmos gestos, porém, no conjunto dos trabalhadores: aliás, estes não prestariam o serviço que deles aguardamos se os próprios gestos em si mesmos fossem ritmados sem eles. O canto oferece um modelo aos trabalhadores agrupados, e o ritmo vem do canto em meio aos gestos. Supõe portanto um acordo coletivo preliminar. Nossas línguas são ritmadas. É o que nos permite distinguir as partes da frase e as palavras que, sem isso, se fundiriam uma dentro da outra e nos apresentariam apenas uma superfície contínua e confusa sobre a qual nossa atenção não teria poder nenhum. Somos desde cedo familiarizados com a medida. Mas é a sociedade, e não a natureza material que a isso nos acostuma.

Esta sociedade, é verdade, compreende sobretudo homens que não conhecem música. Entre as melodias e canções que ouvem e repetem, e as sonatas ou sinfonias executadas por boas orquestras, há sem dúvida tanta diferença como entre o ritmo dos leigos e o compasso dos músicos. Suponhamos que uma pessoa sem educação musical assista à execução de uma obra difícil. Nada reterá dela. Ela se lembrará das canções que parecem feitas para serem cantadas,

isto é, que se aproximam mais das que conhece. É assim que destacamos de uma sinfonia, de um drama lírico, simplesmente uma melodia, uma ária de dança, uma ária de marcha, que poderiam com efeito, ser destacadas, e que pertenceriam naturalmente ao quadro das canções que o público compreende, guarda e adota sem grande dificuldade.

Por que guardamos somente ·essa seqüência de sons e não as outras? É orque dela compreendemos de imediato o ritmo. Não somente porque é simples: mas nosso ouvido ali encontrá movimentos, um ritmo, um balanço que já conhece e que lhe é quase familiar. Uma obra prende às vezes o interesse dos homens pelo que nela há de mais banal e grosseiro, ou antes porque não era tal como o artista a compôs e voltou a sê-lo porque o público dela se apoderou. No dia em que a Cavalgada das Valquírias passou para o programa das canções militares, ou quando foi cantado l'Eveil du printemps com as mesmas inflexões e com o mesmo espírito do que qualquer canção sentimental, não é culpa de Wagner .se os ouvintes cultos não foram capazes senão com muito esforço de considerar estas partes do ponto de vista do conjunto e de nele localizá-las novamente. O próprio Wagner lembrava que no tempo da ópera italiana as pessoas vinham ao concerto sobretudo para ouvir alguns trechos de bravura, feitos para revelar os méritos vocais de algum tenor ou de uma prima-dona. Durante o restante do tempo, a música era somente uma espécie de adorno. Conversava-se, não se escutava mais nada. Wagner quis, ao contrário, que o canto fizesse frente ao desenvolvimento musical em seu conjunto, e que a voz humana fosse apenas um instrumento entre outros. Não pode impedir o grande público de reter sobretudo de sua obra os fragmentos que pareciam escritos para serem cantados.

No início do concerto, quando reina o silêncio, desde os primeiros compassos, encontra-se delimitado um espaço, dentro do qual não somente nenhum ruído, mas mesmo nenhuma lembrança dos ruídos de fora não penetram mais. Músicos e ouvintes esquecem as melodias e as canções que bailam geralmente na memória dos homens. Para compreender a música que ouvimos, não é mais questão de se reportar a esses modelos convencionais que a sociedade, de modo geral, sempre traz consigo, e não cessa de nos apresentar. Mas, a sociedade dos músicos desenrola diante de nós uma espécie de fita invisível onde são assinaladas divisões abstratas, sem relação com os ritmos tradicionais e familiares. Examinemos esse ritmo particular que não é mais o da linguagem e dela não deriva.

O papel dessas divisões seria o de fazer reaparecer na memória do músico ou da pessoa que o escuta e que conhece a música, a seqüência das notas em si mesmas. Como isso seria possível? Os compassos representam somente intervalos de tempo idênticos. São quadros vazios. É preciso que a seqüência dos sons seja estabelecida, e ela o é, seja na pauta onde as notas são inscritas, seja na canção, através da qual chegam ao público, através dos músicos. Mas também é preciso que saibamos reproduzir esses sons ou entendê-los de acordo com o compasso. Não basta, para isso, seguir com os olhos a batuta do maestro, ou imprimir a alguma parte de nosso corpo um t movimento rítmico. E preciso se exercitar preliminarmente, em adaptar a um compasso, as combinações de notas mais freqüentes, ou a decompor cada seqüência de notas e nela encontrar as divisões do compasso, conforme o que se executa ou o que se ouve. Mas nem uma, nem outra dessas operações é natural, porque esse ritmo em si mesmo e esse compasso não o são. O ritmo

dos músicos, com efeito, nada tem de comum com os outros ritmos. Estes correspondem ·a ações que não são essencialmente musicais: como a marcha, a dança, e mesmo a palavra, que tem por objeto principal comunicar pensamentos e não reproduzir sons. O ritmo musical supõe, pelo contrário, um espaço que é apenas sonoro, uma sociedade de homens que se interessa somente pelos sons.

Dentro do espaço puramente sonoro, homens com sensibilidade auditiva muito desenvolvida, distinguiriam nos sons muitas nuanças, e entre os diversos sons, muitas relações que nos escapam. Como uma das qualidades essenciais do som, do ponto de vista musical, é sua duração, e também a duração do intervalo que o separa do outro, seriam sensíveis a diferenças de tempos que não percebemos. Suponhamos que os seres assim dotados, e que se interessam todos principalmente pelos sons, se aproximem, e se associem para compor, executar e ouvir obras musicais. Para ser admitido nessa sociedade, será preciso ser capaz de aplicar instrumentos de medida de extrema sensibilidade, a todas as combinações de sons que podem ser encontradas, quer seja em relação à altura, ao timbre, à intensidade, seja quanto à rapidez de sua sucessão e de sua duração. O ritmo e o compasso serão submetidos, dentro de um meio assim, a regras muito mais restritas do que nas demais sociedades onde as sensações musicais permanecem estreitamente ligadas e associadas às outras. Não há motivo, aliás, para objetar que essa diferença entre o ritmo popular e o ritmo dos músicos é então apenas de grau, e não de natureza, já que aqui e lá medimos tempos e intervalos. Lá onde o compasso passa para o primeiro plano pode haver outra diferença do que quanto ao grau de precisão que comporta e que se lhe impõe? É porque os ritmos aos quais nos acomodamos quando se trata da palavra e dos movimentos, não bastam ao músico. Ele vai procurar o ritmo não fora dos fenômenos sonoros, mas dentro da própria matéria musical, quer dizer nos sons que são percebidos apenas pelos músicos. Convenção fecunda e legítima, sem dúvida, que procura seguir de perto a natureza, já que as leis dos sons tais como eles as formulam têm um fundamento físico, mas convenção original, já que não se guia somente pelos dados naturais tais como são percebidos pelos homens que não fazem parte da sociedade dos músicos.

Ainda que a música esteja assim completamente dominada por convenções, ela se inspira com freqüência, é verdade, na natureza. O ruído do vento nas folhas, o borbulhar da água, o tonitroar do trovão, o ruído que faz um exército em marcha ou uma multidão em movimento, as tonalidades que pode assumir uma voz humana, as canções populares e exóticas, todos os abalos sonoros produzidos pelas coisas e pelos homens passaram para as composições musicais. Mas, o que a música empresta dos meios naturais e humanos, ela os transforma segundo suas leis. Poderíamos crer que, se a arte imita assim a natureza, é porque dela retira uma parte de seus efeitos. Não é verdade que algumas obras se construam sobre temas que não são propriamente musicais, como se quiséssemos reforçar o interesse da música pela atração do drama? Os títulos de tais composições permitem supor que o autor quis despertar em seus ouvintes emoções de ordem poética, evocar na imaginação deles imagens e representações. Mas isso decorre talvez do fato de que a sociedade dos músicos não consegue às vezes, isolar-se da sociedade em geral, e que a ela esteja sempre ligada. Alguns músicos são mais exclusivistas, e é entre eles que é preciso procurar o sentimento daquilo que poderemos chamar de música pura.

Analisemos então a hipótese de que o músico não deixa o círculo dos músicos. Que se passa quando ele introduz um tema emprestado à natureza ou à sociedade em uma sonata ou uma sinfonia? Primeiro, se esse motivo o deteve lá onde o encontrou, é devido às suas qualidades propriamente musicais. Ao passo que um leigo foi sensibilizado por uma passagem, numa sonata, porque poderia ser cantada, um músico fixará sua atenção sobre uma canção, numa festa popular, porque poderia ser adotada, e figurar como tema numa sonata ou numa composição orquestrada. O leigo isola a melodia da sonata. Inversamente, o músico separa a canção das outras canções, ou numa mesma canção separa a melodia das palavras, e mesmo alguns compassos da melodia inteira. Assim separada, despojada, desfalcada de parte de sua substância, a melodia vai ser agora levada para sociedade dos músicos, e logo se apresentará sob novo aspecto. Associada a outras seqüências de sons, fundida talvez a um outro conjunto, seu valor, o valor de suas partes, será determinado por sua relações com esses elementos musicais que lhe eram estranhos até então. Se fizer o papel de tema, será desenvolvida conforme as regras puramente musicais, quer dizer, dela será extraído o que estava sem dúvida oculto, mas que somente um músico ali poderia descobrir. Se desempenhar o papel do tema, dará uma cor original a todas as partes da peça em que aparecer, e ele mesmo, por sua vez, será transformado, mas de mudo diferente, por exemplo, se for o refrão de uma canção que adquire um sentido diferente, segundo as palavras da estrofe que acaba de ser cantada. Da alma musical assim extraída desse corpo, é necessário que dela se guarde apenas a marca que a evoque e faça pensar nela .

*

Para que a música isole assim os sons de todos os outros dados sensíveis, imaginamos às vezes que ela nos desligue do mundo exterior. Certamente, os sons têm muito da realidade material. São fenômenos físicos. Mas permaneçamos com as sensações auditivas, porque o músico não vai além delas. Se a música vem de fora, nada nos obriga a levá-la em conta. Ela apresenta esta particularidade, enquanto as cores, as formas e as outras qualidades da matéria estão ligadas aos objetos, os sons musicais se encontram em relação somente com outros sons. Como nada do que existe na natureza se assemelha às obras musicais, logo imaginamos que elas escapam às leis do mundo exterior, e que são o que são em virtude do poder do espírito. O mundo para onde a música nos transportaria seria tão-só para o mundo interior.

Porém, examinemos isto mais de perto. Uma combinação ou uma seqüência de sons musicais não nos parece desligada de todo o objeto porque ela mesma é um objeto. Esse objeto existe, é verdade, somente para o grupo dos músicos. Porém, quem nos garante sempre a existência de um fato, de um ser, de uma qualidade, a não ser o acordo que se estabelece a seu respeito, entre os membros de uma sociedade, quer dizer, entre os homens a que isto interessa? Não é o indivíduo que tira de si, e somente de si, um tema novo, uma combinação de sons que seu espírito criou do nada. Mas ele o descobre dentro do mundo dos sons, que a sociedade dos músicos é a única a explorar; é porque aceita suas convenções, e até mesmo porque delas se compenetrou mais do que os outros membros, que é capaz de alcançá-las. A linguagem musical não é um instrumento inventado depois, com vistas a fixar e comunicar aos músicos aquilo que um dentre

eles imaginou espontaneamente. Ao contrário, é essa linguagem que criou a música. Sem ela não haveria sociedade musical, de músicos, não haveria nem mesmo músicos, da mesma maneira que sem leis não haveria cidade, não haveria cidadãos. Longe de nos isolar na contemplação de nossos estados internos, a música nos faz sair de nós. Ela nos coloca numa sociedade bem mais exclusiva, exigente e disciplinada do que todos os outros grupos que nos compreendem. Mas isto é natural, porque se trata de dados precisos, que não comportam nenhuma flutuação e que devem ser reproduzidos ou apreendidos com total exatidão.

Schopenhauer, criticando a definição que Leibniz deu à música: exercitium arithmeticae occultum nescientis se numerare animi, literalmente: "uma operação de aritmética oculta feita por um espírito que ignora que conta", reconhece que ela é exata; porém acrescenta: isto é apenas aparência, a vestimenta, o exterior da arte dos sons. [2] Poderíamos do mesmo modo· objetar-nos que descrevemos exatamente a memória do músico, no que diz respeito à técnica, mas que é preciso distinguir entre a lembrança dos movimentos ou dos sinais, até mesmo entre a lembrança dos sons enquanto que podem ser produzidos por esses movimentos ou representados por esses sinais, por um lado, e a impressão determinada em nós pelos sons, seja porque os produzimos, seja porque os ouvimos, por outro lado. Tudo o que dissemos se aplicaria ao primeiro caso destes dois aspectos somente, e pode-se admitir que para tudo o que supõe essencialmente o conhecimento e a prática das regras da música, nossa memória depende, com efeito, da sociedade dos músicos. Mas o sentimento musical, e mesmo os sentimentos que a música desperta em nós, são completamente outra coisa: ora, se não ocupam todo o espaço na lembrança de uma audição ou de uma execução, passam ao primeiro plano; em todo o caso, não podemos negligenciá-los, sob pena de reduzir a música, quer se toque ou se ouça, a uma atividade automática.

Quando um músico toma seu lugar numa orquestra, e encontra diante de si uma partitura, a qual leu com freqüência, podemos dizer que nada mudou, e que as mesmas notas serão reproduzidas na mesma ordem e com a mesma rapidez: acrescentemos também que seu desempenho será quase o mesmo, e que as gravações que registraram a primeira e a última execução não poderão facilmente se distinguir. Diremos que ali temos propriamente o tipo da lembrança musical? Mas ele compreende e somente compreende aquilo que, dentro da memória, refere-se a um mecanismo material, o que pode ser fixado sobre o papel ou na substância nervosa. Tudo isso se conserva como uma impressão ou um desenho, como tudo o que é material e está inerte. Mas a memória não retém nada além disso?

Quer se leia, quer se execute, não basta compreender os sinais: um artista os interpreta à sua maneira, inspirando-se em suas disposições afetivas do momento, ou de sempre. Tem seu próprio temperamento, ainda que em suas impressões, puramente musicais, como em sua execução, entre uma questão de originalidade e disso ele se dá conta: como não evocaria, por ocasião desta obra ou daquela passagem, as disposições particulares dentro das quais a ouviu ou a executou, e as sutilezas que deveria distinguir suas sensações musicais das demais? Não será isolando-se dos músicos, esquecendo que faz parte de seu grupo e que obedece a suas normas, que encontrará a lembrança dos instantes em que esteve em contato, com a maior intimidade

possível, com um mundo, que a música fazia por lhe tornar acessível?

Nada prova, entretanto, que a sensibilidade musical, em suas sutilezas aparentemente, as mais pessoais, isole-nos dos outros e nos encerre em nós mesmos. A sociedade dos músicos, se repousa sobre normas, compreende homens. É uma sociedade de artistas; ela se interessa tanto, ou talvez mais, pelos dons musicais de seus membros, assim como pela técnica de sua arte. Ela bem sabe que as regras não substituem o gênio. Ao mesmo tempo que as obras, lembra aqueles que as enriqueceram com acentos e modalidades novas, e delas aumentaram a substância musical, seja porque tenham reencontrado nelas a inspiração do autor, seja porque tenham penetrado mais profundamente em sua significação. Os músicos se observam um ao outro, comparam-se, concordam com certas hierarquias, sobre as admirações e entusiasmos: há deuses da música, santos, sumo sacerdotes.

A memória dos músicos está então repleta de dados humanos, mas de todos aqueles que estão em relação com os dados musicais. Não imaginemos que, para elevar-se ou aprofundar-se, o sentimento musical deva separar-se da técnica, e se isolar de tudo aquilo que se passa dentro da sociedade dos músicos. Se o observarmos e reconhecermos, se apreciamos e admiramos o temperamento ou o talento de um músico, é porque em sua sensibilidade e seu desempenho encontramos um dos modelos sempre presentes no pensamento daqueles que se interessam pelos sons, e que realiza melhor, encarna com maior sensibilidade as tendências do grupo. Ele é considerado como se estivesse acima dos demais por seu gênio musical, porém, é como se estivesse possuído por um demónio invisível, cujo espírito se apodera de todos os músicos, mas que se deixa prender e dominar somente por um pequeno número. Onde encontrá-lo, a não ser no coração do grupo? Agora todos podem vê-lo, e reconhecê-lo, e reconhecer-se nele. Beethoven, atingido pela surdez, produziu entretanto suas mais belas obras. Será suficiente dizer que, vivendo dali em diante de suas lembranças musicais, estivesse encerrado num universo interior? Isolado, ele estava, todavia, apenas na aparência. Os símbolos da música nele se conservavam, em sua pureza, os sons e as combinações dos sons. Mas ele não os havia inventado. Era a linguagem do grupo. Estava, na realidade, mais engajado do que nunca, e do que todos os outros, na sociedade dos músicos. Jamais esteve só. E é esse mundo . pleno de objetos, mais real do que o mundo real, que ele explorou, foi nele que descobriu, para os que o habitavam, regiões novas, mas que nem por isso faziam parte do domínio deles, e onde se instalaram de imediato com pleno direito.

Porém, talvez, tenhamos da música uma concepção um pouco limitada. Apesar de tudo, não é necessário ser iniciado nas regras dessa arte, ser capaz de ler à primeira vista as notas, para sentir prazer num concerto. Perguntemos a um músico o que ele imagina, e no que pensa, quando ouve o desenrolar dos temas sinfónicos. Talvez responda que· não pensa em nada, que lhe basta ouvir, que está perpetuamente no presente, e que todo o esforço de pensamento o distrairia daquilo que importa somente, isto é, a música. É o que nos dirá também um ouvinte que acompanha um trecho que ouve sobre a partitura. Mas há muitas outras pessoas que gostam de ouvir música porque lhes parece que podem pensar então mais livremente sobre qualquer assunto que as ocupe, quando então, sua imaginação está mais ativa, quando estão menos distraídas em sua

meditação ou em seu sonho. Stendhal dizia: "para mim, a melhor música é aquela que posso ouvir pensando naquilo que me faz mais feliz". E, ainda: "meu termómetro é este: quando uma música me alça a pensamentos elevados sobre o assunto que me ocupa, qualquer que seja, essa música é excelente para mim. Toda música que me permite pensar na música é medíocre para mim. [3] Tristeza, alegria, amor, projetos, esperanças, qualquer que seja nossa disposição interior, parece que toda música, em certos momentos, pode mantê-la, aprofundá-la, aumentando sua intensidade. Tudo se passa como se a sucessão dos sons nos apresentasse uma espécie de matéria plástica que não tem significação definida, mas que está prestes a receber aquela que nosso espírito estivesse disposto a dar-lhe.

Como se explica esse desdobramento singular e que, enquanto nosso ouvido percebe os sons e o ritmo do compasso, nosso espírito possa insistir numa meditação ou uma imaginação interior que parece desligada da terra? Será por que a música, desviando nossa atenção de todos os objetos exteriores, cria em nosso espírito uma espécie de vazio, de modo que todo pensamento que se apresenta a nós encontre o campo livre? Será ainda por que as impressões musicais se sucedem como uma corrente contínua que nada pode deter e nos oferece o espetáculo de uma criação sempre renovada, de tal modo que nossos pensamentos são arrastados nessa corrente, que temos a ilusão que nós também poderíamos criar, e que nada se opõe a nossa vontade ou nossa fantasia? Esse sentimento original de livre criação imaginativa explicar-se-ia antes pelo contraste entre os meios, aquele onde se exerce geralmente a atividade de nosso espírito, e aquele onde nos encontramos agora.

O pensamento e a sensibilidade, dizíamos, em um músico que é somente músico, são obrigados a atravessar caminhos às vezes estreitos e devem permanecer num espaço definido. Os sons obedecem, com efeito, a um conjunto de leis singularmente precisas. Não podemos compreender e sentir a música como músico a não ser na condição de nos sujeitarmos a essas leis. Que se vá, pelo contrário, ao concerto para experimentar esse prazer particular de pensar e imaginar livremente: bastará que nos sujeitemos às leis da música apenas para que tenhamos o sentimento de ter mudado de ambiente, isto é, para que nos deixemos embalar e envolver pelo ritmo. Escapamos então, pelo menos, das convenções que pesavam sobre nós em outros grupos, que refreavam o pensamento e a imaginação. Fazemos parte, ao mesmo tempo, de duas sociedades, porém há entre elas um contraste tal que não sentimos a pressão nem de uma, nem de outra. -e necessário ainda que possamos nos manter nessa posição de equilíbrio, que nos preocupemos demais com a música, que façamos um esforço muitas vezes mal recompensado, para compreendê-la, ou então, estando assistindo a um concerto, que· não possamos esquecer suficientemente os aborrecimentos que queríamos deixar no grupo estranho à sociedade dos músicos do qual acabamos de chegar, então perdemos este sentimento de liberdade. E a mesma música que você ouviu outrora, mas ela não produz mais o mesmo efeito sobre você, e, comparando sua lembrança com a impressão atual, você diz: "Era só isso!".

Haveria então dois modos de ouvir música, a atenção se concentrando nos sons e suas combinações, isto é, sobre os aspectos e objetos musicais, propriamente ditos, ou o ritmo e a sucessão de notas sendo apenas um acompanhamento de nossos pensamentos que arrastam em

seu movimento.

Este sentimento de liberdade, de expansão, de poder criador, estreitamente ligado ao movimento musical e· ao ritmo sonoro, podemos ainda descrevê-lo em termos gerais. Mas nasce somente em ouvintes sensíveis à música em si mesma. Certamente, estes, ao mesmo tempo que os músicos, ao menos em potencial, são homens, assim como os músicos que compõem e que executam. E natural que a emoção que lhes é comunicada pelas seqüências e combinações de sons, traduza-se, às vezes, em seu espírito, em sentimento e concepções humanas comuns aos artistas músicos, aos outros artistas, e mesmo ao conjunto de homens sensíveis ou não, a tal arte. Leiamos novamente o que escrevia sobre esse assunto Schumann, em "a difícil questão de saber -até onde a música instrumental tem· o direito de ir na representação de pensamentos e acontecimentos " [4] Nós nos enganamos certamente se acreditamos que os compositores pegam sua pena e o papel com a modesta intenção de expressar isto ou aquilo, descrever, pintar. Mas, não façam pouco das influências contigentes e das impressões exteriores. Geralmente, ao lado da fantasia musical, atua inconscientemente uma idéia, ao lado do ouvido, o olhar, e este órgão, com atividade constante, mantém entre os tons e os sons alguns contornos que podem, à medida em que se desdobra a música, condensar-se e desenvolver-se em determinadas formas. "Mais os pensamentos. ou as formas, evocadas em nós ao mesmo tempo que os sons, contenham elementos aparentados à música, mais a expressão da composição será poética ou plástica ... " E, ainda: "Por que Beethoven não ficaria surpreso, em meio a suas fantasias, pelo pensamento da imortalidade? Por que a memória de um grande herói vencido não lhe inspiraria uma obra? A Itália, os Alpes, a visão do mar, uma ·aurora de primavera, a música não teria realmente nada para nos dizer deles " [5]. Mais adiante: "Na origem, a música podia expressar somente os estados simples da alegria e da dor (maior e menor). As pessoas pouco cultas têm dificuldade em imaginar que ela é capaz de traduzir as paixões mais especiais, e é isto o que lhes torna tão penosa a compreensão de todos os mestres individuais (Beethoven, Fr. Schubert).

Mas acrescenta: "É penetrando mais profundamente nos mistérios da harmonia que a música se tornou capaz de expressar as nuanças mais delicadas do sentimento". Diremos, do sentimento, sem mais, ou de um sentimento tal que não possa senti-lo e expressá-lo, a não ser um músico? Porque, repetimos, os músicos são homens também: mas então, que eles possam passar do plano técnico ao plano humano, o essencial é que permaneçam dentro do mundo musical. E o que deixa a entender, ainda, Schumann, "Um músico culto estudará uma Madona de Rafael com tanto efeito quanto um pintor uma sinfonia de Mozart. Mais ainda: para um escultor, todo ator se torna uma estátua imóvel, para um pintor todo poema é um quadro, e o músico transmuta todo quadro em sons". Diremos, do mesmo modo, que as concepções e os sentimentos se transmutam: como os evocaríamos mais tarde, quer façamos parte do círculo dos músicos, seja por que nos lembramos de ter penetrado e permanecido ali, senão reconstituindo em torno de nós, pelo menos em pensamento, essa mesma sociedade, com sua técnica, suas convenções, e também seus modos de julgar e de sentir?

*

Voltemos à observação que foi nosso ponto de partida. Ela se reportava ao papel dos sinais dentro da memória do modo como a expusemos à luz no exemplo da música. Para aprender a executar, ou a ler à primeira vista, ou, mesmo apenas para aprender a reconhecer e a distinguir os sons, seu valor e seus intervalos, os músicos têm necessidade de evocar uma quantidade de lembranças. Onde se encontram essas lembranças, e sob que forma elas se conservam? Dizíamos que, se examinássemos seus cérebros, ali encontraríamos uma quantidade de mecanismos, porém, que não se formaram espontaneamente. Não bastaria, com efeito, para que aparecessem, deixar o músico isolado em face das coisas, deixar agir sobre ele os ruídos e os sons naturais. Na realidade, para explicar esses dispositivos cerebrais, é necessário colocá-los em relação com mecanismos correspondentes, simétricos ou complementares, que funcionem em outros cérebros, em outros homens. Bem mais, uma tal correspondência não pode ser concretizada somente porque se estabeleceu um acordo entre estes homens mas uma afinidade assim supõe a criação convencional de um sistema de símbolos ou sinais materiais, cuja significação é bem definida.

Esses sinais representam as tantas ordens dadas pela sociedade dos músicos a seus membros. São bastante numerosas, já que há uma quantidade considerável de combinações de sons, e uma vez que essas combinações formam elas próprias conjuntos, onde cada parte tem um lugar bem definido e determinado no tempo. Ora, os músicos podem se lembrar, depois de exercícios satisfatórios, das ordens elementares. Mas a maioria dentre eles não poderia fixar em sua memória as ordens complexas, aquelas que se compõem de uma seqüência muito complexa e extensa de sons. É por isso que eles têm necessidade de ter sob os olhos folhas de papel onde todos os sinais e sua sucessão se encontram materialmente fixadas. Toda uma parte de suas lembranças se conserva somente dessa forma, quer dizer, fora deles, dentro da sociedade daqueles que, como eles, se interessam exclusivamente pela música. Porém, mesmo as lembranças que estão neles, lembranças das notas, dos sinais, das normas, encontram-se em seu cérebro e em seu espírito somente porque fazem parte dessa sociedade, que lhes permitiu adquiri-las; eles não têm nenhuma razão de ser senão em relação ao grupo dos músicos, e as lembranças então se conservam neles apenas porque fazem ou fizeram parte dele. É por isso que podemos dizer que as lembranças dos músicos se conservam numa memória coletiva que se estende, no espaço e no tempo, tão longe quanto sua sociedade.

Porém, insistindo ainda sobre o papel que desempenham os sinais na memória musical, não esqueçamos que poderíamos fazer observações do mesmo gênero para muitos outros casos. Os livros impressos, com efeito, conservam a lembrança das palavras, das frases, das seqüências de frases, como as partituras fixam a lembrança dos sons e das seqüências de sons. Numa Igreja, o padre e os .fiéis, ainda que não cantem, lêem alto ou baixo conforme determinada ordem, os versículos, frases e partes das frases que são como perguntas e respostas. No teatro, os atores têm seus papéis como os músicos suas partituras, e estes tiveram que aprendê-las de cor com ajuda de notas impressas; se as palavras escritas não estão sob seus olhos eles as recordaram recentemente, talvez no curso das apresentações anteriores: aliás, o ponto do teatro está lá, quer dizer, um representante da sociedade dos atores, que lê no lugar deles e pode suprir a cada instante sua memória falha. Nesses dois casos, por razões diferentes, o objetivo da sociedade não

seria atingido se as palavras não fossem repetidas literalmente, se as respostas não seguissem as perguntas, se os chistes não interviessem no momento determinado.

No mais, a linguagem da Igreja e do teatro é mais convencionàl do que a linguagem comum: ela está podemos dizer, elevada à segunda potência. Porque não poderia ser inventada nem pelo homem isolado, nem pelo indivíduo da sociedade em geral. Não falamos na rua, nem mesmo na vida cotidiana, como os artistas em cena, ou os fiéis numa assembléia de orações. Sem dúvida, expressões emprestadas de diversos meios podem passar para a linguagem dramática ou cômica; 1 da mesma maneira acontece que em meio aos textos tradicionais introduz-se orações que têm outro caráter, orações na ocasião de um novo acontecimento, orações locais, orações para uma pessoa, e quando falamos por um momento a linguagem da nação, da província, ou da família: Mas é necessário que tudo isso tome forma literária ou edificante, e tudo se passa como se, no lugar de emprestar à sociedade em geral novos meios de expressão, o teatro e a igreja ali tivessem simplesmente encontrado e retomado alguma coisa dos seus, que estivesse extraviado. Por todas essas características, a sociedade dos atores, como a dos fiéis, se parece ao grupo dos músicos, e descreveríamos, da mesma maneira, a memória coletiva aqui e lá.

Essa semelhança se relaciona em parte naquilo que, mesmo se não ouvirmos, no momento em que estamos, nem cantos, nem instrumentos na Igreja, nem no teatro, a música teve entretanto e tem ainda um grande papel nesta espécie de agrupamentos. Na realidade, e apesar dessas analogias, por mais reais e importantes que sejam, há uma grande diferença entre a sociedade dos músicos e todas as outras comunidades que utilizam sinais também e que exigem de seus membros que eles repitam literalmente as mesmas palavras. Quando assistimos a uma peça de teatro, por que, perguntamos aos atores, reproduzem exatamente o texto impresso? É porque é o texto do autor, mais adaptado ao pensamento dele, isto é; aos personagens que quis colocar em cena, dos caracteres e paixões nos quais nos quis fazer entrar. As palavras, os termos, os sons, aqui, não têm um fim em si mesmos: são as vias de acesso ao sentido, aos sentimentos e às idéias expressas, ao meio histórico ou às imagens delineadas, quer dizer, àquilo que mais importa. É nisso que nosso pensamento se prende, isso que evocamos, quando nos lembramos de ter assistido a essa peça. Mas, então, não será necessário que lembremos das próprias palavras que ouvimos. Temos outros meios de conservar através da memória a lembrança daquilo que então experimentamos. Em outras palavras, a memória coletiva dessas assembléias onde representamos peças de teatro mantém sem dúvida o texto das obras, mas, sobretudo, aquilo que essas palavras evocaram, e que não era mais da linguagem ou dos sons. O mesmo acontece com os fiéis que buscam na lembrança, menos as palavras de suas orações do que os sentimentos religiosos que vivenciaram; neste caso, as palavras passam ao segundo plano, e se . tivermos que repeti-las exatamente, é porque pensamos que o espírito é inseparável das letras mas mesmo assim é primeiro o espírito que a memória coletiva do grupo religioso procura reter.

Os músicos ao contrário detêm-se nos sons, e nada buscam além deles. Satisfeitos por ter criado uma atmosfera musical, de ter ali desenvolvido motivos musicais, desinteressam-se de tudo aquilo que estes podem sugerir, e que não se expressaria em sua linguagem. Será sempre fácil, e aliás, facultativo para um poeta, para um filósofo, para um romancista, e também para um

amante, para um ambicioso, numa sala onde são executadas obras musicais, esquecer um pouco a música, e isolar-se em suas meditações ou seus sonhos de maneira completa.

A atitude de um músico é outra, seja quando toca, ou quando ouve: nesse momento, ele está mergulhado em meio aos homens que se ocupam simplesmente em criar ou ouvir combinações de sons: está por inteiro dentro dessa sociedade. Aqueles outros nisto engajaram apenas uma pequena parte de si mesmo, o suficiente para isolá-los um pouco de seu meio habitual, do grupo no qual se atêm mais estreitamente e do qual, na realidade, não saíram. Mas então, para assegurar a conservação e a lembrança das obras musicais, não podemos fazer apelo, como no caso do teatro, a imagens e idéias, quer dizer, à significação, já que uma tal seqüência de sons não tem outra significação senão ela mesma. Devemos então, lembrar-nos dela tal qual ela é, integralmente.

A música é, para dizer a verdade, a única arte em que se impõe essa· condição, porque se desenvolve totalmente no tempo, porque não se prende a nada que dura, e porque, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre. É porque não há exemplo onde percebemos mais claramente que não é possível reter uma massa de lembranças em todas as suas sutilezas e nos mais precisos detalhes, a não ser com a condição de colocar em ação todos os recursos da memória coletiva.

NOTAS

[1] Extraído de Revue philosophique, março-abril 1939, pp. 136 a 165. Conf. orig. p. 168.
[2] Schopenhauer, Die Welt ais Wille und Vorstellung, Leipzig, Redam, p. 338. Conf. orig. p. 190.
[3] Stendhal, Lettres à ses amis, p. 63. Conf. orig. p. 193.
[4] Robert Schumann, Gesammelle Schriften über Musik und Musiker, Leipzig, Reclam, t. I, p. 108 e 109. Conf. orig. p. 195.
[5] A essa concepção romântica se opõe mais nitidamente aquela de Edward Hanslick, Vom Musikalisch-Schõnen, 1857, para quem a música pode exprimir traduzir somente ela mesma. Conf. orig. p. 196.

CONTRACAPA

A MEMÓRIA COLETIVA

MAURICE HALBW ACHS

"Este livro póstumo traz um acento que ultrapassa a sociologia 'clássica', porque nele encontramos os elementos de uma sociologia da vida quotidiana ou mais precisamente, as pressuposições que permitiriam à análise sociológica examinar as situações concretas nas quais se acha implicado o homem de cada dia na trama da vida coletiva.

Essas situações não são simples recortes dentro da experiência: elas colocam em causa os papéis sociais e reativam o dinamismo parcial dos 'meios efervescentes'. Retirando do tempo (e da memória) seu privilégio de 'dado imediato' dá consciência, despojando-o de sua 'essência' platônica, a sociologia pode engajar-se na análise dos fatos humanos até aqui abandonados à literatura. Após ter, durante longo tempo, 'reduzido' o heterogêneo ao homogêneo, é-lhe permitido examinar o fenômeno existencial na sua especificidade, tal como ele é tomado, na rede das múltiplas significações que ora recortam as classificações estabelecidas, ora correspondem às mutações profundas que desordenam, abertamente ou não, as sociedades modernas. Uma tal sociologia veria abrir-se diante de si um campo imenso, o mesmo que a literatura do século passado explorava ao acaso. Não saberia contentar-se com 'problemas' abstratos, mas deveria responder às perguntas reais do homem vivo, tal como ele é, e não refletido através de doutrinas ou ideologias. E assim, talvez, a sociologia encontre uma nova vocação, não mais tentando 'reconduzir' o individual ao coletivo, mas tentando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individuação ... "